



COMITÊ NACIONAL EXECUTIVO DOS I JOGOS MUNDIAIS DOS POVOS INDÍGENAS

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

CONSULTORIA PNUD / CNE

RELATÓRIO GERAL FINAL

Elaboração: Ditta Dolejsiova
Supervisão e Edição: Carolina Valente e Luiz André Lobo
Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2016

ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1.1 INFOGRÁFICO – RESUMO DAS INFORMAÇÕES	10
2. REFLEXÕES DO DIRETOR EXECUTIVO DOS I JMPI	12
3. INTRODUÇÃO	14
3.1 DESCRIÇÃO DO EVENTO.....	16
3.2 PROPÓSITO DO RELATÓRIO.....	18
3.3 METODOLOGIA	19
3.4 DESCRIÇÃO E ESTRUTURA DO RELATÓRIO.....	19
4. HISTÓRICO DOS JMPI2015.....	21
4.1 CONTEXTO INTERNACIONAL.....	21
4.2 CONTEXTO NACIONAL.....	22
4.3 ENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE	23
4.4 TOMADA DE DECISÃO PARA A REALIZAÇÃO DOS JOGOS EM PALMAS	24
4.5 CRIAÇÃO DO COMITÊ NACIONAL EXECUTIVO (CNE) DOS JMPI.....	25
4.6 EXPECTATIVAS INICIAIS DO EVENTO	26
5. PRINCIPAIS ATORES DOS I JMPI 2015	29
5.1 PRINCIPAIS ATORES – ORGANIZADORES DO EVENTO	29
5.2 PARCERIA MINISTERIAL AMPLIADA - DEMAIS PARCEIROS NA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO	31
6. PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DOS I JMPI 2015	34
6.1 OBJETIVOS E PÚBLICO-ALVO	34
6.2 PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO DOS JMPI2015	35
6.3 ÁREAS DE ATUAÇÃO DO CNE.....	44
6.4 PARCERIAS.....	46
7. REALIZAÇÃO DOS I JMPI 2015	47
7.1 OBJETIVOS E PÚBLICO-ALVO	48
7.2 EXECUÇÃO DOS I JMPI 2015	48
7.3 ATUAÇÃO DO CNE POR ÁREAS	52
7.3.1 <i>Infraestrutura</i>	52
7.3.2 <i>Produção</i>	62
7.3.3 <i>Hospitalidade</i>	65
7.3.4 <i>Alimentos e Bebidas</i>	68
7.3.5 <i>Cultura</i>	73
7.3.6 <i>Comunicação</i>	78
7.3.7 <i>Acessibilidade</i>	83
7.4 ATUAÇÃO DO CNE EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS	87
8. RESULTADOS E LIÇÕES APRENDIDAS	92
8.1 AVALIAÇÃO DOS I JMPI 2015	92
8.2 LIÇÕES APRENDIDAS	95
8.3 BOAS PRÁTICAS	110

9. LEGADO DOS I JMPI 2015 E VISÃO DO FUTURO	113
9.1 PARA POVOS INDÍGENAS BRASILEIROS	114
9.2 PARA INDÍGENAS INTERNACIONAIS	116
9.3 PARA A CIDADE DE PALMAS	117
9.4 PARA O BRASIL.....	118
9.5 PARA O MUNDO	119
10. RECOMENDAÇÕES	126
10.1 PARA O MINISTÉRIO DO ESPORTE (ME)	126
10.2 PARA OS LÍDERES NACIONAIS E INTERNACIONAIS.....	127
10.3 PARA O ITC.....	127
10.4 PARA O FUTURO PAÍS ORGANIZADOR / COMITÊ INTERNACIONAL ORGANIZADOR DOS II JMPI 2017.....	128
10.5 PARA A CIDADE SEDE	129
11. CONCLUSÕES	130
12. LISTA DE ANEXOS	132

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

“O importante não é ganhar e sim celebrar”

Os Primeiros Jogos Mundiais dos Povos Indígenas - I JMPI foram um evento histórico, com uma destacada importância política, cultural e espiritual para todos os Povos Indígenas representados. A celebração das tradições esportivas indígenas foi a linha-mestre condutora escolhida para marcar o conagraçamento entre os diferentes povos originários presentes, visando a afirmação de uma relação pacífica e culturalmente diversificada entre homens e mulheres de todas as etnias participantes.

Os I JMPI aconteceram de 20 de outubro a 1º de novembro de 2015, na cidade de Palmas, Estado do Tocantins, Brasil, com a presença de atletas indígenas de 23 países de todas as regiões do mundo: América do Norte, América Latina, Europa, África, Ásia e Oceânia. Além dos indígenas das Américas, incluindo a Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos, Guatemala, Guiana Francesa, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai, também participaram os povos da Etiópia, Filipinas, Finlândia, Gambia, Mongólia, Nova Zelândia, e Rússia. Do Brasil, 24 etnias participaram da competição, tendo sido escolhidas nos diferentes biomas existentes no país, a fim de representar a diversidade indígena brasileira. No total, cerca de 1.800 atletas indígenas participaram nos Jogos, sendo 1.100 brasileiros e 700 estrangeiros.

Fruto dos resultados obtidos nas edições nacionais realizadas no Brasil, os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas surgiram a partir de um acordo firmado entre o Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena - ITC, líderes estrangeiros de 17 países, 48 etnias brasileiras e o Governo Federal do Brasil, por meio de seu Ministério do Esporte.

Os I JMPI foram realizados pelo Governo Federal do Brasil, por meio do Ministério do Esporte, em parceria com o Governo do Estado do Tocantins, a Prefeitura de Palmas, o ITC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Sua concepção foi construída de maneira colaborativa com a participação de lideranças indígenas nacionais e internacionais, da sociedade civil e de instâncias governamentais.

Além disso, uma Parceria Interministerial do Governo Federal foi formada para atender às mais diversas necessidades do projeto, além da parte desportiva capitaneada pelo Ministério do Esporte. A Presidência da República do Brasil,

por meio da Casa Civil, supervisionou as ações coordenadas junto a diversos outros Ministérios, Agências e Autarquias brasileiros para garantir a execução do evento.

Os Jogos trouxeram um reconhecimento político à temática, percebido pela valorização e participação da Presidenta do Brasil Dilma Rousseff nos eventos de lançamento e abertura dos I JMPI e deram uma maior visibilidade aos programas de políticas públicas tanto nacionais quanto internacionais voltados aos povos indígenas. Essa aproximação do Estado com os povos indígenas contribui em todos os aspectos à uma maior inclusão social dessa população, muitas vezes invisível nas políticas públicas em todo o mundo.

Dito isto, o presente relatório tem como propósito trazer, de uma forma organizada e coerente, os relatos e as diferentes reflexões e perspectivas sobre a idealização, o processo do desenvolvimento e a realização dos Primeiros Jogos Mundiais dos Povos Indígenas e contribuir com o processo de sistematização e sugestões para a continuidade da próxima edição, prevista para ocorrer em 2017.

Tendo em vista o caráter inovador e inédito deste evento, a proposta deste documento é elencar os principais desafios e resultados, particularmente no que tange à preparação, montagem, estruturação, relacionamento dos parceiros envolvidos, desenvolvimento de metodologias, execução, monitoramento e pós-produção que permitiram a realização dos I JMPI e poderão contribuir com as futuras edições dos Jogos.

O objetivo geral dos Jogos foi o de fomentar, divulgar e preservar a cultura indígena por meio de manifestações culturais desportivas, ambientais e artísticas, compartilhando os valores tradicionais dos povos indígenas no cenário internacional. Localmente, os I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas representaram uma oportunidade única de fortalecimento da cultura indígena, trazendo benefícios a curto e longo prazo para a região.

A programação, realizada nos 13 dias de duração do evento, contemplou jogos esportivos indígenas, atividades culturais, passeios turísticos e gastronomia. O destaque do evento foram os esportes indígenas, que se dividiram em jogos tradicionais competitivos, jogos demonstrativos específicos de cada povo presente e o futebol, como esporte ocidental competitivo.

As principais disciplinas dos Jogos Tradicionais foram: arco e flecha, arremesso de lança, cabo de força, corrida com tora, corrida de resistência (8,4km), corrida de velocidade (100m), natação e canoagem. Já na categoria Jogos

Demonstrativos, foram apresentados esportes nativos de várias etnias nacionais e internacionais participantes, como, por exemplo, os jogos Xaka-Akere, Kagot, Akô, Peikrân (Brasil), Pelota P'urhépecha (México), Pelota Maya (Guatemala) e Ki o Rari (Nova Zelândia).

Paralelamente às atividades desportivas, ocorreram atividades culturais lideradas pelos povos indígenas, celebrando a diversidade e a cultura nativa. Durante os jogos foram realizados eventos como o Festival Artístico Internacional de Culturas, Rodas de Diálogo, Fórum Social Indígena, demonstrações culturais espontâneas, prestigiadas por dezenas de milhares de pessoas. Além dessas atividades, aconteceram saraus literários, lançamento de livros com a presença de autores, o Congresso Técnico prévio à realização dos Jogos e a Agenda do Futuro que anunciou oficialmente o Canadá como País-sede dos II JMPI a ser realizado em 2017.

Também como parte integrante do evento ocorreu a Feira Mundial do Artesanato Indígena realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e a II Feira Nacional da Agricultura Tradicional Indígena realizada com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Em relação ao público total do evento, aproximadamente 180 mil pessoas participaram dos I JMPI, prestigiando esse conjunto de atividades que possibilitaram a interação e inter-relação das diversas etnias presentes. O evento contou, ainda, com a presença de 280 jornalistas de 110 veículos de comunicação, vindos de 18 países além do Brasil, para cobrir os diferentes aspectos dos Jogos.

Os I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas deixaram um enorme legado para o mundo, servindo de fórum, de palco e de livro para povos indígenas de todos os continentes apresentarem suas experiências e dialogarem entre si e com o restante do público que participou, assistiu e fez parte de um dos maiores empenhos esportivos e culturais da humanidade. Não seria pretensioso prever que ele será considerado, no futuro, um evento tão marcante quanto foi o início das olimpíadas modernas.

Com a realização dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, o mundo ganhou um evento inédito que visa apresentar, valorizar e ampliar a percepção e o diálogo sobre a diversidade dos povos indígenas, além de possibilitar trocas antes não pensadas e permitir, além de tudo, o respeito e a prática dos direitos humanos.

A mobilização nacional e internacional gerada pela realização dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas foi uma ocasião ímpar para a promoção de ações

sociais, culturais e ambientais, envolvendo a temática indígena. Essas ações proporcionaram oportunidades de vivências entre os povos indígenas participantes, os turistas nacionais e internacionais, bem como a população da cidade e do Estado que receberam o evento. Além disso, a midiaticização dos jogos contribuiu para o acesso às novas experiências e conhecimentos do público em geral, no Brasil e no mundo.

Ademais, a própria temática dos Jogos também proporcionou um efeito mobilizador para o desenvolvimento de atividades de caráter social relacionadas à preparação do evento, contribuindo para a sensibilização, o debate e a mobilização em torno de temas relacionados à vida e cultura dos povos indígenas.

Quanto às ações realizadas durante o evento, é possível perceber, além de um claro legado material, por meio dos conteúdos artísticos, sociais e ambientais previstos na programação, que houve uma preocupação com o patrimônio imaterial dos povos indígenas envolvidos. Tais ações são percebidas no respeito e a preservação às memórias ancestrais representadas nas cerimônias de abertura e encerramento, na elaboração de projetos inovadores de registro dos esportes tradicionais, na participação dos grupos de voluntários, na inserção de itens de acessibilidade e sustentabilidade ambiental nas contratações dos serviços e nas ações pertinentes à execução dos contratos, na divulgação de ações de cooperação anteriores relacionadas à temática indígena, na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, dentre outros.

As ações de cunho social e ambiental do projeto foram negociadas diretamente com os beneficiários e, para a sua realização, foram realizados processos de seleção de agências implementadoras para o desenvolvimento de projetos locais de inclusão social e cultural, além de iniciativas na área de sustentabilidade. Também foram firmadas parcerias com Universidades Públicas, com o Programa de Voluntários das Nações Unidas - UNV, especialmente para a execução do programa de voluntariado relacionado aos Jogos, e outras agências do Sistema das Nações Unidas.

O referido Programa de Voluntariado dos I JMPI foi uma oportunidade inédita para que os indígenas de Tocantins pudessem participar como voluntários no edital lançado pelo PNUD, com o apoio do ITC e da cidade de Palmas. Eles receberam uma formação junto aos outros 250 voluntários. Esse tipo de trabalho conjunto possibilita novas oportunidades de inclusão e troca entre os diferentes públicos.

A experiência dos Jogos também possibilitou ações de inclusão digital. As delegações nacionais e internacionais tiveram, além do acesso liberado à

internet, a oportunidade de participar de oficinas sobre computação e sobre o uso de programas, no espaço da Oca Digital.

As próprias modalidades desportivas possibilitaram um destaque dos talentos dos jovens indígenas, tendo em vista a possibilidade de sua identificação para os esportes de alto rendimento pelos profissionais do Ministério do Esporte do Brasil.

As experiências da Feira Mundial do Artesanato Indígena, organizada em parceria com o SEBRAE, possibilitaram uma melhor organização na exposição e no processo de comercialização do artesanato. Essa parceria contribuiu com a melhoria da qualidade da abordagem de venda, marketing, bem como o fluxo de caixa, possibilitando uma melhoria na inclusão econômica dos povos em termos da valorização do seu artesanato e da sua cultura.

Todas essas experiências foram fortalecidas pela presença da mais variada mídia nacional e internacional. Antes, durante e após os Jogos, os povos indígenas foram prestigiados pela atenção aos seus costumes, diversidade, tradições e o seu modo de viver. Graças a esse interesse e participação da mídia, a cultura e a diversidade indígena pôde ser compartilhada, por meio de imagens e reportagens extraordinárias, com o público em geral no Brasil e no mundo.

Nesse sentido, a cobertura da mídia contribuiu ao reconhecimento e à valorização dos direitos dos povos indígenas e do exercício das suas tradições. Pode-se observar que o evento ampliou o conhecimento sobre a temática no Brasil e no mundo. Com isso, foi possível expandir a consciência a respeito da enorme diversidade cultural e étnica indígena e da importância da simbiose com a natureza neste século XXI.

A beleza da experiência desse encontro internacional se deu não apenas pelos cantos, pelas danças e pelos momentos espirituais, mas também pelos debates das temáticas relacionadas aos indígenas e aos problemas do mundo, como por exemplo no Fórum Social Indígena, nas rodas de diálogo, entre outras atividades educacionais, como palestras e oficinas.

O maior legado que os I JMPI deixou para as edições futuras foi o exercício do direito de os indígenas não apenas praticarem, mas serem protagonistas na apresentação de suas tradições culturais e esportivas para todo o mundo. Muito além de experimentar a sensação de receber as aclamações do público e de representar com orgulho as suas etnias, esse intercâmbio em âmbito internacional abriu a possibilidade da descoberta, da curiosidade e do conagraçamento com os povos de outros países do mundo. Essa troca única foi, sem dúvida, a mais bela conquista dos Jogos.

Por fim, ficou decidido que os II JMPI acontecerão em 2017 no Canadá. Apesar do desafio de organizar a segunda edição em menos de dois anos, a esperança e a visão dos povos indígenas do mundo todo para tornar esse propósito em realidade são muito fortes. Será necessário planejar e melhorar ainda mais a experiência dos I JMPI. O Brasil foi o primeiro a liderar esse processo, mas os olhos do mundo estão voltados agora para o Canadá. Este relatório serve para compartilhar essa experiência e seus desafios, bem como as boas práticas e conquistas realizadas pelas equipes que realizaram a primeira edição dos JMPI, além de, é claro, desejar muito sucesso aos futuros organizadores.

1.1 Infográfico – Resumo das Informações

Infográfico

I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas 2015 - Brasil



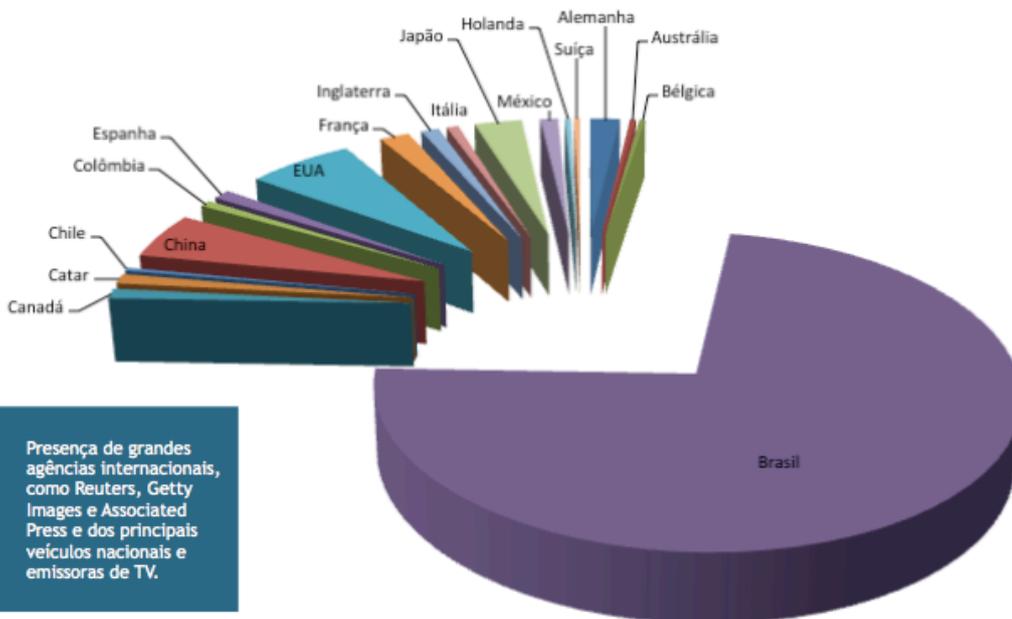
9 dias de evento
180.000 visitantes durante todo o período
R\$ 20 Milhões + injetados na economia do Tocantins
700 Indígenas Internacionais
1500 Indígenas brasileiros

CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO



JORNALISTAS ACREDITADOS: 280 profissionais de 110 veículos, vindos de 18 países.

Profissionais Credenciados durante os JMPI



Estimados R\$40 milhões de mídia espontânea no Brasil e no exterior

REFEIÇÕES SERVIDAS DURANTE OS JOGOS



		← OUTUBRO →														← NOVEMBRO →			TOTAL GERAL
		18 dom	19 seg	20 ter	21 qua	22 qui	23 sex	24 sab	25 dom	26 seg	27 ter	28 qua	29 qui	30 sex	31 sab	1 dom	2 seg	3 ter	
Café	6h às 8h	0	985	1623	1541	620	2167	608	2191	2122	2165	2202	2149	2167	2196	1113	168	17	24035
Almoço	12h às 14h	227	1217	1976	1970	2113	2527	912	2255	2229	2162	2284	2367	2269	2288	533	232	46	27607
Lanche Kit	17h às 18h30	220	1020	1878	2086	2086	2086	2086	2503	1739	1854	2144	1711	1878	1831	0	0	0	25122
Jantar	21h30 às 23h	362	1546	2109	2098	2677	2833	1669	2144	2071	2297	2658	2556	2463	2585	464	185	0	30716
Ceia	23h às 24h	90	0	76	58	1876	2056	435	1710	1750	1722	1920	1816	1980	1953	0	0	0	17443
Extras		0	0	0	0	86	144	0	352	714	714	714	714	714	714	352	0	0	5218

130142

DADOS SIGNIFICATIVOS DA ÁREA DE ALIMENTAÇÃO

REFEIÇÕES
SERVIDAS
DE
130 MIL

220
TONELADAS
DE
ALIMENTOS

INSUMOS
EM PALMAS
R\$ 1
MILHÃO

REGISTRO
DE CASOS
GRAVES
0

A OCUPAÇÃO MÉDIA NOS
ESTABELECIMENTOS DO SETOR DE
ALIMENTOS E BEBIDAS QUASE
DOBROU DURANTE OS JOGOS.

TOTAL: R\$ 1.620.000,00

PRODUÇÃO E PRINCIPAIS ATIVIDADES CULTURAIS

Festival Artístico Internacional de Culturas - OCA DA SABEDORIA
3 dias com diversas atividades musicais e artísticas de vários países

Rodas de Diálogo e Fórum Social Indígena - OCA DA SABEDORIA
40 horas de programação. Público flutuante de mais de 20.000 participantes.

Congresso Técnico e Agenda do Futuro - OCA DA SABEDORIA
Anúncio oficial do Canadá como País-sede dos II JMPI em 2017

Demonstrações Esportivas e Culturais Espontâneas - ÁREAS DE CONVIVÊNCIA
Estima-se que um público de cerca de 10.000 pessoas tenha visto tais ações.

Cerimônia de Formatura dos Voluntários
Entrega dos certificados de participação voluntária.

Cerimônias de Abertura e Encerramento (Arena) e Ritual do Fogo Sagrado
Roteiro do ritual do fogo sagrado aconteceu na Praça dos Girassóis.

Acesso à Internet, Lançamento de Livros, Exibição de Vídeos - OCA DIGITAL
Saraus literários, com lançamento de livros e presença de autores.

R\$ 6.739.740,00
PROVENIENTES DO PÚBLICO QUE
UTILIZOU A REDE HOTELEIRA



PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Disque 100 disponível gratuitamente de qualquer tipo de telefone para denúncias anônimas de violação, 24 horas/dia, incluindo sábados, domingos e feriados.

Plantão central integrado, atuando na arena e todo complexo, das 8h às 23h.

Equipes volantes com atuação no espaço de convivência/Praça do Bosque e Praia das Arnos, das 8h às 23h.



PROJETOS DE ACESSIBILIDADE

Adaptação de três rotas e delimitação de locais para pessoas com prioridade (Decreto 5296/2004 - Lei da Acessibilidade)

Liberação da área VIP para público com prioridade e assentos reservados na arena dos Jogos.

Entrada por portões de acesso prioritários, com rota até a arena dos jogos, área de estacionamento para veículos e acesso pela rampa ou elevador.

Assentos reservados conforme percentuais definidos em lei.

Foram doados 5 mil metros de cerca, painéis cênicos, 24 ocas (madeira e palha), 8 computadores lap top e toda a grama utilizada no evento.

PAÍSES PARTICIPANTES:

Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, EUA, Etiópia, Filipinas, Finlândia, Gâmbia, Guatemala, Guiana Francesa, México, Mongólia, Nicarágua, Nova Zelândia, Panamá, Paraguai, Peru, Rússia, Uruguai

REGIÕES REPRESENTADAS:

América do Norte, América Latina, Europa, África, Ásia e Oceania.



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

2. Reflexões do Diretor Executivo dos JMPI

O presente relatório é quase tão histórico quanto seu próprio objeto: Os Primeiros Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. Em nome de toda a equipe do CNE/PNUD, antecipamos profundos agradecimentos ao Excelentíssimo Senhor George Hilton, Ministro do Esporte que, em Janeiro de 2015, nos deu a missão de analisar o projeto e a viabilidade dos Jogos, confiando-nos, em seguida, a direção executiva do mesmo. Agradecemos, também, à toda equipe do Ministério do Esporte que participou deste projeto, em especial ao Secretário Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social - SNELIS, Carlos Geraldo Santana de Oliveira, um entusiasta dos Jogos e assinante do acordo de cooperação internacional dos Jogos, ao Secretário Evandro Garla Pereira da Silva e à Diretora Simone Nunes Bergmann, responsáveis pela interlocução junto ao Ministério do Esporte, por terem contribuído para que todos os resultados deste projeto fossem alcançados.

Além dos passos comuns a qualquer grande evento, para viabilizar esta iniciativa foi preciso construir um Acordo de Cooperação Técnica Internacional, por meio de uma interface e inúmeras reuniões entre o Ministério do Esporte e o Ministério das Relações Exteriores, a Agência Brasileira de Cooperação - ABC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Por ser esta uma ação ainda desconhecida pela maioria dos novos gestores do Ministério, ficou a nosso cargo liderar o processo na condução e na própria viabilidade desta complexa empreitada.

Foram meses de diplomacia, envolvimento e articulação política, desenvolvimento de relações externas e exteriores, pesquisa sobre os Jogos, seus parceiros e os desafios até então existentes. Foi necessário também o redimensionamento de estruturas, do orçamento e das diversas facetas necessárias para dar continuidade a um projeto grandioso, com características complexas e dentro de um prazo bastante curto para a execução do projeto.

Nosso envolvimento com os JMPI começou, de fato, 14 meses antes dessas primeiras ações, ainda na gestão do Ministro Aldo Rebelo. Em Outubro de 2013 nos foi encomendada uma consultoria para produzir um documento sobre a viabilidade de uma edição mundial dos jogos, como ela deveria ser organizada e quais seriam os passos para sua execução. O documento transitou de forma exclusiva na SNELIS e no Comitê Intertribal - ITC, servindo de objeto de consulta para ambos.

Todavia, o referido estudo só foi considerado o caminho mais adequado para a execução do projeto em Janeiro de 2015. A partir desse momento, foi feita uma análise para poder adequar o que já havia sido delineado para a realização dos Jogos, uma vez que o projeto em andamento estava inadequado, tanto em relação

à parte orçamentária quanto à estrutural, sobretudo em função do exíguo tempo para a execução.

Iniciou-se um esforço no sentido de convergir as atenções necessárias a um projeto deste porte, considerando de uma maneira mais realista as condições da cidade sede e das diversas facetas diplomáticas, humanistas e de logísticas mais adequadas para levar a cabo este desafio.

Assim, um estudo preliminar foi realizado em cima das projeções existentes e das condições da cidade de Palmas, no Tocantins, onde o evento seria sediado, iniciando, logo depois, as atividades para viabilizar o acordo de cooperação técnica internacional, um orçamento mais adequado às necessidades estruturais e o desenvolvimento do próprio projeto.

Este relatório apresenta os desafios e as conquistas das coordenações formadas nas mais diversas áreas, traz as soluções e resultados alcançados, menciona legados e faz uma reflexão sobre a complexidade e o processo de colaboração e desenvolvimento dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. Comenta, ainda, sobre os pontos negativos e positivos e as lições aprendidas durante este desafiador e valoroso processo.

Em que pese os atrasos no repasse de recursos e na contratação de empresas e dos conflitos políticos e diplomáticos ocorridos durante a execução do evento, vale ressaltar que os Jogos foram um grande sucesso de mídia e de público. Os Jogos entregaram aos Povos Indígenas de diversas partes do mundo, a oportunidade não apenas de celebrar sua cultura, tradições e esportes em um único evento, mas de iniciar uma constante tradição que irá persistir através do tempo.

Não detalhamos aqui as ações pertinentes aos demais Ministérios e diretamente ao Governo Federal, fora de nosso escopo, mas que facilitaram em muito o sucesso e realização do Jogos.

Outrossim, aproveitamos para agradecer a confiança depositada pelo Exm.^o Senhor Ministro para liderarmos a coordenação deste projeto e a todos os membros da equipe do CNE, do Ministério do Esporte, da cidade de Palmas, do Estado do Tocantins e da Casa Civil que colaboraram no aprimoramento deste ideal e na execução, em tempo hábil, deste evento tão magnífico.

Luiz André Lobo

Diretor Executivo do Comitê Nacional (CNE) dos Jogos Internacionais dos Povos Indígenas JMPI 2015

3. Introdução

Os primeiros Jogos Mundiais dos Povos indígenas são uma iniciativa tão grandiosa quanto a que transformou no século XIX os Jogos Olímpicos em realidade. Eles são de extrema importância humanista, artística e cultural e já demonstram um apelo midiático internacional extraordinário...

...Este evento se apresenta como marco de celebração cultural e artística que reúne no Brasil pela primeira vez com este teor lideranças de povos indígenas que estarão focadas em um encontro pela paz, quero destacar isso, pela saúde e pela harmonia do homem com a natureza. O índio brasileiro é o selo e a marca para que os outros povos do mundo saibam em que lugar da Terra nos estamos. Não basta valorizá-los, não basta admitir e admirar os seus costumes e tradições, jogos e atividades esportistas, mas é nosso dever e responsabilidade respeitá-los pelos povos.

George Hilton, Ministro do Esporte
Discurso durante o evento de lançamento dos I JMPI
Brasília, junho de 2015

Com o lema “O importante não é ganhar e sim celebrar”, os Primeiros Jogos Mundiais dos Povos Indígenas foram um evento de dimensão histórica, de uma importância política, cultural e espiritual, tendo a celebração das tradições esportivas indígenas como fio condutor, promovendo a relação pacífica entre todos os povos e entre todas as etnias participantes.

De acordo com os idealizadores dos jogos, os irmãos indígenas Marcos e Carlos Terena, a relevância dos jogos se refere à afirmação da diversidade num mundo globalizado, em que o convívio das diferenças se expressa por meio da harmonia entre os povos, gêneros, religiões, e a afirmação de um mundo diferente, um mundo em que é possível conquistar, por meio do esporte, a sustentabilidade e a inclusão social.

Esse evento tem os seus fundamentos na Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas da ONU, bem como no Estatuto do Índio no Brasil, ao colocar em prática os direitos da igualdade e respeito mútuo entre os povos. Esse enfoque político é essencial no contexto do esforço mundial pelo reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

O evento ocasionou um encontro único da diversidade de tradições e a troca das expressões culturais dos povos indígenas do mundo. Esse enfoque cultural representa um chamado pelo seu reconhecimento e a valorização dessas

manifestações, uma vez que é pelo conhecimento e pela prática que é possível valorizar as tradições de cada um. O encontro e a troca com o diverso é o que desenvolve o processo da valorização externa tão importante para a compreensão do outro.

Além dos enfoques político e cultural, e as suas manifestações visíveis, o evento também possibilitou as manifestações invisíveis que envolvem as práticas espirituais. Esse enfoque permeou todas as dimensões do evento e promoveu as trocas, a união e a paz, por meio dos rituais sagrados, entre os diferentes povos indígenas de cada país, entre os países participantes e com o público do Brasil e do mundo. O sagrado representado pelo fogo e os rituais demonstrados durante os Jogos foi percebido como o coração da humanidade, essencial para a vida e para a continuidade do mundo.

Nesse sentido, os I JMPI permitiram uma demonstração do espírito da celebração que vai muito além da competitividade. De acordo com o fundador dos Jogos dos Povos Indígenas no Brasil, Carlos Terena, um dos princípios dos jogos é:

“... (o) exercício de respeito mútuo e desenvolvimento físico, baseado na herança dos ensinamentos ancestrais, que souberam resistir às bruscas intromissões externas, um legado aos valores e à essência da cultura e dos esportes tradicionais”.

Já em um sentido político, Marcos Terena afirma que:

“Os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas representam um ambiente propício para envolver diversos biomas, países, etnias e conhecimentos tradicionais, com o objetivo único de celebrar e valorizar as culturas tradicionais. O evento representa uma das maiores celebrações humanísticas realizadas no mundo por meio do esporte. Com isso, serão gerados investimentos nas áreas de inovação, sustentabilidade, inclusão social, além de trazer um legado positivo para a cidade-sede.”

Em nível nacional, os Jogos dos Povos Indígenas foram concebidos para edificar e fortalecer políticas públicas capazes de instituir mecanismos de valorização das etnias, resgatando, divulgando e respeitando a diversidade cultural e as tradições indígenas.

Nesse mesmo sentido, os I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas ofereceram uma oportunidade de celebração envolvendo o povo brasileiro e estrangeiro, com vivências culturais diversificadas e focadas no respeito, na valorização e na busca pelo conhecimento, propiciando maior harmonia e respeito entre os povos. Eles propiciaram, além disso, um ambiente em que a paz e o respeito mútuo se

conectaram para apresentar ao mundo a história do povo indígena brasileiro e suas possibilidades, instalados em uma modernidade que não omite a historicidade cultural.

3.1 Descrição do Evento

Fruto dos resultados obtidos nas edições nacionais realizadas no Brasil, os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas surgiram a partir de um acordo firmado entre o Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena - ITC, líderes estrangeiros de 17 países, 48 etnias brasileiras e o Governo Federal do Brasil, por meio de seu Ministério do Esporte.

Os Jogos Nacionais dos Povos Indígenas, que serviram de modelo para os I JMPI, foram criados em 1996 por meio de uma iniciativa do ITC. As 12 edições realizadas ocorreram nas seguintes cidades: Goiânia (GO) - 1996; Guaíra (PR) - 1999; Marabá (PA) - 2000; Campo Grande (MS) - 2001; Marapanim (PA) - 2002; Palmas (TO) - 2003; Porto Seguro (BA) - 2004; Fortaleza (CE) - 2005; Olinda (PE) - 2007; Paragominas (PA) - 2009, Porto Nacional (TO) - 2011; e Cuiabá (MT) - 2013.

Os I JMPI aconteceram de 20 de outubro a 1º de novembro de 2015, na cidade de Palmas, Estado do Tocantins, Brasil, com a presença de atletas indígenas de 23 países de todas as regiões do mundo: América do Norte, América Latina, Europa, África, Ásia e Oceania.

Além dos indígenas das Américas, incluindo a Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos, Guatemala, Guiana Francesa, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai, também participaram os povos da Etiópia, Filipinas, Finlândia, Gambia, Mongólia, Nova Zelândia, e Rússia. Do Brasil, 24 etnias participaram da competição, tendo sido escolhidas nos diferentes biomas existentes no país, a fim de representar a diversidade indígena brasileira. No total, cerca de 1.800 atletas indígenas participaram nos Jogos, sendo 1.100 brasileiros e 700 estrangeiros.

As 24 etnias brasileiras participantes foram: Assurini; Bororo Boe; Canela; Guarani Kaiowá; Javae Itya Mahãdu; Kaingang; Kamayurá; Karajá; Kayapó Mebêngôkre; Kuikuro; Kura Bakairi; Kyikatêjê/Parakatêjê; Mamaindê; Manoki; Matis; Paresi Haliti; Pataxó; Rikibaktsa; Tapirapé; Terena; Wai Wai; Xambioá Karajá; Xavante; Xerente.

Os I JMPI foram realizados pelo Governo Federal do Brasil, por meio do Ministério do Esporte, em parceria com o Governo do Estado do Tocantins, a Prefeitura de Palmas, o ITC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Sua concepção foi construída de maneira colaborativa com a participação de lideranças indígenas nacionais e internacionais, da sociedade civil e de instâncias governamentais.

O objetivo geral dos Jogos foi o de fomentar, divulgar e preservar a cultura indígena por meio de manifestações culturais desportivas, ambientais e artísticas, compartilhando os valores tradicionais dos povos indígenas no cenário internacional. Localmente, os I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas representaram uma oportunidade única de fortalecimento da cultura indígena, trazendo benefícios a curto e longo prazo para a região.

A programação, realizada nos 13 dias de duração do evento, contemplou jogos esportivos indígenas, atividades culturais, passeios turísticos e gastronomia. O destaque do evento foram os esportes indígenas, que se dividiram em jogos tradicionais competitivos, jogos demonstrativos específicos de cada povo presente e o futebol, como esporte ocidental competitivo.

As principais disciplinas dos Jogos Tradicionais foram: arco e flecha, arremesso de lança, cabo de força, corrida com tora, corrida de resistência (8,4km), corrida de velocidade (100m), natação e canoagem.

Já na categoria Jogos Demonstrativos, foram apresentados esportes nativos de várias etnias nacionais e internacionais participantes. Por uma decisão tomada no Congresso Técnico preparatório ocorrido no mês de junho de 2015 em Brasília, a modalidade Corrida de Tora feminino foi incluído como jogo demonstrativo. Do Brasil foram apresentados os jogos Akô, Hanidú, Hipipi, Huka Huka, Idjassú, Jawary, Jikunahati, Kagot, Kaipy, Katukaywa, Maipên Rônhàk Pàràre Nâkjê, Peikrân, Rõnkran, Tihimore, Tumutitekré, Uiwede Wapraba, Wa'í, Wakmeti (masculino e feminino), Xaka-Akere, Yamurikumã, Zarabatana.

Já as delegações estrangeiras que solicitaram inclusão de suas modalidades na programação oficial do evento foram: Guatemala, com o jogo Pelota Maya; México, com os jogos Pelota Mixteca e Pelota P'urhépecha e a Nova Zelândia, com os jogos Hakariki, Horohopu, Ki o Rari, Mau rakau, Poi toa, Pol rakau, Raupuhi Rautaka, Ruru nei, Tapu ae, Ti uru e Tu riki/Turahi.

Além das modalidades demonstrativas incluídas previamente na programação, as delegações internacionais receberam mapas sinalizados da Vila dos Jogos com os locais em que poderiam fazer apresentações demonstrativas espontâneas.

Paralelamente às atividades desportivas, ocorreram atividades culturais lideradas pelos povos indígenas, celebrando a diversidade e a cultura nativa. Durante os jogos foram realizados eventos culturais como o Festival Artístico Internacional de Culturas, Rodas de Diálogo, Fórum Social Indígena, demonstrações culturais espontâneas, prestigiadas por dezenas de milhares de pessoas. Além dessas atividades, aconteceram saraus literários, exibição de filmes com temática indígena, lançamento de livros com a presença de autores, o Congresso Técnico prévio à realização dos Jogos e a Agenda do Futuro que anunciou oficialmente o Canadá como País-sede dos II JMPI a ser realizado em 2017.

As atividades esportivas e culturais dos jogos visaram ampliar a convivência – já instituída nos jogos nacionais – entre os diferentes grupos étnicos desses países, dando aos participantes a oportunidade de conhecer, interagir e se socializar com os costumes, hábitos e culturas da população indígena de diversas partes do mundo.

Também como parte integrante do evento ocorreu a Feira Mundial do Artesanato Indígena realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e a II Feira Nacional da Agricultura Tradicional Indígena realizada com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil.

Em relação ao público total do evento, aproximadamente 180 mil pessoas participaram dos I JMPI, prestigiando esse conjunto de atividades que possibilitaram a interação e inter-relação das diversas etnias presentes. O evento contou, ainda, com a presença de 280 jornalistas de 110 veículos de comunicação, vindos de 18 países além do Brasil, para cobrir os diferentes aspectos dos Jogos.

3.2 Propósito do Relatório

O presente relatório tem como propósito trazer, de uma forma organizada e coerente, os relatos e as diferentes reflexões e perspectivas sobre a idealização, o processo do desenvolvimento e a realização dos Primeiros Jogos Mundiais dos Povos Indígenas e contribuir com o processo de sistematização e sugestões para a continuidade da próxima edição, prevista para ocorrer em 2017.

A ideia é compartilhar os desafios enfrentados e as conquistas adquiridas, identificando as boas práticas para as próximas edições do evento, particularmente no que tange à preparação, montagem, estruturação, relacionamento dos parceiros envolvidos, desenvolvimento de metodologias, execução, monitoramento e pós-produção. Essa experiência pode também ser relevante para outros processos de organização de grandes eventos internacionais, bem como servir como um exemplo de trabalho com diversidade e inclusão social.

Além disso, o relatório destaca o legado desses jogos no âmbito local, nacional e internacional e a sua importância para a humanidade.

3.3 Metodologia

Esse relatório é resultado do esforço coletivo que envolve principalmente os coordenadores das diferentes áreas do Comitê Nacional Executivo dos Jogos, bem como os representantes dos demais envolvidos na organização do evento, que contribuíram com os seus depoimentos por meio de entrevistas realizadas antes, durante e depois dos Jogos.

Adicionalmente, foram entrevistados alguns representantes de lideranças das delegações dos atletas internacionais, voluntários e participantes do evento. Além de apresentar essas entrevistas, o relatório se baseia também na documentação e materiais elaborados ao longo dos Jogos, nos relatórios das diferentes áreas, e na pesquisa de dados relevante ao histórico e às pautas do empenho indígena por seus direitos.

3.4 Descrição e Estrutura do Relatório

Com o sumário executivo do relatório, as reflexões do Diretor Executivo do CNE, Luiz André Lobo e a introdução, o relatório é composto de 12 partes.

Enquanto os antecedentes e a introdução apresentam a ideia geral dos jogos e deste relatório, a terceira parte conta um pouco do histórico dos Jogos, considerando o contexto internacional e nacional. Apresenta o processo do envolvimento do Ministério do Esporte, a criação do Comitê Nacional Executivo (CNE) e a tomada da decisão sobre a escolha da cidade sede. Essa parte também inclui as expectativas dos principais atores antes dos jogos.

A quarta relata sobre os principais organizadores dos Jogos, as suas funções e papéis, bem como apresenta brevemente outros atores cruciais para a realização do evento. Essa parte apresenta, ainda, a Matriz de Responsabilidades pela organização dos Jogos e aponta os principais desafios e oportunidades identificados no processo da cooperação internacional, nacional e local.

A quinta parte enfatiza o processo de desenvolvimento dos Jogos, com as suas principais fases e princípios de trabalho estabelecidos, áreas de atuação, realização do Congresso Técnico e as parcerias estabelecidas ao longo desse processo.

A sexta parte descreve o evento, dando espaço aos relatos das áreas de atuação do CNE, considerando as principais lições aprendidas de cada área.

A sétima parte destaca os desafios e as conquistas do evento, bem como oferece um resumo das lições aprendidas do evento como um todo.

O enfoque da oitava parte é o legado dos jogos no contexto nacional, internacional e local – na cidade de Palmas.

A nona parte sintetiza as recomendações para a organização de futuros eventos similares, considerando os principais atores e organizadores do evento, especificamente para o Ministério do Esporte, para os líderes nacionais e internacionais, para o ITC, para o futuro país organizador/Comitê Internacional Organizador dos JMPI2017, para a cidade sede e para o PNUD.

A décima parte oferece algumas conclusões do evento como um todo, considerando quatro percepções do evento: das delegações participantes, do público visitante, da mídia e dos organizadores e prestadores de serviço.

Por final, são apresentados os anexos que complementam o relatório de maneira mais detalhada e informações adicionais sobre os diferentes aspectos dos Jogos, que formam uma parte integrante da gestão do conhecimento do evento.

Espera-se que este relatório contribua com a melhoria da qualidade da organização de futuros grandes eventos indígenas e outros dentro e fora do Brasil.

4. Histórico dos JMPI2015

In the words of a Cree elder, who said "you must know where you came from yesterday, know where you are today, if you're to know where you're going tomorrow."

Nas palavras de um ancião do povo Cree , que disse "você deve saber de onde você veio ontem, saber onde você está hoje, se você quiser saber para onde vai amanhã."

4.1 Contexto internacional

A ideia de juntar os povos indígenas por meio do esporte e assim celebrar as suas tradições não é tão recente. O Grandchief Wilton Littlechild do Canadá, Embaixador dos JMPI, sonhou com a realização dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas há mais de 40 anos. Porém, a realização de um encontro que poderia celebrar as tradições esportivas e culturais dos povos indígenas do mundo é intrinsecamente ligada à busca dos direitos dos povos indígenas e essa busca é de longa data.

Essa grande liderança Littlechild lutou pelos direitos dos povos indígenas do mundo nas últimas décadas. No 60º Aniversário da Declaração Universal de Direitos Humanos em Genebra, em 2008, ele abordou o Conselho de Direitos Humanos da ONU em Genebra, com essas palavras:

" ...Em 1948, os povos indígenas não foram incluídos na Declaração Universal. Nós não fomos considerados para usufruir da igualdade de direitos como os outros. Na verdade, não fomos considerados humanos. Nem como povos. Consequentemente, houve às vezes graves violações de nossos direitos humanos. Os povos indígenas simplesmente não se beneficiaram dos direitos e as liberdades proclamados na Declaração Universal ."

Na prática, foi somente em 2007, que a ONU adotou a Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP - United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples) pela Assembleia Geral que esclarece e reconhece "as históricas queixas indígenas, os desafios contemporâneos e aspirações sócio-econômicas, políticas e culturais" que representam "a culminação de esforços das gerações de longos tempos por meio das organizações indígenas para receber a atenção internacional, por assegurar o reconhecimento para as suas aspirações e, para gerar apoio para as suas agendas políticas".

Por isso, foi de histórica importância a participação da delegação oficial do Brasil e indígenas do Canadá, Peru, Panamá, Filipinas, Congo, EUA, entre outros, durante a Conferência Mundial dos Povos Indígenas em Setembro 2014, na sede da ONU, em Nova Iorque, onde além da realização do debate sobre os Jogos Indígenas, foi tomada a decisão da realização dos Primeiros Jogos Mundiais dos Povos Indígenas com a sede no Brasil, incluindo a confirmação do apoio do Governo Brasileiro por meio da chancela do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

O lançamento internacional dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas foi realizado seis meses depois, durante a 14ª Sessão do Fórum Permanente em Assuntos Indígenas (PFII 14), em Nova Iorque, em Abril de 2015¹.

4.2 Contexto Nacional

Visão dos irmãos Terena - ITC

No contexto do Brasil, a ideia dos Jogos Mundiais surge com a visão dos irmãos Terena, fundadores do Comitê Intertribal - ITC, organizadores dos jogos nacionais, que por meio de encontros internacionais dos povos indígenas, e em particular, com o líder canadense Grandchief Littlechild, formulam o sonho dos I JMPI a serem realizados no Brasil.

De acordo com Marcos Terena, a importância dos jogos mundiais dos povos indígenas se expressa pelo tema dos direitos indígenas e dos conteúdos abordados durante os jogos:

“Nosso compromisso é com os povos indígenas e com o meio ambiente que a gente chama de ecossistema, o esporte é um argumento para a gente poder falar disso. Por isso, a gente faz o Fórum Social Indígena, para que a gente possa exercitar o tema dos direitos: do direito da mulher, do direito ambiental, o acesso a novas tecnologias - tudo isso vai ser debatido nos Jogos. Do jeito que a gente imagina. Não existe uma fórmula, ela é dinâmica. E para finalizar, assim, o objetivo é dar um passo para a gente sair das mãos do colonizador, eu digo assim num sentido mais amplo, que a gente nunca vai separar do colonizador, mas ele precisa aprender a respeitar a soberania dos povos indígenas e a diversidade de cada um deles, e não tratar o indígena como um pacote e como restos de povos. Nós vamos enaltecer a dignidade. E a única forma de fazer isso, não só no Brasil, como no mundo, a

¹ Para mais informações: <http://sd.iisd.org/events/14th-session-of-the-un-permanent-forum-on->

própria ONU fala isso, é através do esporte para paz e para a dignidade das pessoas. Então nós estamos praticando isso aqui no Brasil”.

A articulação do ITC, tanto no Brasil quanto no exterior, foi crucial para a demonstração da viabilidade dos Jogos por meio do convite do maior número possível de etnias, garantindo, assim, o envolvimento da diversidade indígena. Além disso, o ITC decidiu pensar a geografia sob um novo paradigma: além do desenvolvimento de contatos em todos os continentes - África, Ásia, Américas, Europa e Oceania - a escolha das etnias participantes no Brasil se deu não pela divisão das regiões brasileiras, mas por meio de seus vários ecossistemas, como Pantanal, Mata Atlântica, Cerrado, Floresta Amazônica, Caatinga, etc.

Carlos Terena, responsável pela parte esportiva no ITC e nos I JMPI, comenta sobre a importância dos Jogos, como um meio de resgate da cultura indígena:

“Quando nós começamos os Jogos nacionais, nós pensávamos e praticávamos para o Brasil, os jogos tradicionais originais. A gente não precisa de nenhum material ocidental, com exceção do futebol (...), todos os nossos materiais são originais (...), baseado nessa experiência da nossa tradição e da nossa cultura”.

Foi a força da visão e a capacidade da articulação do ITC que deu início à parceria com o Governo Federal para a realização do I JMPI.

4.3 Envolvimento do Ministério do Esporte

Entre os grandes eventos internacionais da Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016, a ideia de apoiar a realização dos Primeiros Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, surgiu como uma excelente oportunidade de mostrar para o mundo a valorização da diversidade do Brasil e sua capacidade de realizar eventos de alta complexidade, em um pequeno espaço de tempo.

No relato do Secretário Carlos Geraldo, o primeiro estudo da viabilidade dos JMPI foi realizado a convite do Ministro Aldo Rebelo, em seguida dos Jogos Nacionais em Cuiabá em 2013:

“O Ministro me fez o convite, (...) e decidi que viria. O Ministro me informou do que tinha que ser realizado. À minha primeira análise, do tempo do que tinha que ser realizado, pela importância do evento, fiquei preocupado. Analisei o projeto, mas não tinha um projeto executivo. Um evento deste porte tem que ter um projeto

executivo. Não tinha um levantamento de custo específico. Isso foi em fevereiro e aí a preocupação bateu. Tínhamos pouco tempo. Não tínhamos uma definição de como seriam os Jogos. Em Palmas ainda não tinha nada definido. As áreas não estavam definidas. Estava tudo muito solto. Cheguei em Palmas, não vi nada. Cheguei a falar para o Ministro que o evento era maravilhoso, de grandes proporções, mas que tem um envolvimento muito maior. Cheguei a solicitar que fosse realizado no ano seguinte, que a gente ia ter tempo de organizar, mas a Presidenta queria, o Ministro queria. Então eu disse: vamos fazer! Aí foi um desafio que foi passado para as minhas mãos e eu comecei a articular(...) e começamos a formatar o projeto e deu certo: hoje é uma realidade! Os Jogos hoje têm uma visibilidade mundial. Nós chegamos na ONU, fomos muito bem recebidos. Os indígenas do mundo inteiro se sentiram prestigiados por este evento. Tanto que vêm índios de todas as partes do mundo.”

Além da oportunidade de grande visibilidade para o Brasil, tendo em vista o interesse das emissoras internacionais como o BBC, NYTimes e a CNN, desde o início do processo de organização, os Jogos abriram a oportunidade de trabalhar as políticas públicas para as comunidades indígenas no Brasil.

O Secretário Evandro Garla comenta:

“...Foi um grande pontapé essa parceria do ITC com o Ministério do Esporte. E com o passar dos anos foram havendo reuniões e debates para não ficar somente nos eventos. Nos últimos anos, além de ter os eventos dos jogos nacionais, começou a ter um trabalho de discussão de políticas públicas para a comunidade indígena”.

Os esforços e o compromisso do Ministério do Esporte e, em particular da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNEELIS, em desenvolver e implantar políticas voltadas para os povos indígenas, se fortalece pela criação da Coordenação-Geral de Políticas Esportivas Indígenas e a realização de ações contínuas, ampliando o acesso e oferecendo programas para as comunidades indígenas. Nesse contexto, o compromisso com os JMPI reflete o interesse do fortalecimento das políticas de inclusão social das comunidades indígenas com difícil acesso, desenvolvidas com empenho pelo Ministério do Esporte.

4.4 Tomada de decisão para a realização dos Jogos em Palmas

A cidade participou de um processo de candidatura que começou em agosto de 2013, na edição nacional dos Jogos Indígenas ocorrida na cidade de Cuiabá. A cidade de Palmas, em Tocantins, representada pelo seu Prefeito Carlos Amastha,

concorreu com as cidades de Belém e Marabá, ambas no Estado do Pará. A escolha da cidade-sede dos Jogos levou em conta o fato de o Estado de Tocantins contar com cerca de 13 mil indígenas em seu território e o compromisso do Prefeito em garantir a organização de um evento mundial na mais jovem capital do Brasil.

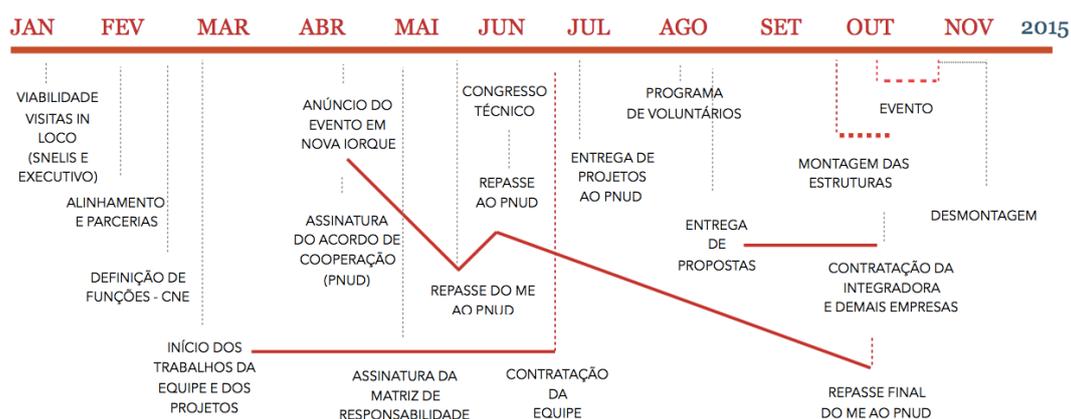
4.5 Criação do Comitê Nacional Executivo (CNE) dos JMPI

A necessidade de um órgão de apoio para a realização dos I JMPI foi identificada poucos meses após a decisão da realização no Brasil, ocorrida nos Jogos Nacionais em Cuiabá. Assim relata o Diretor Executivo do Comitê Nacional Executivo (CNE):

“O envolvimento com os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas começou, de fato, 14 meses antes dessas primeiras ações, ainda na gestão do Ministro Aldo Rebelo. Em Outubro de 2013 nos foi encomendada uma consultoria para produzir um documento sobre a viabilidade de uma edição mundial dos jogos, como ela deveria ser organizada e quais seriam os passos para sua execução. O documento transitou de forma exclusiva na Secretaria de Inclusão Social do Ministério (SNELIS) e no Comitê Intertribal - ITC, servindo de objeto de consulta para ambos.”

Porém a criação do Comitê foi realizada somente com a assinatura da Matriz de Responsabilidades entre os principais organizadores, em abril de 2015. Com o Acordo de Cooperação Internacional, firmado entre o Governo Brasileiro e o PNUD e tendo os direcionamentos necessários, detalhados na Matriz de Responsabilidades, foi iniciado o processo de execução do projeto. Por meio das UNOPS, o PNUD passou a ser o executor direto da parte de infraestrutura, alimentação e produção do evento e contratou os especialistas que prestariam os serviços necessários para executar as ações determinadas pelo CNE.

O Ministério do Esporte, como o apoiador maior do evento, assumiu o compromisso de viabilizar os recursos orçamentários e de monitorar as atividades dos consultores que formariam o CNE. A ilustração abaixo descreve o processo da execução.



O processo foi repleto de desafios burocráticos, políticos e operacionais e, ao mesmo tempo, contou com a energia e o entusiasmo de todos os envolvidos que acompanharam a viabilização para realizar esse evento inédito de alcance mundial. Tendo como desafio o curto prazo para a sua execução, o evento trouxe múltiplos aprendizados e reflexões importantes para o futuro dos futuros jogos.

4.6 Expectativas Iniciais do Evento

Um dos grandes desafios no processo foi o alinhamento das expectativas em relação aos JMPI. Apesar da relativa união em relação à visão geral e ao propósito dos Jogos, questões relacionadas ao protagonismo, ao entendimento sobre o como proceder e em que investir o tempo e os recursos disponíveis para o evento, acabaram em vários momentos desalinhados. As constantes tentativas do CNE em trazer todos os atores para o trabalho colaborativo, a fim de coordenar os diferentes passos, criaram múltiplos desgastes em nível pessoal, profissional e institucional.

A seguir uma apresentação geral das expectativas iniciais dos Jogos dos principais organizadores:

Ministério do Esporte – Expectativas do Secretário Carlos Geraldo de Almeida

“O que é que nós queríamos realmente desse evento? Primeiro eu acho que é mostrar para o mundo a nossa cultura indígena, assim também como trazer conhecimentos. Nós sabemos que lá fora os indígenas tiveram que se especializar muito mais rápido. Os nossos indígenas estão começando agora. Já tem vários indígenas formados em várias profissões, mas isso não era o essencial na época aqui no Brasil, então os projetos de inclusão fizeram também que os brasileiros comessem a evoluir. E tínhamos ali como é que nós vamos fazer a prova se

alguns índios já usam o arco, aquele que já e bem desenvolvido tecnologicamente, então tínhamos que fazer uma coisa que mostrasse um pouco da cultura, ali nativa e que mostrasse também o desenvolvimento, que todos passaram por esse desenvolvimento, e a troca de conhecimento. Então eu acho que assim, para um Brasil para os nossos indígenas, vai trazer uma evolução que não têm precedentes. O (Grandchief) Littlechild falou que isso é um feito inédito para o mundo e para os povos indígenas e eu acredito que vai haver a partir daí uma mudança muito grande com relação às políticas indígenas, a valorização dos indígenas. Acho que isso vai começar a despertar não só no Brasil como no mundo inteiro, com relação à segregação racial, com relação a separações, vai mostrar que é possível uma convivência pacífica entre todos os povos. (...)

Vamos também unir os indígenas brasileiros para que eles nesses fóruns que vão existir lá, dentro dos Jogos, que sirva de força de conhecimento e unidade entre eles. Que é isso que precisa para o crescimento da própria cultura indígena, nós não podemos perder nem eles podem perder a cultura deles, ali nativos, a cultura que eles têm também. Eles tem que evoluir para que possam dar uma assistência melhor ao seu povo. (...)

Acredito que os Jogos vão ser um momento transformador do mundo indígena, não só no Brasil como no mundo inteiro.”

Ministério do Esporte – Expectativas do Secretário Evandro Garla

“Vejo um grande marco, tanto para o Ministério, quanto para o país, pela oportunidade de sediar os Jogos e, principalmente, por ele ser o primeiro. O interessante é que existe essa parceria do Ministério desde sua criação em 2012, tudo bem que os jogos são mais antigos desde 1996, já foram 12 edições, o Ministério começou a participar, se não me engano na sexta edição junto com o ITC. E algo interessante que foi nos últimos Jogos em Cuiabá, foi quando houve uma reunião entre as etnias brasileiras e alguns países que foram convidados para discutir e ter esse lançamento e aí foi escolhido tanto Brasil, quanto Palmas. Na oportunidade aconteceu algo interessante, o prefeito Amastha estava nesse evento, (...) participou, gostou muito e melhor ainda que conseguiu levar e transformar a cidade em cidade sede. Então vejo que é um grande marco. Segundo, observando à parte histórica, a dívida que o Governo tem com a população indígena é muito grande. Eu sei que existem inúmeras ações, conversas da parte da FUNAI e SESAI, e o fato do Ministério do Esporte estar entrando ativamente nos Jogos Mundiais, demonstra o respeito que o Governo e principalmente a pasta do Esporte tem para com as comunidades indígenas.

Para se ter uma ideia, os Jogos fazem parte de uma ação do Ministério, mas hoje temos uma coordenação específica que trata somente de Políticas Públicas para Indígenas, tanto que o coordenador hoje ele é um indígena. (...) Para se ter uma ideia, esse indígena que está no projeto hoje trabalhando conosco ele é um líder

tribal, lá de Itacuruba, Pernambuco, por incrível que pareça nunca ninguém de Pernambuco e daquela região tinha sido contemplado num espaço do Governo Federal. Para ele e a sua comunidade indígena, foi muito importante.

Então, falando sobre isso, o trabalho que o Ministério tem feito de discussões de políticas públicas para as comunidades indígenas, em abril tivemos o Fórum em Mato Grosso, passaram-se lá três dias com várias etnias, 200 pessoas, 180 indígenas, e os demais não indígenas, ouvindo as necessidades e as demandas dos indígenas em relação ao esporte.

Então, os Jogos Mundiais fazem parte, serão um legado importante, mas, além disso, o Ministério tem a preocupação de fomentar o esporte entre os indígenas.”

Comitê Intertribal – Expectativas de Marcos Terena

“Porque é um aprendizado, esses Jogos vão ser um aprendizado para o Comitê Intertribal, como é que você se relaciona com critérios pré-estabelecidos pela ONU, critérios estabelecidos pelo poder público.”

“É um evento criado, idealizado e organizado pelos indígenas, não é um evento como a gente chama assim do homem branco, mas a gente tem que conviver com essa realidade institucional que é o PNUD, os vários ministérios, a Prefeitura, o Governo do Estado e as universidades no caso de Palmas; por isso que a gente precisa agregar um valor que a gente considera o maior valor mais importante para os jogos, que é o tema dos direitos indígenas. Se você não cria um conteúdo, ele passa a ser um evento qualquer, um grande evento, porém qualquer. Essa missão é nossa. A missão de fazer isso. (...) Esse conteúdo ele é essencial para o próximo passo.”

Cidade de Palmas, Secretaria Extraordinária dos Jogos Indígenas – Expectativas do Secretário Hector Franco

“Palmas se mostra como uma cidade especial que você pode visitar, que pode conhecer e investir e que aqui se realizam coisas bem feitas.”

“Aqui é um lugar de acolhimento, de pessoas que vieram para cá construir uma nova realidade; obviamente que existe um sentimento de pioneirismo, só que esse sentimento é mesclado com um sentimento de aceitação do outro, (...) Isso faz com que sejamos todos muito acolhedores aqui em Palmas principalmente. Com isso, existe um ponto de partida interessante para bem receber, quem vem de qualquer lugar. E temos nossa raiz indígena aqui também que, para conviver com a cultura indígena, também não nos assusta, não nos espanta e não nos intimida. Claro que a gente entende também que, por ser uma cidade jovem, a infraestrutura de cidade jovem, temos necessidade de aprimoramento em diversas áreas, então é por isso que a gente hoje está estimulando a Abrasel que é a associação de bares e restaurantes a utilizar um recurso que estamos impulsionando cursos rápidos de atendimento em inglês, por exemplo, (...), estamos estimulando outras entidades

como o SENAC a proporcionar cursos de atendimento para restaurantes, hotéis e etc. (...) Vamos ter no site da prefeitura uma área de dicas e um aplicativo dos jogos, aonde a pessoa terá todas as informações em três idiomas e poder acessar esse apoio.”

Comitê Nacional Executivo – Expectativas do Luiz André Lobo, Diretor Executivo

“...Citando um filme que já assisti, "Construa que eles virão", que é aquele campo dos sonhos né, e isso é uma verdade sobre este evento, ao mesmo tempo em que a gente avança com a participação do Governo e fica feliz que coisas estão avançando, elas trazem também expectativas maiores. Expectativas maiores significam um evento bem feito, seguro para receber diplomatas e pessoas de fora, o que implica também em mais estrutura e mais cuidado. (...) é a cada segundo, a cada batida do coração que eu penso nesse desafio.”

5. Principais Atores dos I JMPI 2015

Com a oficialização da participação do Estado do Tocantins, no final de março de 2015, concluiu-se e oficializou-se uma Matriz de Responsabilidades², assinada pelo Governo do Estado de Tocantins, pelo Município de Palmas, pelo Ministério do Esporte e pelo Comitê Intertribal - ITC.

A Matriz foi alterada e complementada várias vezes para alinhar as necessidades do projeto, considerando as áreas sem clara definição de responsabilidade, as competências insuficientes do ator inicialmente alocado e as novas parcerias formadas ao longo do processo.

A seguir uma breve apresentação dos principais atores – organizadores do evento, e outros sem os quais a realização do evento não seria possível.

5.1 Principais Atores – Organizadores do Evento

Ministério do Esporte – ME: O Ministério do Esporte é responsável por construir a Política Nacional de Esporte. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte,

² Anexo 1 do Relatório

garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano. Nesta primeira edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, o Ministério visou à construção e fortalecimento de políticas públicas capazes de instituir mecanismos de valorização das etnias e de resgate cultural, com o objetivo de manter suas tradições.

Comitê Nacional Executivo: Criado exclusivamente para coordenar a execução do projeto dos JMPI, com representantes do Ministério do Esporte, do Governo do Estado do Tocantins, da Prefeitura Municipal de Palmas e do Comitê Intertribal - ITC, foi responsável por dimensionar projetos, desenhos e montagem das estruturas temporárias e tecnológicas, bem como pela coordenação e implementação dos serviços de alimentação e hospitalidade, pela organização do Congresso Técnico prévio aos Jogos, pela organização e produção das cerimônias de Abertura e Encerramento dos I JMPI.

Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena - ITC: A missão do ITC é respeitar as diferenças, entendendo como princípio básico da democracia e do respeito à diversidade cultural. A organização, idealizadora dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, acredita que cada povo, cada etnia, cada cultura tem identidade própria, peculiaridades que resistem à globalização da economia e da comunicação e geram formas de convivências específicas. Assim sendo, a ideologia e prática profissional do ITC promove ações em prol da construção de uma sociedade mais justa, igualitária e humana, criando elos familiares, profissionais e/ou comunitários.

Prefeitura Municipal de Palmas - Secretaria Extraordinária dos Jogos Indígenas - SEJI: Com o objetivo de cuidar exclusivamente dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, o prefeito de Palmas, Sr. Carlos Amastha, criou a Secretaria Municipal Extraordinária dos Jogos Indígenas - SEJI. O órgão tem a finalidade de articular, promover, executar e representar a cidade sede, Palmas, em todas as ações relacionadas ao evento.

Governo do Estado de Tocantins: A realização dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas foi um momento importante para integrar não só as culturas indígenas, mas todos os povos, como também, para promover o resgate e celebrar as culturas tradicionais. Por isso, o Estado do Tocantins se orgulhou em ter a sua Capital, Palmas, como a sede de tão importante evento.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD: Com o objetivo de contribuir para o combate à pobreza e a desigualdade, o fortalecimento da governança democrática, o crescimento econômico e o desenvolvimento humano e sustentável, o PNUD Brasil - por intermédio da cooperação técnica e em parceria com o Governo Brasileiro, o setor privado e a

sociedade civil - tem a constante missão de alinhar seu trabalho às necessidades de um país dinâmico, complexo, multifacetado e diversificado.

5.2 Parceria Ministerial Ampliada - Demais Parceiros na Organização do Evento

1. ANAC - Agência Nacional da Aviação Civil: é uma agência reguladora federal responsável por supervisionar a atividade de aviação civil no Brasil, tanto nos aspectos econômicos quanto no que diz respeito à segurança técnica do setor.

2. ANVISA - Agência Nacional da Vigilância Sanitária: é uma agência reguladora vinculada ao Ministério da Saúde do Brasil e exerce o controle sanitário de todos os produtos e serviços (nacionais ou importados) submetidos à vigilância sanitária, tais como medicamentos, alimentos, cosméticos, saneantes, derivados do tabaco, produtos médicos, sangue, hemoderivados e serviços de saúde. Além disso, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores controla os portos, aeroportos e fronteiras nos assuntos relacionados à vigilância sanitária. Sua atuação abrange também o monitoramento e a fiscalização dos ambientes, processos, insumos e tecnologias relacionados à saúde.

3. CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: é responsável por assistir direta e imediatamente ao Presidente da República do Brasil no desempenho de suas atribuições, especialmente na coordenação e na integração das ações do Governo; na verificação prévia da constitucionalidade e legalidade dos atos presidenciais; na análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional, com as diretrizes governamentais; na avaliação e monitoramento da ação governamental e da gestão dos órgãos e entidades da administração pública federal e na promoção da publicação e da preservação dos atos oficiais.

4. CONAERO - Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias: é um fórum consultivo e deliberativo formado por representantes de nove órgãos do Governo Federal que trabalham diretamente na gestão dos aeroportos do País. Promove, contribui, supervisiona e avalia decisões e medidas estratégicas a serem tomadas ou executadas pelas autoridades aeroportuárias.

5. EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo: é a autarquia especial do Ministério do Turismo responsável pela execução da Política Nacional de Turismo no que diz respeito a promoção, ao marketing e ao apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional.

6. FUNAI - Fundação Nacional do Índio: vinculada ao Ministério da Justiça, é a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal. Visa proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil, promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas. Coordena e implementa as políticas de proteção aos povos isolados e recém-contatados, a garantia do acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania aos povos indígenas, por meio do monitoramento das políticas voltadas à seguridade social e educação escolar indígena, bem como promove processos educativos comunitários tradicionais e de participação e controle social. Tem como princípios o reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas, buscando o alcance da plena autonomia e autodeterminação dos povos indígenas no Brasil, contribuindo para a consolidação do Estado democrático e pluriétnico.

7. IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: é responsável pela execução da política nacional do meio ambiente e desenvolve atividades para a preservação e conservação do patrimônio natural, exercendo o controle e a fiscalização sobre uso dos recursos naturais (água, flora, fauna, solo e etc.).

8. INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária: é uma empresa pública federal brasileira de administração indireta vinculada à Secretaria de Aviação Civil, sendo responsável pela administração dos principais aeroportos do país.

9. MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: é responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. No Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final.

10. MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário: é responsável por promover a política de desenvolvimento do Brasil rural, a democratização do acesso à terra, a gestão territorial da estrutura fundiária, a inclusão produtiva, a ampliação de renda da agricultura familiar e a paz no campo, contribuindo com a soberania alimentar, o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país.

11. MRE - Ministério das Relações Exteriores: é responsável pelo assessoramento do presidente da República na formulação, no desempenho e no

acompanhamento das relações do Brasil com outros países e organismos internacionais. Exerce as tarefas clássicas da diplomacia: representar, informar e negociar.

12. MTUR - Ministério do Turismo: é responsável por desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável, com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social.

13. MS - Ministério da Saúde: é o órgão do Poder Executivo Federal responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltados para a promoção, prevenção e assistência à saúde dos brasileiros. Tem a função de oferecer condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde da população, reduzindo enfermidades, controlando as doenças endêmicas e parasitárias e melhorando a vigilância à saúde, dando, assim, mais qualidade de vida ao brasileiro.

14. Polícia Federal do Brasil: é uma instituição policial brasileira, subordinada ao Ministério da Justiça, cuja função, de acordo com a Constituição de 1988, é exercer a segurança pública para a preservação da ordem pública e da segurança das pessoas, bem como dos bens e interesses da União, exercendo atividades de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras, repressão ao tráfico de entorpecentes, contrabando e descaminho e exercendo com exclusividade as funções de polícia judiciária da União.

15. Receita Federal do Brasil: é um órgão subordinado ao Ministério da Fazenda que tem como responsabilidade a administração dos tributos federais e o controle aduaneiro, além de atuar no combate à elisão e evasão fiscal (sonegação), contrabando, descaminho, pirataria e tráfico de drogas e animais.

16. SEBRAE TOCANTINS - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Tocantins: é um serviço social autônomo brasileiro, parte integrante do Sistema S (instituições de interesse de categorias profissionais no Brasil) que objetiva auxiliar o desenvolvimento de micro e pequenas empresas, estimulando o empreendedorismo no país.

17. SESGE - Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos: é um órgão subordinado ao Ministério da Justiça, que tem como responsabilidade planejar, definir, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as ações de segurança para os Grandes Eventos no Brasil, além de articular-se com os órgãos e as entidades, governamentais e não governamentais, envolvidos com a segurança dos Grandes Eventos, visando à coordenação e supervisão das atividades.

6. Processo de Desenvolvimento dos I JMPI 2015

Esta parte do relatório inclui a descrição do processo como um todo, com o enfoque em processos internos e externos, objetivos, públicos a serem alcançados, trabalho nas áreas divididas por coordenações e as parcerias estabelecidas para a viabilização do projeto.

A fase de desenvolvimento dos I JMPI englobou múltiplos processos internos:

- Viabilização dos próprios jogos em termos políticos, técnicos e financeiros;
- Estruturação e organização da equipe do CNE, desenvolvimento das bases para o planejamento, gestão do conhecimento, monitoramento e avaliação;
- Coordenação dos trabalhos entre os principais organizadores;
- Organização, realização e avaliação do Congresso Técnico, para estabelecer as bases e critérios para a realização dos Jogos, considerado como um evento teste;
- Realização das licitações para a contratação de empresas executoras de serviços para o Congresso Técnico e para os próprios Jogos;
- Realização dos preparativos necessários para a execução dos Jogos.

Além disso, o processo também incluiu algumas ações externas:

- Envolvimento e comunicação com novos atores que apareceram durante o processo de desenvolvimento dos Jogos;
- Tentativas de captação de recursos adicionais;
- Negociação com as principais mídias;
- Comunicação e apoio à chegada das delegações internacionais;
- Elaboração de questionários sobre as delegações internacionais e geração de insumos para as diferentes áreas da organização de jogos.

6.1 Objetivos e Público-Alvo

Objetivos

Garantir a realização dos I JMPI 2015 em toda a sua complexidade.

Público direto

- Delegações nacionais
- Delegações internacionais
- Celebidades e cerimonial
- Instituições organizadoras e parceiras
- Mídia local, nacional, internacional

Público indireto

- Público geral de Palmas, do Brasil e internacional
- Organizações da sociedade civil
- Representantes dos serviços prestados pelo governo

6.2 Processo do Desenvolvimento dos JMPI2015

O processo de desenvolvimento dos I JMPI envolveu desde a elaboração do projeto técnico dos Jogos, o planejamento, o apoio inicial para a definição dos termos de contratação das empresas de logística, como também o apoio da área jurídica responsável por assegurar o tratamento apropriado dos povos indígenas nacionais e estrangeiros, o monitoramento e acompanhamento da execução dos Jogos, bem como o tratamento das informações providenciadas pelo ITC como, por exemplo, a definição e o convite das etnias nacionais e internacionais, informações sobre as tradições e esportes praticados.

Viabilização dos Jogos

De acordo com o Diretor Executivo dos I JMPI, Luiz André Lobo, uma das etapas mais longas e desafiadoras deste projeto foi a de demonstrar e convencer os representantes do Governo e da sociedade sobre a importância, a magnitude e a viabilidade dos Jogos. Além da complexidade de produção de todo grande evento e do ineditismo e desconhecimento generalizado em relação aos Jogos Indígenas, o evento aconteceu durante um ano de cortes orçamentários e percepções negativas da população em relação ao governo, afetando não somente a proporção do que poderia ter sido feito, como o processo de levantamento de recursos públicos e privados. Em função desse cenário desafiador, os esforços necessários para viabilizar um evento que necessitava de um período de planejamento de pelo menos um ano, a fim de garantir uma execução técnica de qualidade, acabou sendo condensado em um período de aproximadamente quatro meses, após os primeiros repasses orçamentários.

Durante esse processo pela busca da viabilidade financeira do projeto, ocorreu uma dificuldade de alinhamento entre os protagonistas dos Jogos dentro do próprio Ministério do Esporte, demorando para que houvesse a necessária sincronia e compreensão interna sobre todas as facetas do projeto, entre o Gabinete do Ministro, a Secretaria Executiva do ME e a SNELIS. Esse momento, crítico para o projeto, acabou gerando atrasos nos empenhos orçamentários e transferências e no próprio avanço do planejamento e das obras. Parte deste desafio se deu pela alteração no comando da Pasta, na composição dos novos gestores do Ministério e em desencontros internos não inerentes aos Jogos. Entretanto, apesar de um inicial desconhecimento generalizado sobre o potencial do evento e das outras responsabilidades do Ministério do Esporte em relação aos Jogos Olímpicos, o Ministro George Hilton conseguiu construir as pontes necessárias para que o projeto fosse viabilizado.

Uma vez que o Governo Federal compreendeu a magnitude do projeto e reconheceu a importância e complexidade dos Jogos como um todo, colaborou no planejamento das questões pertinentes às atividades de seus Ministérios, como relações exteriores, saúde, segurança, direitos humanos, dentre outros. O ME, como o apoiador maior do evento, assumiu o compromisso de viabilizar os recursos orçamentários e de monitorar as atividades dos consultores que comporiam o Comitê Nacional Executivo - CNE.

Levando em consideração o curto prazo para a preparação dos Jogos, o desenvolvimento das relações e do entrosamento dos diferentes atores foi demorado, e necessitou longas e frequentes reuniões e apresentações no Ministério do Esporte, na Agência Brasileira de Cooperação, no PNUD e na Casa Civil. Um fator que dificultou o avanço das ações foi o fato de que o ponto focal de cada ministério participante da Parceria Interministerial Ampliada mudava a cada semana, atrasando a compreensão de como o projeto deveria ser executado.

No âmbito da cooperação internacional, foram encontradas várias barreiras legais e burocráticas para a ativação da modalidade de execução direta e aprovação da ABC para um acordo com o PNUD, julgado como o melhor caminho para a realização dos Jogos, com base em experiências já realizadas e bem-sucedidas. Com persistência jurídica e diplomática, o acordo de cooperação internacional foi assinado no final de abril e o PNUD passou a ser o executor direto da parte de infraestrutura, alimentação e produção do evento.

A demora ocasionada pelo processo político e burocrático fez com que o depósito da parcela inicial ao PNUD só fosse viabilizada em meados de junho, o que atrasou consideravelmente o contrato da equipe de consultores necessária para a realização do projeto, a desistência de alguns profissionais e outras

complicações, sobretudo na fase do planejamento e no início da execução das obras do projeto.

Cooperação entre os Organizadores

As relações envolvendo o Governo Federal e a cidade de Palmas, sede dos jogos e responsável pelo desenvolvimento inicial dos projetos precisou ser ajustada durante os primeiros meses da execução. Foram necessárias inúmeras reuniões para ajustar expectativas e para que os executores locais e o Governo Federal pudessem chegar a um projeto que fosse viável para o evento. Tendo em vista a deficiência da quantidade adequada de recursos humanos qualificados para executar grandes eventos, foi feito um esforço conjunto entre os organizadores para que eles não se sentissem substituídos e desprestigiados em seus esforços e protagonismo.

Essas tensões foram diminuindo ao longo do tempo com a aproximação dos coordenadores do CNE dos integrantes da Secretaria Municipal Extraordinária dos Jogos Indígenas - SEJI. Nos últimos meses que antecederam o evento, Palmas passou para uma posição mais clara de parceira do CNE, se abrindo para colaborações e colaborando de maneira mais receptiva com os profissionais contratados para compor a equipe organizadora.

Neste sentido, a participação da Casa Civil, ao monitorar e cobrar ações locais e reafirmar a necessidade de uma ação conjunta de todos os órgãos participantes do CNE, foi de vital importância. O Ministério do Esporte iniciou, também, um acompanhamento mais direto do desenvolvimento dos jogos, participando das decisões macro que causariam impacto em todas as áreas do evento.

A ação do corpo de engenheiros civis, de elétrica e de hidráulica e das coordenadoras de hospitalidade e receptivo, trabalhando em equipe com os profissionais da cidade de Palmas, foi de vital importância para o projeto. Tendo em vista a carência do município em ter uma equipe robusta de profissionais especializados nessas áreas, os profissionais contratados para colaborar com o CNE puderam participar ativamente nos projetos de infraestrutura básica, de receptivo das delegações nacionais e internacionais, auxiliando com suas experiências em projetos de grandes eventos e de cooperação técnica internacional, potencializando os resultados face à falta de recursos do município.

O relacionamento do CNE com o Comitê Intertribal - ITC, idealizador dos Jogos Indígenas Nacionais e proponente do presente projeto, também foi bastante desafiador ao longo dos meses de execução, tendo em vista os diferentes tempos e ritmos de comunicação e a demora na tomada de decisões sobre temas que

impactavam em áreas essenciais do evento. O CNE trabalhou no sentido de advogar em favor do ITC e dos interesses do evento em inúmeras questões e controvérsias, como a alteração substancial dos projetos arquitetônicos, previamente elaborados pela cidade de Palmas, a readequação aos itens orçados e apresentados preliminarmente em um convênio com o Ministério do Esporte e a contratação de profissionais com experiência em temas indígenas, indicados pelo ITC. Além disso, o CNE acabou por dar encaminhamento a até mesmo absorver, por diversas vezes, as reivindicações, posições e mesmo algumas responsabilidades que deveriam ser do Comitê Intertribal.

Novo projeto de implantação do Jogos

Durante o processo de readequação dos projetos arquitetônicos e de execução dos Jogos, definiu-se a necessidade de um novo conceito e de um replanejamento das ações inerentes ao evento. O CNE atendeu e provocou, em nome do ITC, diversas reuniões de alinhamento com os demais partícipes, protegendo sempre a essência do evento desenhada pelo Comitê Intertribal, seguindo e respeitando as orientações dos irmãos Terenas e dos demais integrantes do ITC. O CNE também promoveu encontros diretos do ITC com o Ministro George Hilton, bem como a participação deste, à pedido de Carlos Terena, no Fórum Permanente sobre Questões Indígenas da ONU, em abril de 2015 em Nova York.

Na ocasião do lançamento dos JMPIs na ONU, a reunião com a representante do PNUD para as Américas, Sra. Jessica Fayeta, possibilitou a agilização do processo de aprovação dos projetos de execução. Os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas foram então lançados internacionalmente em um dos auditórios da ONU, com discursos do Diretor do CNE, Luiz André Lobo, do Prefeito de Palmas, Carlos Amastha, do Ministro do Esporte, George Hilton e de Carlos Terena, representante do ITC.

O Secretário da SNE LIS, Carlos Geraldo de Almeida, e o Secretário Municipal Extraordinário do Jogos, Hector Franco, também participaram da missão e, por ordem do Ministro, selou-se o compromisso do alinhamento mensal sobre as demandas, os desafios e as soluções encaminhadas para o projeto. Em meados de maio, já no Brasil, foi realizada a primeira reunião entre os representantes dos três parceiros componentes do CNE: Ministério do Esporte, ITC e SEJI, representando a cidade de Palmas.

No início do mês de maio, o CNE conduziu uma oficina de alinhamento direto com os membros do Comitê Intertribal, em que foram apresentadas as modificações solicitadas pelo ITC no projeto básico e um novo conceito cênico. Um mês antes, engenheiros, arquitetos e produtores do CNE já haviam sido colocados à disposição do Comitê Intertribal para ajustes, modificações e

sugestões ao projeto, bem como o avanço do roteiro de abertura e encerramento e o cronograma do evento.

Nesse momento, com o início da cobrança por parte do CNE junto ao ITC pela apresentação de dados, informações e resultados, o Comitê Intertribal iniciou um período de distanciamento da comunicação com os demais parceiros. Foi percebida uma certa lentidão e resistência nas informações que deveriam ser compartilhadas ou que eram de sua responsabilidade em produzir, demonstrando pouca confiança no trabalho de equipe tanto em relação ao Ministério do Esporte quanto à cidade de Palmas. Esse distanciamento acarretou no atraso do planejamento de áreas sensíveis do evento, como as programações das cerimônias de abertura e encerramento dos Jogos, bem como a programação desportiva, artística e organizacional, além da falta de informações sobre as delegações nacionais e internacionais convidadas, que impactavam diretamente sobre as ações dos demais órgãos federais envolvidos.

Houve também o início de uma atividade paralela por parte do ITC, com ações de busca de patrocínio, sem o conhecimento dos demais parceiros. Neste período o CNE tomou o conhecimento, por parte do ITC, de que o SEBRAE também se tornara parceiro no projeto, assumindo a gestão da Feira Mundial de Artesanato Indígena. Assim que tomou conhecimento, o CNE se colocou à disposição para colaborar em plantas e no direcionamento básico da parte cênica. O mesmo não ocorreu com o patrocínio da Petrobras para a programação da Oca da Sabedoria, cujo conhecimento o CNE só tomou dias antes da abertura dos Jogos. Nunca foi reportado o valor ou as formas do acordo.

Em função dessas condições, foi preciso rever as atribuições designadas na Matriz de Responsabilidades, por falhas na colaboração dos partícipes e/ou por insuficiência de competência para a realização da responsabilidade assumida, sendo necessário, a partir do mês de agosto, a revisão das atividades, semana a semana, a fim de que fossem levantadas as dificuldades e realinhadas as atribuições de cada um dos parceiros.

Congresso Técnico

Com a formação da equipe técnica do CNE e o trabalho diário desses especialistas, avançou-se na produção do Congresso Técnico, primeiro grande marco dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. A data do Congresso, como a dos próprios Jogos, já havia sido adiada em 30 dias, a fim de possibilitar mais tempo para a assinatura de acordos, contratações e a própria execução.

O CNE absorveu a responsabilidade de organizar a maior parte do evento, de cuidar do bem estar de seus participantes nacionais e internacionais e de

redimensiona-lo para receber um público quatro vezes maior que o antecipado. Os recursos para a contratação dos consultores e da empresa que venceu a primeira licitação pública do projeto, a do Congresso Técnico, entraram dias antes, foçando a contratação de uma empresa pouco experiente em produções deste porte (Anexo 12.13).

A direção do CNE alertou o PNUD para a pouca experiência e ineficiência da empresa, antes do evento. De todo modo, em função do curto espaço de tempo, ela foi autorizada e o CNE acabou acumulando parte das obrigações da contratada que não foram cumpridas. A falta de informações, o distanciamento e a demonstração de pouca eficiência do ITC em algumas tarefas, acarretou o atraso dos itinerários e de dados dos participantes estrangeiros. Houve, também, problemas e atrasos na emissão de bilhetes das delegações estrangeiras pela agência de viagens contratada do PNUD. Apesar de ser a responsabilidade do ITC, toda a comunicação e organização em torno da vinda de estrangeiros ao evento, acabou sendo realizada pela equipe técnica do CNE. A programação, alterada diversas vezes, deixou lacunas e causou imprevisto na área de traslados e receptivo.

Apesar de todo esse transtorno, o desempenho e a dedicação do corpo técnico do CNE conduziu o evento para um êxito de público, ganhando a admiração dos chefes de delegações e participantes internacionais. Nas palavras do Diretor Executivo do CNE, Luiz André Lobo, os exemplos e as lições que se aprendem em situações como esta é que *“não importa a origem dos problemas ou quão grande eles são, mas sim o esforço de uma equipe competente para solucioná-los de maneira transparente para o público.”* Essa era uma das responsabilidades desde o início da missão do CNE, o que ficou ainda mais evidente a partir do marco do Congresso Técnico.

A abertura do congresso técnico teve a participação da Presidente Dilma Rousseff, de seis Ministros de Estado, Governadores e mais de mil convidados, incluindo representantes de 23 países, diplomatas, membros de Organismos Internacionais, dentre outras autoridades. A programação geral, compreendida de uma abertura social, com cunho artístico e político, foi seguida de reuniões e sessões de esclarecimento por parte dos organizadores dos Jogos, com os líderes indígenas nacionais e internacionais, considerados os Chefes de suas Delegações, acompanhados por representantes dos Ministérios envolvidos e outros apoiadores do evento. O objetivo era a definição de regras técnicas e dos equipamentos a serem utilizados no período dos Jogos, bem como o fechamento da programação básica do evento.

Processo de seleção das etnias brasileiras participantes

Durante o Congresso Técnico, o responsável pela área desportiva dos Jogos, Carlos Terena, apresentou os critérios utilizados pelo Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena - ITC na seleção das etnias brasileiras para participar dos I JMPI. Ele informou que todas as etnias foram selecionadas pelos mesmos critérios utilizados nas edições nacionais, como a conservação dos costumes de cada etnia, o idioma, as crenças, os ritos, as pinturas corporais, a música e os esportes tradicionais dos povos.

No caso das etnias brasileiras, também foi pré-requisito a participação em alguma edição dos Jogos Nacionais, que acontecem desde 1996. Bom comportamento e cumprimento das regras nas edições passadas também contaram como pontuação para conquistar uma vaga nos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas.

Além disso, o ITC não segue o que eles intitulam de o “Mapa do Branco” (o mapa político brasileiro), e sim uma geografia étnica, levando em conta os biomas nacionais: a caatinga, o cerrado, a mata atlântica, a floresta amazônica, os pampas e o pantanal.

Os indígenas precisavam ser originários de suas aldeias, falar a língua da etnia e conhecer sua cultura. Escolhida a etnia participante, coube ao cacique e ao chefe da delegação recrutar seus atletas e apresentar as componentes das delegações diretamente ao ITC.

Princípios dos Jogos Esportivos

Todas as programações do evento, tanto do Congresso Técnico, quanto das partes desportiva e cultural dos Jogos ficou a cargo do ITC. Durante o Congresso Técnico foram apresentados os princípios que regeriam os I JMPI.

Um dos principais princípios dos Jogos, elaborados pelos irmãos Terena, com base nos Jogos Nacionais, era a celebração em vez da competitividade, sendo este o lema dos I JMPI: *“O importante não é ganhar e sim celebrar”*.

Também não houve restrição da faixa etária, de acordo com os critérios bebês, crianças, mulheres e velhos, todos puderam participar.

Porém algumas disciplinas, como arco e flecha, a lança e canoagem, de acordo com as tradições da maioria dos povos da América do Sul são praticados somente por homens. Isso gerou um grande debate no Congresso Técnico sobre as regras dos jogos mundiais, tendo sido solicitado por alguns representantes internacionais a participação feminina nos Jogos Demonstrativos.

Tradicionalmente, a figura do juiz não existe e tampouco há pódio para premiação; é um evento em que todos são campeões. O momento em que no

Congresso Técnico foram apresentadas as medalhas também gerou um debate entre as diferentes delegações. As decisões sobre que disciplina seria de competição e qual seria demonstrativa foram questionadas e várias vezes alteradas.

Outro princípio foi que os materiais usados nas práticas esportivas são de fabricação individual de cada atleta, utilizando todo seu conhecimento e tecnologia tradicional para atender às demanda em cada modalidade de que venha a participar. Os materiais deveriam ser extraídos da natureza.

A seguir alguns depoimentos sobre as modalidades desportivas durante o Congresso Técnico³:

Marcos Terena, ITC – Arco e flecha

“Cada povo tem um tipo de flecha, então a ideia dos jogos era que cada povo que venha participar da flecha, trouxesse sua flecha, cada país, cada povo vem com sua flecha tradicional.”

Carlos Terena, ITC - Lança

“A lança nós vamos ceder, (...) Porque ela é uma prova incomum, nós vamos ter praticamente três, quatro dias para aquele atleta que vai ser o lanceiro de cada povo fazer uma experiência com a lança, o local para reconhecer.”

Carlos Terena, ITC - Corrida de 8400 metros

“Essa corrida é para homens e mulheres. Cada povo poderá inscrever 20 atletas, 10 homens e 10 mulheres. Nessa modalidade poderá o uso de tênis. (...) a gente faz essa recomendação do uso das pinturas corporais para facilitar a identificação e reforçar as suas origens culturais.”

Carlos Terena, ITC - Corrida de Tora

“Aqui no Brasil nós temos corrida de tora na nossa cultura. Durante seis anos (jogos) a cultura de tora foi e ainda é demonstrativa para cada povo, porque cada povo tem a sua particularidade. Uns tem a tora grande, outros pequenas, outros ainda menor. Durante esse período muitos chefes indígenas falam assim: “Carlos eu quero correr contra o xavante”, aí outro fala assim “Eu quero correr contra o Parakatejê”, esse pedido nós estamos estudando, para um dia quem sabe fazer uma corrida de tora, porque algumas coisas nós temos que ter cuidado aqui irmão,

³ É importante notar que algumas decisões tomadas durante o Congresso Técnico, a respeito de várias disciplinas, tanto de jogos de competição quanto de demonstração, foram finalmente alteradas durante o decorrer dos próprios Jogos, o que causou grande desconforto e inúmeras reclamações entre as diferentes delegações, especialmente as internacionais.

para a gente não pegar uma coisa que é original nossa que é sagrada e "esportivizar", isso é uma coisa que temos que ter cuidado. Em 2004, atendendo a esses pedidos, estudei muito uma regra para fazer possível uma corrida de tora entre os povos diferente. Eu lembro que o grupo aqui do Tocantins, o Krahô, tem a tora mais pesada que eu já vi, pesa uns 120 - 130 kg a tora deles, e você imagina que antes da prova eles colocam a tora dentro d'água para ela ficar mais pesada (...). E aí eu resolvi fazer uma tora neutra que ninguém conhecia. (...) Então há essa competição, mas também há as demonstrações peculiares, particular de cada povo (...)."

Plano de interação com a mídia

O sucesso de mídia gerado no Congresso Técnico facilitou a projeção dos Jogos. A presença marcante de inúmeros veículos de comunicação no Congresso Técnico acabou por demandar um redesenho da forma de comunicação com a mídia pelo CNE e a necessidade de formalizar o credenciamento no site oficial dos Jogos. Logo após o Congresso, foram desenvolvidos critérios e um espelho de como o mesmo aconteceria online, para garantir o credenciamento da mídia para os Jogos. A direção do CNE já havia visitado emissoras e redações, apresentando o evento e demonstrando que o mesmo teria enorme sucesso de mídia.

O excesso de preocupação em proteger as suas informações e a falta de compreensão da necessidade do dimensionamento da interação com a mídia, por parte do Comitê Intertribal, causou atrasos e mais ruído no processo, o que só foi contornado meses depois, de maneira estratégica, com a atuação da coordenação de comunicação do CNE e o apoio da ASCOM do Ministério do Esporte, do Município de Palmas e do Estado do Tocantins. Finalmente, teve um alinhamento com todos os partícipes e com uma nova oportunidade para o ITC participar ativamente do planejamento de toda a comunicação do evento.

Percepções pós-Congresso Técnico

Depois da realização do Congresso Técnico, ficou claro que a equipe do CNE estava subdimensionada e ficaria sobrecarregada nos próximos meses, que seria necessário prever e improvisar sobre todo o tipo de atraso na execução do planejamento, na produção dos Jogos e no repasse de recursos ao PNUD pelo Ministério.

Além disso, foi feito um levantamento do impacto que o atraso no repasse de recursos afetaria o projeto e foi apresentado ao Ministério do Esporte. Como previsto, esses atrasos desencadearam na morosidade da aprovação de projetos e de novas contratações de pessoal e de empresas pelo organismo internacional,

não importando a modalidade de contratação escolhida para este projeto, a de fast track.

Por outro lado, foi também levado em consideração os atrasos devido à ausência de decisões claras sobre os procedimentos dos jogos, uma vez que o ITC continuou não apresentando uma consolidação e sistematização de dados e informações sobre as regras e a programação.

Nessa ausência de definições, as cobranças aumentaram, por ordem do Ministério e da Casa Civil, e houve um recuo ainda maior do ITC em participar de reuniões, fornecer informações, atuar de maneira ativa na comunicação com os estrangeiros ou em participar das decisões pertinentes ao evento, junto à cidade de Palmas, ao Governo Federal e ao CNE. O ITC também começou a apresentar demandas novas e a antagonizar a direção do Comitê Nacional.

Olhando em perspectiva, após a realização dos Jogos, pode-se observar a falta de um Comitê Intertribal Internacional que teria como responsabilidade o esclarecimento das regras, princípios e a programação dos Jogos, alinhando as expectativas dos organizadores às demandas, realidades e recomendações apresentadas pelas delegações internacionais durante a realização dos Jogos, auxiliando todos os parceiros envolvidos na organização com informações vitais para o processo.

6.3 Áreas de Atuação do CNE

A composição do CNE foi alterando de acordo com as necessidades do projeto, porém a sua forma inicial pode ser encontrada no Anexo 12.2 que apresenta o Organograma e a descrição das funções dos consultores contratados para dar todo o suporte técnico necessário para o Ministério do Esporte, articulando com os demais partícipes.

Além da Coordenação Geral, que incluiu a coordenação de parcerias, da infraestrutura, do planejamento, da gestão de conhecimento, do monitoramento e avaliação, bem como a parte jurídica, o CNE foi inicialmente responsável pelas seguintes áreas:

- Infraestrutura
- Produção e Credenciamento
- Hospitalidade
- Alimentação e Bebidas

- Cultura
- Comunicação

Para não haver duplicidade de informações providenciadas em relação a essas áreas de atuação do CNE, as mesmas serão descritas com detalhes na parte da realização do evento.

Além disso, o CNE acabou assumindo também o apoio nas seguintes áreas:

- Comunicação com as delegações estrangeiras e a organização da participação das mesmas;
- Informações sobre as tradições, equipamentos culturais e esportivos e do artesanato dos povos indígenas do exterior, realizadas por meio de questionários em 2 idiomas (inglês e espanhol) e a geração de informes relevantes por área (Anexo 12.9);
- Análise e apoio ao desenvolvimento do Programa do Voluntariado e a formação dos educadores, monitores, coordenadores dos voluntários dos Jogos;
- Áreas de acessibilidade dos Jogos.

O CNE também contribuiu ao desenvolvimento dos materiais que ajudaram orientar a realização dos Jogos, entre eles:

- Manuais de Procedimentos (Anexo 12.5) que inclui o Manual para Delegações internacionais, Manual da Mídia, Manual do Voluntariado, Manual do Alojamento das delegações internacionais;
- Lista das delegações internacionais com informações sobre as tradições culturais e esportivas, artesanato, entre outros (Anexo 12.7);
- Comunicados às Delegações Internacionais em português, espanhol e inglês sobre o Congresso Técnico, Questionário, Convite com Responsabilidades do Governo Brasileiro (Anexo 12.9);
- Manual de Hospitalidade e Turismo (Anexo 12.11);
- Conceito da Alimentação e Bebidas (Anexo 12.12).

Um outro grande desafio foi relacionado ao entendimento jurídico e à legislação nacional e internacional sobre temas indígenas, que deveriam ser observadas e levadas em consideração na preparação para a realização de um encontro de povos indígenas de caráter internacional.

Como o Dr. Marcelo Barros, consultor jurídico do CNE, observa:

“O primeiro desafio é a definição de como vão ser tratados os índios, não só os índios nacionais, porque a lei protege e tem toda uma codificação especial para o índio nacional, o Estatuto do Índio, mas como o índio estrangeiro vai ser tratado. Se vai ser tratado como um estrangeiro ou um se vai ser tratado como índio.

Acredito que ele deve ser tratado como índio. Porque ele é índio e, índio é índio em qualquer lugar. Embora o estatuto brasileiro trate do índio brasileiro, a nível internacional existe uma regulamentação da ONU, que o Brasil é signatário. Então todas as questões intencionais em que a ONU instituiu, o Brasil pode ser ou não signatário. Neste caso ele é, e acompanha os direitos humanos relacionados aos índios que a ONU estabeleceu.

O Índio Brasileiro e o índio de um modo geral estão amparados, só que a gente precisa definir a questão de como o índio estrangeiro vai ser tratado aqui no Brasil. Nós temos reuniões (...) junto com a Casa Civil, Polícia Federal, junto com o Ministério da Agricultura, ANVISA etc... para podermos definir não só o tratamento que o índio vai ter, e o que ele vai poder trazer. Porque existem muitas barreiras sanitárias, existem barreiras legais para a entrada de produtos no Brasil. (...).”

Nesse sentido as conquistas realizadas em parceria com a FUNAI, o IBAMA e com os governos de Palmas e Tocantins, além do Governo Federal, foram imprescindíveis para a realização dos I JMPI.

Finalizando essa fase, na véspera do começo dos Jogos ficou evidente que muitos desafios encontrados durante o processo preparativo impactaram na realização e no andamento dos jogos, pelo caráter inédito e único do evento proposto.

6.4 Parcerias

Durante o processo de desenvolvimento do projeto, as seguintes parcerias institucionais foram estabelecidas:

ANAC, ANVISA, CONAERO, INFRAERO, MAPA, MRE, RECEITA FEDERAL e POLÍCIA FEDERAL – Responsáveis pelas ações conjuntas para viabilizar a entrada das delegações internacionais no Brasil, bem como seus equipamentos desportivos, artesanatos, substâncias entorpecentes para rituais sagrados, alimentos típicos ou especiais, etc.;

CASA CIVIL – Responsável por coordenar e monitorar as ações de todos os envolvidos na Parceria Interministerial Ampliada, criada para este projeto;

EMBRATUR e MTUR – Responsáveis por orientar e coordenar o Plano de Ação para o recebimento de turistas, junto à Coordenação de Hospitalidade e a cidade de Palma;

FUNAI – Responsável por monitorar o deslocamento dos indígenas nacionais e fazer recomendações para os internacionais, bem como dar suporte à Casa Civil no trato das questões indígenas durante o período dos Jogos;

IBAMA – Responsável por dar as orientações relacionadas ao uso de fauna e flora brasileira, sobretudo nos artesanatos comercializados na Feira de Artesanatos dos Jogos e por coibir a venda de artesanatos fora dos padrões fora do perímetro dos Jogos;

MDA – Responsável pela realização da II Feira Nacional da Agricultura Tradicional Indígena, com troca de sementes entre os indígenas e venda de produtos produzidos por comunidades indígenas;

MRE – Responsável pelas ações de emissão de visto de cortesia para os delegados internacionais oficiais, bem como pelas comunicações oficiais diplomáticas com os ministérios das relações exteriores dos países participantes. Responsável pela elaboração do plano para o receptivo de eventual participação de Chefe de Estado de outros países, junto à CONAERO;

MS – Responsável por criar parâmetros de saúde para a realização dos Jogos, desde a saída dos indígenas de suas tribos até o retorno, tanto os nacionais quanto os internacionais, além do público em geral do evento, coordenando as ações junto à SEJI e toda a estrutura de saúde da cidade de Palmas;

PNUD – Responsável pelo Programa de Voluntariado: apoio técnico para a realização do Programa do Voluntariado em conjunto com o ITC, a SEJI e a Universidade Federal de Tocantins;

SEBRAE – Responsável pela realização da I Feira Mundial do Artesanato Indígena;

SESGE – Responsável por fazer o plano de segurança dos Jogos, coordenando as ações com todos os órgãos envolvidos em nível estadual e municipal;

UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS – Responsável por colaborar com as ações do Programa de Voluntariado e com o planejamento e execução das ações da Coordenação de Alimentos e Bebidas dos Jogos.

7. Realização dos I JMPI 2015

A realização dos I JMPI 2015 enfrentou múltiplos desafios, muitos conhecidos desde o Congresso Técnico, outros que surgiram devido aos atrasos na execução do planejamento, na produção dos Jogos e no repasse de recursos ao PNUD pelo Ministério. Ainda assim, o principal objetivo de todos os envolvidos foi o de

encontrar a maneira mais apropriada de conduzir os I JMPI ao seu fenomenal e merecido sucesso.

Desta maneira, este capítulo relata sobre os desafios e as soluções encontradas pelo CNE, tanto a sua coordenação em geral, como as áreas de responsabilidade do CNE em específico.

7.1 Objetivos e Público-Alvo

Objetivos

Realizar com sucesso os I JMPI 2015 pela execução das áreas de responsabilidade do CNE, bem como encontrar de maneira coletiva as respostas necessárias, tendo em vista os desafios do processo do desenvolvimento dos Jogos.

Público direto

- Delegações nacionais;
- Delegações internacionais;
- Celebidades e cerimonial;
- Instituições parceiras;
- Mídia local, nacional, internacional;
- Agentes de turismo em Palmas;
- Agentes culturais de Palmas e TO;
- Voluntários.

Público indireto

- Público geral de Palmas, Tocantins, Brasil e internacional;
- Organizações da sociedade civil.

7.2 Execução dos I JMPI 2015

Descrição geral do evento

Considerando os desafios apresentados na parte do processo de desenvolvimento do evento, a realização dos Jogos sofreu as consequências dos atrasos e dos processos que influenciaram a sua execução.

Por mais que a equipe fosse redimensionada, os conflitos entre os parceiros do projeto e os problemas de orçamento seriam as principais barreiras principais para a etapa de execução. Na área de infraestrutura, como exemplo, foram enfrentadas discrepâncias e resistência ao modelo de contratação recomendado pelos consultores coordenadores de projetos e o Organismo Internacional. Os atrasos do repasse de orçamento por parte do Ministério do Esporte agravaram ainda mais essas decisões.

Sem pormenorizar a importância das regras e a experiência do PNUD em grandes eventos, observou-se uma resistência do organismo em compreender os precedentes e desafios do CNE, colocando experiências passadas com o Esporte, em comparação a um evento nada comum. Foram necessários acordos mediados pelos Secretários do Ministério durante o processo, e, por vezes, pelo próprio Ministro.

Controvérsias na articulação política atrasaram muito o processo. Somadas à demora no repasse de recursos, bem como aos ruídos na comunicação com o ITC, comprometeram o início e a tranquilidade na condução das atividades em Palmas. Chegou um momento em que o mais prudente a ser feito foi montar estratégias que pudessem garantir uma adaptação à realidade que foi enfrentada até o final da execução dos Jogos. A finalização do cronograma, da programação dos Jogos e novos conflitos entre Palmas e o ITC e mesmo com a equipe do CNE, são alguns exemplos dos desafios enfrentados.

Com as demandas de tempo impostas ao projeto e as cobranças de outros envolvidos e da própria Casa Civil por cronogramas, informações sobre o números de participantes, programação e cronogramas de atividades, questões alfandegárias, entre outras, o CNE se colocou na posição de protagonista para obter essas informações e se comunicar com os participantes estrangeiros, com as empresas, com a imprensa, entre outras funções que sobrecarregaram a equipe que não havia sido dimensionada para atender a todas essas questões.

Ocorreram também algumas desistências de profissionais envolvidos no projeto e com novas demandas, a direção do CNE decidiu por realocar alguns coordenadores para áreas diferentes, aproveitando ao máximo a habilidade de cada um.

Alguns fatores são importantes de serem enfatizados, ilustrando bem o momento delicado enfrentado nessa fase de execução do projeto:

- Os contratos dos consultores só foram assinados em Junho de 2015, quatro meses e meio antes o evento;
- A integradora que montou a estrutura dos Jogos, começou a trabalhar depois de excedido os prazos máximos de segurança para a finalização das obras, estabelecidos pelos consultores da área de infraestrutura, uma vez que a empresa somente foi adjudicada 45 dias depois da abertura das propostas e da decisão e contratada menos de 30 dias antes do início do evento;
- A empresa de alimentação que executou, com enorme êxito, a responsabilidade de alimentar quase duas mil pessoas por dia, foi contratada poucos dias antes da chegada das delegações;
- Os consultores trabalharam sem acesso à qualquer tipo de telefonia celular, mesmo quando em campo, responsabilizando-se por despesas extraordinárias de comunicação, uma vez que o serviço solicitado não pode ser contratado por um problema interno do PNUD;
- Muitas das responsabilidades de Palmas e do ITC foram absorvidas pela equipe do CNE;
- A programação finalmente aprovada pelo ITC não incluía demandas da cidade de Palmas, como a realização de jogos de futebol no período noturno ou a participação sistematizada das delegações estrangeiras, o que ocasionou uma situação delicada e conflitiva com os atletas internacionais, no período anterior ao início dos Jogos, se estendendo até três dias após a cerimônia de abertura.

Sobre o último item, o CNE precisou tomar a iniciativa e atuar de maneira bastante protagonista para dar a direção na resolução das demandas na programação dos Jogos por parte dos participantes estrangeiros, realizar alterações diárias na programação e reportá-las ao Comitê Intertribal, Casa Civil e ao Município. Foi também obrigado a responder por promessas feitas pelo ITC a estes participantes com relação a acomodações e passagens aéreas, as quais iam além do compromisso e da responsabilidade do CNE.

A união dos Governos Estadual, Municipal, o Ministério do Esporte e a Casa Civil, trouxe soluções improvisadas para todas essas áreas.

Nesse sentido, a atuação do CNE necessitou que o seu papel fosse além do esperado, por precisar agir como gestores políticos e diplomáticos do projeto, como mediadores de conflitos. Teve de atuar em questões e controvérsias entre os demais parceiros, ou para suprir deficiências no trabalho dos demais

parceiros, ora por demanda apresentadas por eles, ora por questões detectadas por agentes externos ou pelo próprio CNE.

Até mesmo as primeiras mediações entre o PNUD e o ME, ou do ME com a Casa Civil foram conduzidas por consultores na coordenação do Comitê Nacional. O CNE também assumiu toda a organização e sistematização das informações sobre as delegações estrangeiras, o receptivo e organização do transporte em Palmas, a resolução de conflitos sobre a programação e as emergências e crises comuns a todo grande evento.

Em consequência, isso deu espaço para o crescimento dos improvisos. Alguns dos desafios entre o CNE e o PNUD foram mediadas com a interferência do próprio Ministro do Esporte, em contato com o Diretor Executivo do CNE, ou pela improvisação e dedicação do Comitê ao projeto. A Casa Civil assumiu também uma responsabilidade extraordinária, resolvendo e mediando outros tipos de conflitos juntos a representantes do ME, a cidade de Palmas e outros Ministérios.

O CNE também agiu na captação de recursos externos, que infelizmente não se concretizaram por falta de conhecimento sobre o evento, pela crise econômica instalada no país e um certo zelo (mesmo por parte das empresas públicas) com investimento em um evento do Governo.

Outro fator negativo foi o tempo para a realização da captação. Para garantir o apoio das empresas, sobretudo as privadas, esse processo deveria ter iniciado mais cedo, com pelo menos um ano de antecedência, antes do fim do ano fiscal anterior. Além disso, fez falta durante as tentativas de captação um pedido institucional do ME ou da própria presidência, muitas vezes recomendado, mas nunca concretizado. Os atrasos na assinatura de contratos e nos repasse prejudicaram o CNE atrás nessa tarefa.

Avançou-se para os dias que antecederam os Jogos e toda a equipe de consultores e de apoio foi mobilizada para acompanhar e dar encaminhamento a todas as demandas levantadas pela precursora da Presidência da República. Foram três visitas prévias, além das ações no dia da abertura, envolvendo agentes de segurança, forças policiais, ABIN e cerimonial. Muito teve que ser viabilizado, reestruturado e redimensionado para receber a Presidente no evento, mas a confirmação de sua presença projetou ainda mais o evento e contou com o esforço de todos os parceiros neste sentido.

Houve um reconhecimento bastante entusiasmado da equipe especial de segurança, comunicação e logística da presidência ao trabalho do CNE e ficou certo, apesar de alguns percalços, de que a abertura seria um sucesso. Assim

foram também os dias que a sucederam, apesar de conflitos e estresses diários e uma improvisação constante no trato de todas as ações que foram demandadas de última hora.

Como é de conhecimento do senso comum, nenhum evento deste porte termina com planilhas elaboradas na fase de planejamento. Ocorreram custos adicionais em função de necessidades e iniciativas que precisaram ter soluções tomadas de última hora, a fim de reparar atrasos e vários pedidos feitos por agentes de todo o projeto, incluindo a precursora da Presidência da República. Nada sem o consentimento e participação ativa do Ministério do Esporte, do PNUD e de seus representantes. Algumas adaptações também foram necessárias para atender características regionais e necessidades, detectada pelos consultores *in loco*.

De todo modo, um projeto foi concluído com um enorme sucesso de público e de mídia (ver Anexo 12.4.6). Esse sucesso foi mérito de todos os atores envolvidos. O mais relevante de todo o processo foi vencer enormes desafios, garantindo o êxito de crítica internacional e de público, sem deixar o estresse e as improvisações transparecerem para o público no resultado final.

Os relatos das demais áreas de atuação serão descritos na parte a seguir.

7.3 Atuação do CNE por Áreas

7.3.1 Infraestrutura

Atividades realizadas

Em março de 2015, foram iniciados os projetos de infraestrutura dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. Após uma visita técnica ao local, um levantamento para melhor entendimento do escopo do projeto e contato com as equipes responsáveis pela organização do evento, o planejamento de estudo preliminar foi traçado.

Por ser um evento de grande porte, nunca antes realizado e de estruturas provisórias necessárias, levou-se em consideração a experiência da equipe nas execuções de trabalhos anteriores. Buscou-se, ainda, atender às necessidades do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena - ITC na área de implantação demarcada pela Secretaria dos Jogos e Prefeitura de Palmas.

Com o programa de necessidades elaborado, as ações de infraestrutura foram realizadas em três áreas: Vila dos Jogos, Ocara e Estruturas auxiliares.

Ainda durante a etapa de implementação da infraestrutura, a equipe foi responsável também por acompanhar a evolução das obras de terraplanagem água, esgoto calçamentos e arruamento.

Vila dos Jogos:

- Portal de entrada principal e de serviço do evento com catracas, detectores de metais e Mag & bags (Raios-X de volumes);
- Arena para competições desportivas e apresentações;
- Oca da Sabedoria (área de interlocução e apresentações artísticas);
- Oca Digital (espaço de inclusão digital indígena com computadores conectados a internet);
- Feira do SEBRAE (espaço de venda de artesanato indígena);
- Feira do Ministério do Desenvolvimento Agrário (espaço destinado à troca de sementes entre as tribos indígenas nacionais e comercialização de produtos produzidos por indígenas cadastrados);
- Área para credenciamento de prestadores de serviços e indígenas;
- Área dos Atletas (espaço de descanso e espera para a entrada na Arena);
- Centro de Mídia/Sala de Conferência (reservado aos jornalistas);
- Centro de Monitoramento de Crise (através do CATV);
- Banheiros públicos;
- Escritórios destinados aos órgãos e empresas relacionadas diretamente aos Jogos;
- Sala de reunião à disposição da Casa Civil, Ministério do Esporte e demais partícipes;
- Guaritas;
- Área de Carga e Descarga;
- Refeitório de serviço;
- Serviços Públicos, área destinada aos órgãos públicos (Direitos Humanos, Polícia Militar, Polícia Civil, Itamaraty, Juizado Especial e ANVISA);
- Tribuna de Imprensa (área para transmissão e acompanhamento dos eventos na Arena);

- Áreas VIP e VVIP (Camarotes na Arena para autoridades);
- Espaço reservado para descanso e espera dos voluntários.

Ocara:

- Residência temporária das 24 etnias indígenas brasileiras;
- Refeitório para os indígenas nacionais.

Estruturas auxiliares:

- Arquibancada de público nos dois campos de futebol localizados em áreas fora da vila dos jogos;
- Arquibancada e área de apoio para jogos aquáticos.

Logo após a Cerimônia de Encerramento dos Jogos, teve início o processo de desmontagem das partes técnicas dos elementos de cenografia (pira e geradores que não seriam mais usados). Nos dias seguintes, as estruturas foram desmontadas na seguinte sequência: cenografia, mobiliário, divisórias, contêineres, pisos, tendas e arquibancadas.

Projetos complementares de elétrica e hidráulica:

O projeto de elétrica foi desenvolvido para atender às demandas do projeto arquitetônico, com escopo na locação e fornecimento de conjunto de grupos geradores da energia doméstica, alimentadores, quadros gerais e parciais de distribuição, tomadas, luminárias, pontos de força, iluminação cênica de forma a contemplar todos os setores abaixo relacionados:

Setor 1 - G1/G2 - 400kVA

- Tenda Credenciamento e Tenda Ticket Center;
- Tenda Polícia Militar;
- Tenda Polícia Civil;
- Tenda Juizado Especial;
- Tenda Achados e Perdidos;
- Tenda Posto Brigada;
- Tenda Posto Médico;
- Tenda Centro de Informações;

- Tendas M&B;
- Contêineres Banheiros;
- Tenda MDA.

Setor 1 - G1C/G2C - 550kVA

- Iluminação Cênica do Pórtico de Entrada e M&B;
- Iluminação Cênica do MDA (Feira de Agricultura Familiar);
- Iluminação Cênica Credenciamento/Ticket Center.

Setor 2 - G3/G4 - 260kVA

- Tenda Monitoramento de Crise;
- Tenda Guarita;
- Contêineres Banheiros;
- Tenda Centro de Mídia;
- Tenda Sala de Conferências.

Setor 2 - G3C/G4C - 170kVA

- Iluminação Cênica do Centro de Mídia;
- Sala de Conferência.

Setor 3 - G5/G6 - 400kVA (Standby)

- Tendas Carga e Descarga;
- Contêiner Banheiros;
- Tenda M&B;
- Tenda Voluntários;
- Tenda Refeitório Prestadores;
- Contêiner Depósito Seco;
- Contêiner Depósito Refrigerado;
- Contêiner Escritório;
- Contêiner Broadcast.

Setor 4 - G7/G8 - 500kVA

- Tendas M&B;
- Área de Hospitalidade;
- Tenda área VIP;
- Tenda área VVIP;
- Tenda Tribuna de Mídia;
- Cozinha área VIP;
- Tenda área dos Atletas;
- Posto Médico;
- Contêiner Banheiros.

Setor 4 - G5C/G6C - 400kVA

- Iluminação Cênica da Fachada/Entrada/Funcional da Arena.

Setor 5 - G9/G10 - 500kVA

- Contêiner Sanitário;
- Tenda M&B;
- Oca da Sabedoria;
- Tenda Guarita;
- Oca Digital.

Setor 5 - G7C/G8C - 260kVA

- Iluminação Cênica da Oca Digital;
- Iluminação Cênica da Oca da Sabedoria;
- Iluminação Cênica do deck entre as Ocas Digital e da Sabedoria.

Setor 6 - G11/G12 - 25kVA

- Arquibancada Junto ao Rio para provas aquáticas.

Setor 7 - G13/G14 - 260kVA

- Tenda Posto Médico Ocara,

- Tenda Refeitório Ocara,
- Área da Ocara.

Luz Cênica da Praça de Alimentação - G9C/G10C - 400kVA.

Luz Cênica da Abertura e Encerramento do Evento - G11C/G12C -1000kVA.

Por ser um evento de nível internacional, as instalações elétricas foram formatadas considerando a disponibilidade de duas fontes de suprimento de energia, uma local, da Casa, fornecida pela ENERGISA (Concessionária Local) e outra pelas Ilhas de geradores fornecidos pela INTEGRADORA.

A ENERGISA executou toda a Rede de Distribuição em Média Tensão, incluindo o fornecimento e a instalação dos Transformadores de 75 e 150kVA, conforme solicitado pela Coordenação de Infraestrutura.

Coube à INTEGRADORA executar a interligação entre a saída dos transformadores e os quadros de reversão das Ilhas de Geração, contemplando cabeamento, proteção, medição e aterramento, segundo as normas da ENERGISA.

Foi utilizado no evento o Suprimento de Energia 100%, por meio da utilização dos geradores em paralelo e sincronizados, garantindo a redundância do sistema, ficando a Energia da Casa (ENERGISA) como backup para o caso de pane de uma das Ilhas de Geração. Fora do horário do evento foi realizada a reversão em todas as Ilhas de Geração, passando a ser utilizado 100% da Energia da Casa (ENERGISA) ficando os Geradores como backup.

A reversão do fornecimento de energia foi manual e realizada de acordo com a programação do evento. Os Quadros de Reversão foram instalados nas Ilhas de Geradores, onde estava disponível um ponto de suprimento de elétrica da Casa, disponibilizado pela ENERGISA.

O Quadro de Reversão alimentou o QGBT-GMG de cada uma das Ilhas de Geração e deste quadro foram alimentados os diversos QDG ou QDM, conforme diagrama unifilar dos Setores. Dos QDG ou QDM foram alimentados os quadros de distribuição de luz, tomadas, força e pontos de ar condicionado rooftop que alimentaram as tendas e os contêineres.

Relação de Desenhos do Projeto Básico de Elétrica desenvolvido para o evento:

Elétrica Ilha de Geradores Setor 1 - EL01

Elétrica Ilha de Geradores Setor 2 - EL02

Elétrica Ilha de Geradores Setor 3 - EL03

Elétrica Ilha de Geradores Setor 4 - EL04

Elétrica Ilha de Geradores Setor 5 - EL05

Elétrica Ilha de Geradores Setor 6 e 7 - EL06

Elétrica Modelo Diagrama GMG /QGBT/QG - EL07

Resumo das instalações complementares implantadas durante o evento na Vila dos Jogos e na Ocara:

- Geradores instalados (25 unidades);
- Ar condicionado (janela, split e rooftop - 700 tr);
- Climatizadores de ambiente (42 unidades);
- Refletores para iluminação cênica (244 unidades);
- Telão de alta resolução (03 unidades);
- Sistema de sonorização (03 unidades);
- Luminárias (800 unidades);
- Tomadas (600 unidades);
- Quadros de distribuição (50 unidades);
- Câmeras fixas (80 unidades);
- Câmera móvel (10 unidades);
- Central de monitoramento (01 unidade);
- Ponto de CFTV (06 unidades);
- Computadores em rede (20 unidades).

Projeto de rede hidráulica, esgoto e engenharia civil

Os serviços desenvolvidos na área de engenharia civil, para a realização dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, tiveram como escopo:

- Levantamento preliminar da situação da infraestrutura local para utilização de espaços e instalações existentes;
- Elaboração e execução de projetos hidro-sanitários para atendimento das demandas nos espaços do evento;
- Execução de eventuais obras civis para atendimentos pontuais nas montagens das estruturas temporárias do evento.

As áreas beneficiadas com o abastecimento de água e coleta de esgotos foram a de hospedagem das etnias brasileiras, denominada Ocara e o espaço Vila dos Jogos onde ocorreu a realização do evento.

O trabalho de implementação nessas áreas se desenvolveu com base na parceria entre as equipes de infraestruturas do Comitê Nacional Executivo - CNE, da Secretaria dos Jogos Indígenas Mundiais - SEJI e do corpo técnico da área de projetos, execução e manutenção da concessionária local de água e esgoto. Foram implementadas as redes com base nos projetos desenvolvidos pela SANEATINS e nos projetos das instalações de autoria da coordenação de infraestrutura, ambos embasados nos dados populacionais e de vazão estimadas inicialmente para o evento.

A coordenação acompanhou ainda toda a execução das redes hidráulicas, incluindo os serviços de marcação, abertura de valas, colocação de tubulações, registros e pontos de abastecimento, descarga e o fechamento das valas, em ambas as áreas acima citadas. Foram realizados testes de vazão e pressão com medidores colocados pela Concessionária ao longo da rede, obtendo os valores de vazão próximos de 11 l/se pressões de 30 mca.

Para a concretização do evento foram realizadas, por intermédio da Empresa Integradora, as interligações dos pontos de consumo às redes de água e esgoto já disponibilizadas pela SANEATINS. Como pontos de consumo colocaram-se os contêineres sanitários, chuveiros da Ocara, pias das cozinhas e dos postos médicos e os bebedouros.

As interligações englobaram os serviços de abertura e fechamento de valas, colocação de tubulações em PVC para água e esgoto e instalação de registros de controle.

Principais desafios

Alterações no projeto inicial

Ao longo do desenvolvimento das atividades surgiram diversas demandas advindas do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena - ITC, da Secretaria Extraordinária dos Jogos Indígenas - SEJI, órgãos públicos municipais e federais e pelo CNE. Tais solicitações foram incorporadas ao projeto, tanto em sua fase de concepção quanto em sua fase de construção, visto que a organização não impôs uma data limite para estas ações.

Demandas que não haviam sido discutidas durante o processo de elaboração do projeto surgiram quando o projeto já estava sendo executado. As novas demandas resultaram em muitas mudanças e revisões no projeto original totalizando 25 revisões em apenas 06 meses. As alterações ocorreram até o último dia de evento, dadas as indecisões sobre o projeto.

Atrasos nas licitações e fechamentos de contratos

Os projetos foram entregues ao PNUD no início de julho, porém, somente um mês antes do evento as montagens puderam ser iniciadas com a chegada dos contêineres, fornecidos pela empresa Lafaete. A demora no fechamento dos contratos impactou diretamente no cronograma de execução das atividades. A licitação da integradora foi a que teve um atraso maior. Como o prazo era curto para início do evento, a empresa integradora que já tinha um resultado prévio com todo o processo aprovado pelo PNUD, mas ainda não publicado oficialmente, começou seus trabalhos com a chegada da arquibancada temporária da Arena, montada pela FAST Engenharia.

Ausência de informações importantes

A dificuldade na obtenção de informações em relação ao evento, junto ao Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena - ITC, prejudicou muito o planejamento das ações. A indefinição da programação dos Jogos impactou diretamente na formatação do horário de funcionamento da disciplina de Elétrica quanto no funcionamento dos Grupos Geradores.

Já a falta de estimativa orçamentária para o evento, bem como a ausência de informações no valor de fechamento de diversos contratos, comprometeu o desenvolvimento das atividades no geral.

Prazos incompatíveis

Em decorrência de atrasos diversos nas licitações, o trabalho de montagem precisou ser realizado em um prazo muito curto. Com a confirmação da participação da Presidente da República no evento, novas demandas de projeto oriundas de sua equipe precursora tiveram que ser realizadas em tempo recorde.

Ausência de estrutura adequada para o desenvolvimento das atividades

A falta de condições adequadas tanto no início do projeto e principalmente na cidade de Palmas prejudicou o trabalho da equipe que precisou utilizar equipamentos próprios para desenvolver as atividades em um ambiente com ausência de luz, água, sala, equipamentos eletrônicos, etc. A composição da equipe em si foi considerada pequena em relação à dimensão do projeto e a cidade dispunha de pouca infraestrutura de apoio, materiais e insumos.

Alguns serviços de instalação, como a distribuição dos circuitos parciais e aterramento, foram executados em não conformidade com a Norma NBR 5410 da ABNT. No restaurante da Ocara, o sistema de condicionamento de ar com aparelhos de janela, executado pela Integradora, não atendeu à demanda térmica do ambiente no horário de pico, sendo necessário substituir os aparelhos de

baixo rendimento por 08 splits de 5TR cada.

Durante a montagem das estruturas nas áreas do evento, vários pontos das redes de água foram danificados pelas atividades desenvolvidas dentro das mesmas pelos caminhões, carretas de serviço e transporte de materiais, carros particulares e trabalhadores no desenvolvimento de suas atividades.

Com o começo da ocupação da Ocara observou-se a falta de água, principalmente nos horários de pico de consumo. Como a Vila dos Jogos ainda não estava ocupada e a vazão estabelecida era mais que suficiente para atender a Ocara, concluiu-se que o não atendimento da demanda teria como causa dificuldades na rede de abastecimento da SANEATINS e/ou na rede de distribuição na Ocara.

Devido a esta situação emergente, a equipe precisou realizar a readequação da rede de distribuição a partir da entrada geral na Vila dos Jogos até o seu ponto final na Ocara, substituindo os elementos danificados e operando os registros da rede da cidade que abastecem a região do estádio Nilton Santos para levar a maior quantidade possível de água às áreas do evento.

Ausência de uma empresa líder no consórcio

A falta de uma empresa líder no consórcio para coordenar e distribuir as tarefas das diversas disciplinas pelas demais consorciadas fez com que as mesmas buscassem a equipe de consultores para intermediar assuntos relacionados à montagem.

Finalização das ações

Não existiu uma proposta de limpeza após a desmontagem e ficou acordado que a SEJI tentaria uma negociação com a empresa de limpeza pública local Valor Ambiental para efetuar a limpeza final dos itens dessa área.

Pontos positivos

Segundo a Matriz de responsabilidades, as obras de terraplanagem água, esgoto, calçamentos e arruamento estavam a cargo da Prefeitura, representada pela Secretaria Extraordinária dos Jogos Indígenas - SEJI. As obras foram executadas de forma ordenada e eficiente, cumprindo os acordos entre a coordenação de infraestrutura do CNE e a SEJI. A interlocução e compatibilização dos objetivos entre as partes envolvidas nos projetos foram essenciais para a entrega dessas obras dentro do prazo estabelecido.

As constantes reuniões entre o corpo técnico da coordenação de infraestrutura e as equipes técnicas da SEJI e da Concessionária local, contribuíram para os

resultados positivos. O apoio irrestrito da SEJI junto às concessionárias locais, durante a fase de implantação da infraestrutura da Vila dos Jogos e da Ocara, possibilitou a tramitação das demandas junto as concessionárias de forma ágil e eficaz.

Outros fatores como o empenho da Integradora em entregar todos os serviços dentro dos prazos acordados para o início do evento e a instalação de toda a rede de infraestrutura de elétrica para a Vila dos Jogos e para a Ocara também dentro do prazo, foi de fundamental importância para os Jogos.

É importante destacar ainda o comprometimento, a capacidade e o entrosamento da equipe de infraestrutura, aliados à agilidade na elaboração dos projetos arquitetônicos, complementares e de compatibilização como pontos fundamentais para o êxito obtido nas ações realizadas.

Para informações adicionais, consulte o Anexo 12.4.1.

7.3.2 Produção

Atividades realizadas

As atividades de Produção para os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas incluíram a coordenação de toda a parte de logística referente à produção do evento e interface entre os órgãos envolvidos, a exemplo do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena - ITC e a empresa integradora.

Foi realizada ainda a supervisão dos serviços de produção referentes ao credenciamento, segurança, brigada, postos médicos, limpeza, carregadores, áreas VIP e VVIP, acessos e logística prestados pela empresa integradora. Além da coordenação e supervisão de áreas de uso comum do evento (Estádio Nilton Santos, Oca da Sabedoria, Oca Digital, Arena Verde, áreas externas) e Suporte à Feira do SEBRAE, Feira do MDA e Praça de Alimentação.

Principais desafios

Durante o evento foram enfrentados diversos desafios, alguns puderam ser superados com esforço coletivo, enquanto outros prejudicaram a fluidez das atividades e causaram atritos desnecessários entre as equipes.

Entre os principais desafios pode-se destacar o apoio do ITC, considerado insuficiente, especialmente em relação a questões ligadas ao credenciamento de indígenas no evento e a necessária intermediação do diálogo entre a produção e

os diferentes povos, gerando inúmeros atritos com indígenas não constantes das listas previamente recebidas no local de credenciamento.

O setor que apresentou os maiores desafios foi o de credenciamento, pois, além de divergências iniciais entre as equipes, foram realizados muitos pedidos de credenciamento provenientes de diversos setores e órgãos, sem uma lista prévia, o que dificultou o planejamento e causou falta de material, além da evidente falha de segurança, pois nem todos os nomes puderam ser verificados pela ABIN, permitindo assim que o evento ficasse vulnerável. Os materiais utilizados na confecção de crachás não eram adequados, o que gerou uma quantidade excessiva de credenciais perdidas.

Houve deficiências estruturais, a exemplo dos postos médicos na Vila que não comportaram a demanda; falhas no projeto do espaço destinado ao credenciamento que subutilizou a estrutura e a constatação (pela equipe de alimentação) de que cozinha da área VIP estava inadequada para uso, geraram transtornos, em especial na noite de abertura.

A estrutura física disponibilizada para a entrada e saída do público das dependências da Vila e Arena apresentou problemas devido à forma como foi montada, não comportando de maneira adequada o quantitativo de público e permitindo o acesso de algumas pessoas sem que passassem pelo detector de metal, podendo assim comprometer a segurança. A mesma situação aconteceu com os portões de acesso para os ônibus das delegações indígenas.

Igualmente preocupante foi o fato das rotas originárias das saídas de emergência conduzirem para vias sem condição de comportar um volume grande de pessoas em caso de emergência.

O quantitativo de pessoal e equipamentos não estava adequado à necessidade de setores como limpeza, credenciamento, segurança privada e recepção. Estes setores também careceram de um treinamento adequado o que prejudicou o desempenho de algumas equipes.

Os problemas na regularidade do abastecimento de água (banheiros, postos médicos, etc.) na Vila, no Estádio Nilton Santos e principalmente na Ocara, foram contornados com apoio da Prefeitura. Também foi preciso comprar um volume bastante considerável de água mineral para suprir a falta de água para hidratação dos indígenas e equipes de trabalho na Ocara.

O cadastramento de indígenas, que comercializavam artesanato na parte externa à Vila dos Jogos, pela FUNAI, sem o prévio conhecimento da equipe de produção,

e a conseqüente liberaçãõ da venda de alimentos e bebidas foi um desafio, pois poderia acarretar em problemas de segurança e com a Vigilância Sanitária.

Pontos positivos

Os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas contaram com a participação das forças federais, estaduais e municipais em conjunto com a segurança privada do evento. Embora fossem registrados pequenos furtos durante os Jogos, o trabalho de segurança foi eficiente, tendo grande destaque o caminhão de monitoramento da PM de Minas Gerais e a delegacia móvel que foi de grande importância para sanar a tempo as deficiências causadas pelo baixo efetivo da segurança privada. De papel fundamental foi o desempenho dos representantes da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE) e da Guarda Metropolitana, que com conhecimento e apoio foram essenciais para controlar crises no local.

Realizado com a colaboração das equipes de apoio do CNE os controles de acesso ao estacionamento, ao evento e à Arena, apesar de eventuais dificuldades estruturais, foram efetivos. O bloqueio de catracas evitou a superlotação, e o envio de informações de hora em hora permitiu controlar o quantitativo de pessoas no evento.

Apesar do pequeno efetivo, a equipe de limpeza privada se dedicou de forma integral ao evento, assim como a equipe de brigadistas e carregadores que atenderam prontamente às necessidades.

O Ministério da Saúde foi peça fundamental na interlocução entre as equipes de saúde regidas pelos Governos Estadual e Municipal. Neste contexto, o destaque foi o posto Médico da Ocara que, equipado pela saúde municipal, estava adequado à necessidade.

A equipe do CNE também contribuiu para a boa fluidez das ações de logística relativas ao traslado dos indígenas nacionais e internacionais desde a sua chegada à cidade até o fim das atividades do evento. Com destaque para as operações de embarque e desembarque dos indígenas no evento e Ocara que contribuíram para o controle do quantitativo de etnias na Vila dos Jogos.

A Prefeitura de Palmas foi decisiva para o desenvolvimento das atividades. Extremamente solícita em todos os momentos foi eficiente e fundamental para que a equipe de produção pudesse operar o evento, apesar das peculiaridades do mesmo, como a liberaçãõ de armas brancas dentro do perímetro da Vila.

Para informações adicionais, consulte o Anexo 12.4.2.

7.3.3 Hospitalidade

Atividades realizadas

As atividades da Coordenação de Hospitalidade dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas foram baseadas em duas frentes de trabalho: logística/hospedagem, e o Plano de Ação de turismo. No que tange à logística, a coordenação foi responsável por voluntários, equipes de trabalho e pelos indígenas nacionais e internacionais, atuando diretamente na hospedagem destes últimos.

Os principais itens planejados e executados referentes à logística e hospedagem foram:

- Acompanhamento e supervisão da instalação dos equipamentos nas escolas de tempo integral utilizadas para hospedagem dos indígenas internacionais (antes, durante e depois dos Jogos);
- Acompanhamento diário da manutenção física e atividades dentro das escolas;
- Acompanhamento das refeições e saídas de transporte para garantia de participação dos indígenas nas atividades;
- Elaboração do Informativo de Condutas a serem adotadas dentro das escolas;
- Elaboração do Informativo do Transporte para os indígenas nacionais e internacionais e voluntários;
- Monitoramento dos indígenas internacionais e nacionais em seus itinerários (desde a saída de seus países e/ou aldeias até seu regresso aos locais de origem).

Baseado em um projeto colaborativo, em parceria com as áreas do setor turístico de Palmas e Tocantins, ligados direta ou indiretamente ao evento, a coordenação criou e executou o plano de ação de turismo.

As principais ações desenvolvidas e executadas, relacionadas ao plano de ação de turismo foram:

- Elaboração do Plano de Ação de Hospitalidade dos I JMPI;
- Elaboração de um Informativo de Hospitalidade inédito para o município de Palmas e o Estado de Tocantins, com os dados dos principais prestadores de serviços de turismo, por meio das entidades e setores ligados aos Jogos;

- Mensuração da expectativa real dos Jogos entre os partícipes do projeto (10 mil turistas no período e média de 30 mil pessoas/dia na arena dos jogos);
- Monitoramento da oferta de hospedagem disponível no município de Palmas, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional;
- Monitoramento da previsão de oferta de hospedagem no município de Palmas;
- Auxílio nas ações locais do AirBnb (plataforma online em que pessoas anunciam apartamentos ou quartos para alugar para estadias curtas);
- Estruturação da Central de Atendimento aos Turistas (CATUR);
- Auxílio no aumento da oferta e qualidade dos transportes durante o período dos Jogos. Em parceria com a Companhia Metropolitana de Ônibus (SMAMTT) foi elaborado um roteiro alternativo para as rotas de transporte público;
- Apoio na implementação das rotas alternativas de ônibus para o acesso aos seguintes roteiros: aeroporto, Vila dos Jogos, centro da cidade e pontos turísticos, além de meios de hospedagem. Durante o período dos Jogos foram disponibilizados, ainda, ônibus executivos;
- Monitoramento no aumento das ofertas de voos para cidade de Palmas. Foram ofertados dois novos voos diretos, a partir de setembro de 2015, partindo dos aeroportos de Congonhas (SP) e Confins (MG);
- Monitoramento da adesão dos taxistas ao aplicativo local 99taxi. Entre julho e outubro houve um acréscimo de cadastros elevando de 23 para 64;
- Auxílio na elaboração do plano de divulgação internacional junto à EMBRATUR para apoio na realização das press trips, ou seja, turnês de imprensa para familiarizar esses profissionais com um novo destino turístico e assegurar a sua divulgação nos meios de comunicação nacionais e internacionais;
- Sensibilização quanto à necessidade de capacitação dos prestadores de serviços turísticos em Palmas. Foi elaborada uma agenda do Sistema S, mediante provocação desta coordenação, com ofertas de cursos gratuitos para o setor de turismo, visando à melhoria do atendimento ao turista;
- Auxílio na elaboração de material promocional impresso e digital para o evento (Mapas e Aplicativos);
- Auxílio no monitoramento da cadeia turística em Palmas antes e durante o evento;
- Monitoramento junto às agências de receptivo dos produtos turísticos ofertados para o período dos Jogos, relacionados à vivência da Cultura Indígena;
- Mapeamento do quantitativo de bancos e casas de câmbio em Palmas.

Principais desafios

A falta de estrutura adequada para o desenvolvimento das atividades foi um obstáculo a ser superado. Com uma equipe reduzida, sem a disponibilização de celulares equipados com internet móvel e material de apoio como internet, impressora, medicamentos e material de escritório nas escolas onde as delegações internacionais foram hospedadas, foi um desafio transportar e hospedar um quantitativo relevante de pessoas.

Outros fatores como mudanças bruscas e repentinas na programação, ausência de informações cruciais, atrasos da equipe de trabalho e retorno de algumas equipes internacionais após a data prevista, tendo a última delegação saído apenas no dia 01º de novembro, representaram barreiras mais difíceis de transpor. Problemas na estrutura do refeitório da Ocara obrigaram, por diversas ocasiões, que os indígenas nacionais se deslocassem para realizar suas refeições juntamente com as equipes internacionais nas escolas/alojamentos. Isto influenciou diretamente no fluxo de pessoas atendidas nesses locais, cerca de 2.000, sobrecarregando a estrutura e a equipe.

A falta de cooperação e união entre as equipes de trabalho, em especial as dificuldades com o Comitê Intertribal da Memória e Ciência Indígena - ITC, representaram um grande problema durante todo o processo e um consequente desgaste adicional.

Em relação às atividades de fomento ao turismo, o principal fator negativo foi o descrédito da população local em relação à magnitude do evento proposto. Este fato foi devido à imagem que os habitantes da cidade de Palmas tinham das edições nacionais dos Jogos Indígenas, o que dificultou a adesão de empresários e população em geral aos Jogos. Desta forma, foi preciso um esforço adicional para atingir os objetivos propostos.

Pontos positivos

Apesar das dificuldades encontradas, não houve nenhum registro grave como assaltos, sumiços, entre outros, durante o período dos Jogos e da permanência dos indígenas nacionais e internacionais. Assim como nenhuma ocorrência de intoxicação alimentar, considerado um grande êxito da organização, devido à qualidade das refeições ofertadas aos indígenas.

Entre os pontos positivos, é possível destacar ainda o acompanhamento em tempo integral nos deslocamentos de todos os indígenas, desde a saída e o retorno às aldeias, quanto às saídas e retornos aos países de origem, além do

suporte policial, assistência médica, transporte, inclusive para passeios turísticos, câmbio e demais serviços 24 horas.

Em relação à hospitalidade turística, entre os principais destaques estão a constituição do Comitê de Hospitalidade (Ministério do Turismo, AGTUR, CNE e SEJI); o levantamento de dados turísticos do município de Palmas (número de agências de turismo, agências de receptivo, hotéis etc...), inéditos para a Agência Municipal de Turismo e a Secretaria de Estado de Turismo; funcionamento dos Centros de Atendimento aos Turistas (CATURs); ações dos I JMPI no aeroporto para atendimento aos turistas; oferecimento de cursos de capacitação gratuitos pelo Sistema S; mobilização do trade turístico para o evento e oferta de meios de transporte e rotas alternativas para os turistas durante os Jogos.

Durante o período dos Jogos houve um aumento significativo e importante na arrecadação financeira dos serviços ligados a toda a cadeia de turismo. Os bares e restaurantes incrementaram entre 25% e 40% o seu volume de vendas. Já a rede hoteleira registrou taxa de ocupação de 99%.

Foram analisados 50 estabelecimentos do setor de Alimentos e Bebidas representados pela ABRASEL TO, tendo como base prévia aos Jogos a ocupação média de 30 assentos e durante os I JMPI a ocupação média de 50 lugares. Considerando gasto diário médio individual de R\$ 60,00 e o número médio de ocupação diária 3.000, alcança-se a movimentação estimada de R\$ 180.000,00 por dia, o que equivale a uma movimentação total de cerca de R\$ 1.620.000,00 nos equipamentos monitorados.

Analisando o número de visitantes identificados, apenas nos leitos ocupados na hotelaria (3.566), durante os I JMPI, considerando um valor médio de R\$ 150,00 para cada diária, tem-se o número de R\$ 534.900,00/dia. Considerando o mesmo público e o valor médio de refeição em torno de R\$ 30,00 por pessoa, 02 refeições diárias, há a movimentação de R\$ 213.960,00/dia. Analisando as estimativas apresentadas acima o valor total de arrecadação diária fica em R\$ 748.860,00, se somados os nove dias de evento, resulta num total de R\$ 6.739.740,00 de faturamento proveniente apenas do público que utilizou rede hoteleira.

Para informações adicionais, consulte o Anexo 12.4.3.

7.3.4 Alimentos e Bebidas

Atividades realizadas

A Coordenação de Alimentos e Bebidas executou durante cerca de nove meses, diferentes atividades a fim de garantir a alimentação adequada aos participantes dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. Dentre as ações desenvolvidas é possível destacar:

Participação no Congresso Técnico dos Jogos

Em Brasília, durante o Congresso Técnico a coordenação defendeu o conceito da alimentação que seria utilizada nos Jogos, com alimentos variados, representando as etnias brasileiras e valorizando os outros países participantes dos Jogos.

Visitas técnicas às cozinhas / Logística e alimentação nas escolas

Foram realizadas visitas técnicas nas 05 (cinco) Escolas Municipais de Tempo Integral, apresentadas pela Prefeitura de Palmas por meio da Secretaria Extraordinária dos Jogos, que serviriam para o apoio e acomodação das delegações indígenas estrangeiras. Em função do número de delegações, apenas duas escolas foram utilizadas.

As Escolas Municipais visitadas receberam de modo geral um parecer favorável para a execução dos serviços de alimentação em suas dependências técnicas, tais como: refeitório, cozinha, sistema de gás, área de limpeza, armazenagem, ventilação, coleta de lixo.

Embora todas as escolas municipais estivessem equipadas com inventários e materiais para preparo das refeições foi enviada a prefeitura uma lista com observações e análise sobre melhorias e reparos necessários para o funcionamento correto das cozinhas dos refeitórios durante todo o período dos Jogos.

Em reunião com o Secretário de Educação do Município, Danilo Mello, o mesmo garantiu disposição para cumprir os prazos estabelecidos pelo Comitê Nacional Executivo. As delegações internacionais foram divididas e acomodadas em duas Escolas de Tempo Integral, em Palmas: Anísio Teixeira e Padre Josimo Tavares. Cerca de 350 pessoas ficaram hospedadas em cada escola, onde receberam toda a alimentação dividida em café da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e ceia.

Alimentação e nutrição na Ocara

A alimentação na Ocara, espaço onde os indígenas nacionais foram hospedados, durante os I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas foi variada, buscando diversificação entre os alimentos para que todos os nutrientes estivessem presentes nas refeições. Levando em consideração as características em comum das etnias

presentes no evento, a equipe procurou oferecer alimentos do hábito diário desses povos.

Ao longo do evento, um trabalho de observação foi realizado para identificar os alimentos mais consumidos pelos indígenas que realizavam suas refeições na Ocara. Foi observado que o café da manhã mais comum era composto por pão de sal com manteiga, bolo, tapioca, leite com café e uma fruta, sempre com a preferência pela banana nanica ou laranja.

O almoço e jantar, sempre acompanhado da farinha de mandioca, foram compostos em sua maioria por arroz branco, feijão de caldo e, como guarnição, as mais escolhidas foram: mandioca, batata doce, cará, inhame e macarrão, entre as carnes as escolhidas foram: peixe, frango, porco e bovina. As saladas mais aceitas foram à alface, tomate, cenoura, beterraba e pepino.

Kit saudável

O lanche da tarde pensado para atender os atletas e os demais integrantes das delegações dos Jogos foi servido diariamente na Vila dos Jogos, na área do atleta. Para elaboração do lanche foram levadas em consideração várias questões, como segurança alimentar, condições climáticas do Estado do Tocantins e alimentos que fazem parte da cultura dos povos indígenas a exemplo do cacau, castanha do Pará e cereais. Dessa forma, o kit elaborado para o lanche foi composto por frutas in natura, como banana e laranja, mel nativo, suco integral de frutas, frutas desidratadas, bolachas integrais e barra de cereal e, por sua natureza, foi denominado 'kit saudável'. O lanche continha um valor energético de cerca de 420 kcal diárias. Importante ressaltar que a refeição fracionada foi pensada para facilitar a ingestão calórica diária e diminuir a plenitude pós-prandial.

Roda de saúde - conversa com indígenas

Nas pesquisas realizadas para os I JMPI, observou-se uma transformação na alimentação atual dos povos indígenas. Fatores como a proximidade com a sociedade do branco e o acesso a políticas públicas assistencialistas contribuíram com esse processo de modificação alimentar.

A equipe de Alimentos e Bebidas aproveitou esse momento único dos Jogos e realizou um encontro de etnias para conversar, principalmente com as mulheres, sobre alimentação e saúde. A roda de conversa ocorreu no dia 29 de novembro, por volta das 23h, após o jantar. A atividade foi conduzida pela nutricionista chef do evento, a também professora do curso de nutrição da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Tatiana Evangelista, com a participação da antropóloga Reijane Pinheiro Silva, a residente em enfermagem, Karoline Nunes, além de dois alunos do curso de nutrição da UFT.

Os assuntos abordados foram desde a mudança alimentar indígenas e suas consequências como diabetes, hipertensão e obesidade, até a demonstração da quantidade de açúcar nos alimentos industrializados como refrigerantes, sucos, achocolatados e bolachas recheadas, presentes na alimentação atual dos povos indígenas. Os presentes puderam participar com perguntas e tirar dúvidas sobre saúde, diabetes e debater sobre os problemas do alto consumo de açúcar.

Fiscalização da Feira do MDA

Com o objetivo de garantir o controle de qualidade dos produtos expostos ou comercializados na Feira de Produtos Indígenas, promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a equipe realizou a fiscalização observando questões relativas à segurança sanitária.

Os produtores do MDA foram destacados no conceito da alimentação dos I JMPI 2015, que por meio do edital para a contratação da empresa prestadora dos serviços de alimentação e bebidas, foi incentivada a aquisição de alimentos dessas comunidades indígenas já certificadas com o selo do produtor indígena. A medida visava garantir, também, a oportunidade para o fomento na economia dos povos indígenas.

Feira de Artesanato Indígena do SEBRAE

A equipe colaborou com o SEBRAE na definição do conceito da praça de alimentação da Feira Internacional de Artesanato Indígena e fiscalizou o cumprimento das regras estabelecidas no Manual de Alimentos e Bebidas, elaborado por esta Coordenação.

Festa na Ocara

Foi organizada uma festa em homenagem às etnias brasileiras, com o intuito de destacar ainda mais os ritos e alimentos tradicionais das culturas dos povos indígenas, como o peixe e a mandioca. A festa foi um momento de celebração das etnias hospedadas na Ocara, inclusive da vitória do povo Xerente na final do futebol masculino.

Livro

Um dos principais trabalhos desenvolvidos na área de alimentação dos I JMPI 2015 foi o levantamento dos hábitos alimentares das etnias para a produção de um livro que trará um panorama da cultura alimentar dos indígenas brasileiros participantes dos Jogos. O livro pode ser visto como um legado para os próximos Jogos e servirá como fonte de pesquisa sobre a importância que o alimento tradicional exerce na cultura dos povos indígenas.

Principais desafios

Antes do início dos Jogos a empresa de alimentação teve apenas 04 dias para executar seu plano de ação. Inicialmente o prazo era de 20 dias, estipulado no planejamento do projeto. Apesar da alteração no prazo a empresa conseguiu iniciar os trabalhos a contento.

As estruturas do refeitório dos indígenas nacionais não estavam concluídas no dia 18 de outubro, data da chegada das etnias brasileiras aos Jogos. Por este motivo, a equipe precisou deslocar as delegações para as escolas, o que gerou superlotação nos refeitórios destinados aos indígenas estrangeiros.

No dia 22 de outubro, durante o almoço, a energia acabou com cerca de 800 pessoas dentro do refeitório. Uma das fases do gerador estava caindo constantemente e elevando a temperatura interna para quase 60 graus. Foi uma situação de calamidade, com crianças chorando, pessoas gritando e até desespero de alguns. Muitos decidiram comer do lado de fora do refeitório. Por um momento houve um sinal de conflito interno com alguns líderes questionando e cobrando soluções imediatas.

A equipe de Alimentos e Bebidas foi intimada a comparecer na aldeia para uma reunião com as lideranças. Diante das explicações apresentadas, e apesar da tensão e palavras em tons de ameaça, toda a situação de conflito foi contornada com um diálogo estratégico e sincero. Os problemas elétricos foram corrigidos no mesmo dia e instalados mais aparelhos de ar condicionado.

No dia 24 de outubro às 5h50 da manhã, a equipe foi surpreendida com a queda do refeitório da Ocara. Este foi um dos desafios mais complexos para a área de Alimentos e Bebidas. Apesar de alguns funcionários terem sido feridos, os indígenas não foram atingidos pelos destroços, pois o acidente aconteceu poucos minutos antes da abertura do refeitório às seis da manhã.

A fim de acalmar os ânimos e tranquilizar as etnias, a equipe participou de dois encontros distintos com os líderes indígenas dentro da Ocara. Embora as reuniões tenham iniciado com muita agitação e tensão, após quase três horas de conversa a equipe conseguiu acalmar os ânimos e apresentar profissionais do Corpo de Bombeiro e Defesa Civil para prestar os devidos esclarecimentos. Com a resolução do conflito, o líder Cacique Tabata Kuikuro resolveu cantar com sua família em uma demonstração de agradecimento. Isto representou uma conquista e um marco para todos os que estiveram envolvidos no processo.

Por meio de um esforço coletivo de pessoas, profissionais e empresas, o refeitório foi reconstruído ainda no dia 24 de outubro. Após a finalização da obra houve uma nova reunião de líderes em que puderam conferir e validar as estruturas, garantindo então o uso do espaço perante seus parentes.

Pontos positivos

A área de Alimentos e Bebidas conseguiu executar todo o conceito que foi estabelecido no planejamento das ações, bem como eliminar todos os riscos de contaminação, atuando com um rigoroso controle para garantir a segurança alimentar.

A combinação de todo o trabalho e empenho da equipe da Coordenação de Alimentação e Bebidas, as providências e soluções da Coordenação de Infraestrutura, o controle e fiscalização da Vigilância Sanitária e a expertise e dedicação da empresa contratada para a execução dos serviços que soube respeitar o conceito do evento e que conseguiu superar todas as adversidades foram essenciais no sucesso do evento.

A empresa contratada para a execução dos serviços de alimentação dos I JMPI conseguiu administrar todos os problemas e fatos que impactaram negativamente e poderiam comprometer toda a área de alimentação e bebidas. Todos os quesitos técnicos, como profissionais qualificados com experiência comprovada, equipamentos avançados de cocção e metodologia de processos foram cumpridos adequadamente pela empresa e contribuíram positivamente para o resultado final de todo o evento.

Os refeitórios das escolas contribuíram para o sucesso das ações de alimentação dos indígenas estrangeiros, pois possuíam instalações adequadas para atender aos atletas com espaço e conforto.

Outros fatores positivos foram a possibilidade de envolver os alunos de nutrição da UFT nas ações de alimentação, conseguir apoio para produção de um livro sobre a cultura alimentar indígena e ter conseguido alinhar todos os principais atores e agentes que estavam ligados ao projeto.

Para informações adicionais, consulte o Anexo 12.4.4.

7.3.5 Cultura

Atividades realizadas

A Coordenação de Cultura atuou em diversas frentes a fim de viabilizar e apoiar a promoção cultural. As atividades da coordenação compreenderam ações relativas ao lançamento dos Jogos em Brasília, atividades prévias ao início dos

Jogos, cerimônias de abertura e encerramento dos Jogos, suporte às atividades da Oca Digital, além da curadoria e programação das atividades culturais da Oca da Sabedoria.

Lançamento dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas

Durante o lançamento dos I JMPI, ocorrido no Congresso Técnico em Brasília, a coordenação de cultura foi responsável por receber e coordenar as seguintes apresentações musicais, artísticas e culturais: Hamilton de Holanda, Margareth Menezes, Grupo Espiritual dos Paresis, Grupo Batukejê e Tulio Borges.

Visitas técnicas / Projetos arquitetônico, cenográfico e estético

A primeira visita técnica realizada à cidade de Palmas e à Vila dos Jogos ocorreu em abril de 2015. Após essa visita, outras foram realizadas com o objetivo de levantar as necessidades e desenvolver ações para a implementação do projeto arquitetônico, cenográfico e estético.

Com o intuito de criar uma atmosfera de conforto, foram utilizados materiais naturais e pouco processados na cenografia da Oca Digital e na Oca da Sabedoria, tendo como base a experiência anterior em grandes eventos, em projetos de cenografia com ideais de sustentabilidade e uso de materiais reutilizados/reutilizáveis como o bambu, a juta, a palha, o tecido e a madeira de reflorestamento que proporcionam um aspecto rústico aos projetos.

Atividades pré-evento:

- Realização de reuniões de briefing com Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena - ITC sobre as Cerimônias de Abertura e Encerramento, Festival Internacional de Culturas, bem como a possibilidade de apresentações espontâneas na Vila dos Jogos;
- Contribuição na definição do conceito das apresentações culturais e tipo de contratação dos grupos locais para a área de apresentação da Feira Internacional de Artesanato Indígena do SEBRAE;
- Levantamento e mapeamento dos grupos culturais do Estado do Tocantins e da cidade de Palmas, para compor as cerimônias e programação;
- Levantamento das manifestações artísticas e culturais por meio de formulário direcionado às lideranças das delegações internacionais;
- Preparação de um roteiro prévio com elementos culturais para integrar as Cerimônias de Abertura e Encerramento;

- Levantamento dos setlists das atrações junto ao ITC a fim de repassar à Prefeitura de Palmas para que esta pudesse realizar o pagamento do ECAD;
- Colaboração com a Secretaria de Educação do município de Palmas para fazer um plano de visita guiada à Vila dos Jogos para estudantes da rede municipal, que posteriormente foi ampliado para a rede estadual, particular e alunos do SESC;
- Diálogo com o Secretário de Cultura do Estado e Presidente da Fundação Cultural sobre a programação cultural da cidade e do Estado, no período de pré-evento e evento;
- Contato com as assessorias de comunicação do Estado de Tocantins, cidade de Palmas e do ITC para padronização das cinco bandeiras da Arena.

Festival Artístico Internacional de Culturas Indígenas - Oca da Sabedoria

A curadoria e programação do Festival ficaram a cargo do Comitê Intertribal de Memória e Ciência Indígena - ITC, sendo assessorado pela Coordenação de Cultura do Comitê Nacional Executivo.

O Festival Artístico Internacional de Culturas Indígenas foi um evento que antecedeu a abertura oficial dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, realizado durante três noites, na Oca da Sabedoria, exclusivamente para as delegações indígenas participantes dos I JMPI. A programação incluiu shows de artistas nacionais e regionais, além de apresentações culturais indígenas, traduzindo-se em uma oportunidade de ambientação e integração para as delegações indígenas participantes.

A equipe de cultura coordenou e integrou operações no espaço, assessorou a produção artística e o cerimonial. Atuou, ainda, para que a estrutura funcionasse como um todo, desde a limpeza, ventiladores, camarins, vias de acessibilidade até as passagens de som, os sistemas de som, luz e vídeo em relação a cada rider técnico (lista de equipamentos de sonorização e/ou iluminação), etc. Além de estimular interações entre artistas indígenas e não indígenas e articular parcerias/colaborações entre agentes públicos e privados.

Rodas de Diálogos, Exibições Audiovisuais e outras apresentações Organização I JMPI e Agendas do Futuro (Oca da Sabedoria)

As rodas de diálogo aconteceram em formato de painéis, fóruns, debates e oficinas, abordando temas diversos relacionados à cultura e ao cotidiano dos povos indígenas. Dentre os assuntos debatidos, pode-se destacar: agricultura familiar, esportes, saúde, meio-ambiente, educação, ciência e memória, direitos humanos, infância e adolescência, literatura, comunicação, música e política. O

resultado foi um conjunto de atividades de diálogos correspondente a mais de 40 horas de programação, bem como um espaço para intervenções coletivas e apresentações espontâneas.

A equipe de cultura coordenou e integrou operações no espaço e prestou consultoria de evento/público. Atuou para que a estrutura funcionasse como um todo, desde a limpeza, os ventiladores, os camarins até a disposição cênica, os sistemas de som, luz e vídeo em relação a cada atividade, as vias de acessibilidade, etc. Assessorou a coordenação e a produção técnica, bem como o receptivo e o cerimonial, além de apoiar nas interações entre indígenas e não indígenas e atender intervenções e apresentações indígenas espontâneas.

Demonstrações Esportivas e Culturais espontâneas

Povos indígenas nacionais e internacionais realizaram demonstrações esportivas e culturais espontâneas em diversas áreas de convivência e de circulação da Vila dos Jogos, no período de 27 a 31 de outubro de 2015. O mapeamento de tais demonstrações foi organizado pela responsável pelo contato com as delegações internacionais, a consultora Carolina Valente, com o apoio da equipe de voluntários, consultores desta coordenação e da prefeitura e produtores culturais do I JMPI. A equipe de cultura coordenou e integrou operações de estrutura, produção e receptivo que viabilizaram a realização das demonstrações. Estima-se que um público de cerca de 10.000 pessoas tenha visto tais ações.

Cerimônias de Abertura e Encerramento (Arena) e Ritual do Fogo Sagrado (Praça dos Girassóis)

Como assessoria cultural, a equipe de cultura se colocou à disposição da equipe técnica e artística responsável pelas Cerimônias de Abertura e Encerramento. Em reunião com todos os partícipes institucionais dos I JMPI, a equipe repassou o roteiro de abertura, inclusive à Presidência da República. Nesta ocasião, outras questões também foram debatidas, como receptivo e segurança do público, consolidando ajustes de atendimento. Outra ação definida foi o roteiro do Ritual do Fogo Sagrado, que aconteceu no dia 22 de outubro, na Praça dos Girassóis, centro geodésico do Brasil, sede do Poder Público Estadual e museu a céu aberto de esculturas sobre tradições, inclusive indígenas. No encerramento da reunião, a equipe de cultura e a SECOM providenciaram o teste de exibição do vídeo da cerimônia.

Oca Digital (Acesso de indígenas a internet, lançamento de livros e exibição de vídeos)

A Oca Digital foi gerenciada pelo Comitê Intertribal ITC e a equipe de cultura apenas acompanhou o dia-a-dia das atividades desenvolvidas.

Principais desafios

As demandas crescentes advindas da intenção de diversas etnias em realizar apresentações culturais requereu um esforço conjunto para que se aproveitasse todo o interesse demonstrado e para que o mundo conhecesse o máximo possível da riqueza cultural ali presente. Um processo desafiador para todos os profissionais envolvidos, superado com apoio e parceria com as várias coordenações do projeto.

No entanto, vale ressaltar que a Oca da Sabedoria foi projetada como espaço para palestras e não para shows ou apresentações coletivas. Mas poderia ter sido planejado de maneira a atender de maneira mais efetiva esta demanda, caso a gestão cultural fosse aplicada desde o início da organização do evento. Todo um diálogo prévio e mapeamento detalhado das expressões culturais seriam realizados antes da chegada das delegações, de modo que a organização e a estrutura pudessem estar preparadas para as apresentações culturais e demonstrações esportivo-culturais quando as delegações desembarcassem. Em tal cenário, haveria também a previsão orçamentária correspondente para o atendimento dessas atividades.

A Oca Digital foi concebida como um espaço de conectividade exclusivo aos indígenas. Neste, outras ações foram programadas para o público em geral, os saraus literários e musicais. No entanto, tal programação não estava disponível antes da abertura do espaço e houve alterações após a disponibilização do programa. Os saraus musicais programados para os primeiros dias não aconteceram e aqueles que estavam programados nos últimos dias foram realizados na Oca da Sabedoria. No lugar de saraus que não aconteceram, foram exibidos vídeos de realizadores indígenas, apresentados espontaneamente.

Pontos positivos

A programação da Oca da Sabedoria incluiu shows de artistas nacionais e regionais, além de apresentações culturais indígenas, traduzindo-se em oportunidade de ambientação e integração para as delegações indígenas participantes.

Indígenas nacionais e internacionais se apresentaram na Praça dos Girassóis, durante a Cerimônia do Fogo Sagrado. A apresentação foi acompanhada por um grande público e contou com ampla cobertura da mídia, como consequência os

indígenas da etnia Maori, da Nova Zelândia, se tornaram capa do maior jornal do Estado no dia seguinte.

O Festival Artístico Internacional de Culturas Indígenas permitiu a interação entre as diferentes etnias que puderam conhecer os trabalhos artísticos e expressões culturais dos povos presentes, antes do início das competições esportivas.

Para informações adicionais, consulte o Anexo 12.4.5.

7.3.6 Comunicação

Atividades realizadas

A Coordenação de Imprensa e Relações Públicas (Comunicação), desde o início do projeto, trabalhou em todas as atividades voltadas à Comunicação Social do evento, sua divulgação em níveis local, nacional e internacional. Além disso, organizou e coordenou toda a logística de recepção e orientação dos jornalistas que estiveram na cidade de Palmas, o credenciamento da imprensa mundial e o atendimento e direcionamento dado aos profissionais de Comunicação durante os I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas.

A área de Comunicação se dividiu em quatro pilares, que atuaram paralelamente desde antes do lançamento do evento, no Congresso Técnico, em junho de 2015, até algumas semanas depois da data de encerramento dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, ocorrida em 31 de outubro. São eles: divulgação e assessoria de imprensa, Relações Públicas, credenciamento e coordenação de imprensa.

Divulgação e Assessoria de Imprensa

- Levantamento de dados e informações junto aos coordenadores de cada área do Comitê Nacional Executivo, Governo Federal, por meio do Ministério do Esporte, Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena - ITC, Governo do Estado do Tocantins, Prefeitura de Palmas e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a fim de elaborar estratégias de divulgação e agenda positiva para a imprensa;
- Produção de informações e slides para as páginas dos canais de comunicação dos I JMPI (textos de abertura e capas das páginas dos sites e textos informativos de todos os canais);

- Produção de notícias para o site oficial: captação de pautas, produção de textos e releases, edição, revisão, acompanhamento de tradução e monitoramento das postagens nos canais de comunicação dos IJMPI;
- Alimentação das redes sociais: sugestão e aprovação de posts e cards (artes) para o Facebook, Instagram e Twitter junto às agências de propaganda e posterior acompanhamento das postagens nestes canais;
- Sugestão e venda de pautas para a imprensa: produção de releases e avisos de pauta, montagem de mailing especializado, envio de matérias e follow up (acompanhamento) com as redações;
- Visita às redações e aproximação com a imprensa local, nacional e internacional para inserção da mídia mundial no projeto;
- Cobertura total do evento: matérias produzidas em forma de texto, vídeo e áudio para todos os canais de comunicação do Governo Federal, replicado por toda a imprensa nacional.

Relações Públicas

- Interface com os entes envolvidos (Governo Federal, ITC, Governo do Estado do Tocantins, Prefeitura de Palmas e PNUD) a fim de alcançar uma Comunicação integrada e discurso unificado sobre as ações concluídas e aquelas em andamento antes, durante e depois dos Jogos;
- Interface entre todos os entes supracitados com as agências de propaganda envolvidas no evento (Agência Fields 360 Comunicação e Agência Lieve), com a qual, a partir desta ponte, foi possível produzir todo o material de comunicação dos Jogos;
- Visita às redações dos principais veículos de Tocantins, a fim de apresentação e explicação do projeto.

Credenciamento da Imprensa

- Coordenação e elaboração de todo o processo de credenciamento de imprensa;
- Testes, revisão e acompanhamento da tradução do site de credenciamento;
- Processo de credenciamento de imprensa: elaboração de requisitos de seleção, aprovação e reprovação das solicitações;
- Envio de informações e captação de documentações de todos os jornalistas aprovados;

- Atendimento à imprensa para informações e dúvidas sobre o processo de credenciamento;
- Atendimento especializado à imprensa no setor de credenciamento durante todo o evento (recepção, direcionamento, credenciamento, informações).

Coordenação de Imprensa

- Coordenação, logística e funcionamento de todos os espaços destinados aos jornalistas na Vila dos Jogos: Media Center, Tribuna de Mídia, Arena Verde e demais instalações de competições, locais de apresentações e hospedagem dos indígenas, por onde a imprensa estava apta a circular;
- Produção, revisão, tradução e distribuição de materiais informativos para os profissionais de imprensa, chamados “manual de imprensa” e “press kit”;
- Roteirização e realização de briefing diário com os jornalistas para atualização da programação do evento e dos acontecimentos na Vila dos Jogos e demais instalações envolvidas;
- Envio diário de sugestões, avisos de pautas e matérias para publicação;
- Disponibilização nos sites oficiais de todo o conteúdo produzido;
- Convocações para coletivas de imprensa;
- Atendimento aos jornalistas e auxílio na produção de pautas, fazendo interface com as autoridades envolvidas e com os indígenas participantes, marcando entrevistas, coletivas, e colocando os jornalistas em contato com representantes das áreas para captação de informações.

Pré-credenciamento

No período de 01^o de agosto a 25 de setembro foi aberto no site dos I JMPI (www.jmpi2015.gov.br) o credenciamento de imprensa, onde os profissionais mandavam suas solicitações para aprovação. O primeiro passo para se credenciar era enviar uma carta timbrada do diretor da empresa de Comunicação da qual o jornalista faz parte ao diretor executivo dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. O documento, que era anexado no próprio site, deveria conter: a data e tipo da cobertura intencionada (jornalística, documentária, acadêmica, etc.), nome dos profissionais que pretendiam trabalhar nos Jogos e o tipo de veículo (jornal, revista, TV, web, trabalho autoral, dentre outros).

A Coordenação de Comunicação, composta por membros do CNE, do Governo Federal/Ministério do Esporte, ITC e SEJI, analisava todos os pedidos e enviava

resposta positiva ou negativa. Foram 239 solicitações de credenciamento de imprensa pelo site. Devido ao espaço restrito destinado a estes profissionais, infelizmente não foi possível credenciar todos os interessados em cobrir o evento. A Coordenação de Comunicação utilizou, então, de alguns critérios de seleção:

- 1 - Grandes grupos, veículos de imprensa e agências de notícias nacionais e internacionais, de grande circulação, audiência e público, conhecidos mundialmente;
- 2 - Principais veículos de Tocantins;
- 3 - Imprensa oriunda de países com delegações de atletas nos Jogos;
- 4 - Solicitação de credenciamento - com upload no site da carta do diretor do veículo - e posterior envio dos documentos solicitados dentro dos prazos estabelecidos pela Coordenação (25 de setembro e 02 de novembro, respectivamente).

Vale salientar que este credenciamento foi exclusivamente para veículos de imprensa. Profissionais autônomos e demais interessados em outros tipos de trabalhos como documentários, trabalhos autorais, estudos, entre outros, não estavam aptos ao credenciamento de imprensa e deveriam entrar em contato diretamente com o ITC para apresentar um projeto e solicitar autorização prévia.

Caso o pedido de credenciamento fosse deferido, o jornalista recebia uma senha, que dava direito a um acesso mais restrito à área de credenciamento, onde os profissionais detalharam seus dados pessoais e a cobertura pretendida.

Ao todo, foram aprovados 242 profissionais de 91 veículos diferentes, vindos de 19 países.

Credenciamento definitivo

No dia 20 de outubro, foi aberto o espaço físico para o credenciamento da imprensa nos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, em Palmas, onde os profissionais puderam apresentar pessoalmente a documentação original, fazer solicitações, como troca de profissionais, e receber as instruções de cobertura. Ao todo, 110 veículos de 18 países foram credenciados, totalizando 280 profissionais. O mundo inteiro estava representado pela mídia nos I JMPI: profissionais de quatro continentes estavam presentes.

A lista final de credenciados foi, portanto, alterada, em comparação aos profissionais pré-aprovados, devido a fatores como:

- Veículos que substituíram seus profissionais;
- Novos profissionais que chegaram ao evento acompanhando as delegações nacionais e estrangeiras;

- Repercussão internacional, atraindo novos veículos de grande importância;
- Veículos que não puderam mandar profissionais pré-aprovados a Palmas.
- Um fator que influenciou o aumento do número de profissionais do Brasil foi a contratação por parte de veículos internacionais de jornalistas e fotógrafos freelancers nacionais, agências e produtoras brasileiras, o que viabilizou ainda mais a cobertura internacional e a divulgação em mais países. Por isso, o grande número de profissionais brasileiros.

Principais desafios

O que mais causou crise na Coordenação de Comunicação dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas foi a falta de fluxo de informações, o que gerou um clima delicado entre os profissionais de imprensa desde o lançamento do evento, na cidade de Brasília. As reclamações começaram já em junho, quando os jornalistas começaram a ter muita dificuldade no acesso aos indígenas e aos atletas participantes, principalmente entre as etnias nacionais.

Durante o evento, a falta de uma programação consolidada e a quebra constante do cronograma diário divulgado foram as principais reclamações dos jornalistas, que não puderam se programar com antecedência para produzir pautas. A grande maioria das matérias publicadas foi produzida de forma espontânea e de última hora, sem levar em conta o deadline de muitos veículos, os fusos horários de cada país, horário de entradas ao vivo nos telejornais e boletins de rádio, etc.

Na falta de informações, a Coordenação de Comunicação optou, então, por direcionar os jornalistas para as demais áreas que não dependessem única e exclusivamente de histórias e informações sobre as etnias nacionais, como organização, espaços físicos, programações culturais e etnias internacionais que solicitaram promover seus costumes para a imprensa.

Pontos positivos

Os jornalistas que se interessaram pelas etnias estrangeiras tiveram fácil acesso a diferentes dados, já que todas as informações e contatos destas delegações foram coletadas pelo Comitê Nacional Executivo. Além disso, os indígenas internacionais ficavam hospedados em escolas que também eram monitoradas pelo CNE, o que facilitou muito o acesso da imprensa nestes locais, a pedido deles.

Para informações adicionais, consulte o Anexo 12.4.6.

7.3.7 Acessibilidade

Atividades realizadas

Foram desenvolvidas as seguintes ações, com o objetivo de promover a acessibilidade durante os I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas:

- Visitas diárias nas diversas áreas da Vila dos Jogos e diagnósticos com registro de fotos e indicação de soluções nos aspectos físico-estruturais e de serviço;
- Levantamento de estruturas e serviços disponíveis para mobilização em favor da acessibilidade: equipamentos, materiais e pessoal;
- Envio sistemático de relatórios detalhados aos consultores responsáveis pela montagem, coordenadores e produtores;
- Sensibilização dos profissionais responsáveis nas diversas áreas do evento:
 - (a) empresa integradora, Secretaria Extraordinária dos Jogos Indígenas (SEJI), Ministério do Esporte (ME), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD);
 - (b) equipes de montagem e atendimento das Ocas da Sabedoria e Digital, da Arena dos Jogos, espaços de exposição do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e áreas de circulação;
- Sensibilização de equipes de credenciamento, serviços de acesso das entradas principal, de serviço, de transporte e cargas, áreas VIP e VVIP; bombeiros, brigadistas, área médica; voluntários; praça de alimentação; restaurante e áreas de circulação.
- A sensibilização incluiu envio do documento Ações Orientadoras para Atendimento às Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida, ou simplesmente Pessoas com Prioridade – que inclui pessoas idosas, mulheres grávidas, adultos com crianças de colo e pessoas obesas;
- Reunião de sensibilização e posterior entrega de documento com ações orientadoras para atendimento às Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida (ou simplesmente Pessoas com Prioridade) aos Coordenadores das seguintes áreas de atendimento: acessos, segurança, Centro de Mídia, serviços gerais e de limpeza;
- Treinamento e coordenação dos recepcionistas e responsáveis pelo atendimento e acesso às áreas VIP e VVIP, da equipe do Posso Ajudar e da Mídia;

- Sinalização dos acessos preferenciais na portaria principal, Arena e entradas para áreas VIP e VVIP; sinalização dos espaços preferenciais na Arena e Praça da Alimentação;
- Observação e diagnóstico dos problemas de acesso nos primeiros dias do evento, especialmente após o domingo seguinte à abertura dos jogos, e sugestões para solução;
- Elaboração, apresentação e aprovação do Plano de Acessibilidade à equipe de representantes da Secretaria Especial de Direitos Humanos e Casa Civil na Agenda de Convergência e Ministério do Esporte - ME, designados para acompanhar a estratégia proposta e implementada, a partir da disponibilização da área VIP para o público com prioridade;
- Articulação com o Governo de Tocantins, especialmente as Secretarias de Defesa e Proteção Social e Secretaria de Turismo, para os seguintes apoios, respectivamente: (1) sinalização de quatro pontos estratégicos na Vila, a partir de acessos preferenciais estabelecidos na entrada principal, na Arena, nas áreas VIP e VVIP; e (2) cessão de dois intérpretes de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e coordenador/apoiador para a Cerimônia de Abertura;
- Articulação com os seguintes órgãos do Governo, a partir do apoio da Agenda de Convergência: Secretaria Extraordinária de Segurança em Grandes Eventos - SESGE/MJ, Centro Integrado de Comando e Controle, Secretaria de Segurança Pública, Departamento Estadual de Trânsito que em conjunto viabilizaram os seguintes recursos:
 - Pessoal para orientação dos veículos com pessoas com prioridade;
 - Quatro letreiros luminosos nas áreas de acesso do entorno da Vila;
 - Cobertura e iluminação do estacionamento da área VIP;
 - 30 letreiros luminosos adicionais pela cidade informando sobre o serviço especial para pessoas com prioridade;
- Articulação com a área de comunicação do Ministério do Esporte alocada no evento para divulgação da pauta com informações sobre os serviços;
- Orientação aos prestadores de serviço em toda a rota acessível criada: seguranças, voluntários, controladores de acesso, operador do elevador, recepcionistas nas rampas;
- Diagnóstico da área VIP e VVIP, desde os acessos dos veículos para o estacionamento, rotas a partir do estacionamento e a partir da entrada do público geral, rampas, eventualmente pela área da mídia, elevador, banheiros e acessos às arquibancadas;

- Demanda aos consultores da infraestrutura pela instalação de rampa de acesso, de banheiro químico acessível nas proximidades da rampa de acesso às áreas VIP e VVIP, pavimentação e remoção de meios-fios, portões e outras barreiras que impediam o acesso pela área atrás da arena;
- Coordenação do acesso, credenciamento do público e das equipes envolvidas na operação do Plano de Acessibilidade, com experiências e ajustes diários e de modo articulado até o dia do encerramento dos Jogos;
- Coleta de depoimentos dos usuários dos serviços implantados;
- Relatório de Ações encaminhado ao PNUD.

Principais desafios

Uma vez que o componente Acessibilidade não dispunha de orçamento, equipes ou recursos próprios na organização e/ou produção dos Jogos, o trabalho foi desenvolvido a partir do mapeamento e articulação com as diversas coordenações, equipes de implantação e serviços, empresas terceirizadas e parcerias, internas e externas ao evento.

O trabalho de promoção da acessibilidade iniciou-se sete dias antes da abertura oficial dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas o que representou um desafio adicional, pois, além da escassez de tempo hábil para a implementação das ações o evento se encontrava em momento avançado de produção.

Não fosse a relevante experiência em organização de eventos em geral e na promoção do componente Acessibilidade em especial, uma leitura inicial faria crer em quase absoluta limitação ou mesmo impossibilidade de realização do trabalho de Promoção da Acessibilidade na primeira edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas.

Pontos positivos

Considerando a atuação em outros três grandes eventos (Rio+20, Copa das Confederações, Fórum Mundial de Direitos Humanos) e diante do contexto de absoluta escassez de tempo e recursos disponíveis, o trabalho efetivamente implantado representou uma realização bem sucedida, acima do esperado.

O projeto de mobiliário da Oca da Sabedoria foi desenhado por arquitetos de acordo com normas de circulação acessível.

Coordenada pelo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e de Direitos Humanos, por meio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, a Agenda de Convergência foi responsável pela articulação de esforços para a defesa dos direitos humanos na realização de grandes eventos. A iniciativa prevê ações integradas entre as três esferas de governo, organizações não governamentais, rede de proteção e organismos internacionais. A metodologia já foi utilizada na Copa do Mundo de 2014 e na Copa das Confederações de 2013.

Durante os I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, a Agenda de Convergência de Proteção dos Direitos Humanos funcionou nos seguintes formatos:

- Plantão integrado central, com atuação na arena e em todo o complexo dos Jogos, das 8h às 23h;
- Equipes volantes com atuação no Espaço de Convivência/Praça do Bosque e Praia das Arnos, das 8h às 23h.
- Equipes de protetores de Direitos Humanos com atuação na Arena e todo Complexo dos Jogos, Espaço de Convivência e Praça do Bosque, das 8h às 20h.
- Disque 100: As denúncias de violação de direitos humanos também puderam ser feitas pelo Disque 100. O serviço funciona 24 horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados. As ligações são gratuitas e podem ser feitas de qualquer telefônico fixo ou móvel. As denúncias são anônimas.

Além da articulação com os coordenadores, equipes de profissionais e voluntários já mencionada, o Plano de Acessibilidade consistiu basicamente na criação/adaptação de três rotas acessíveis e delimitação de locais reservados para pessoas com Prioridade em consonância com o Decreto n. 5296/2004 (Lei da Acessibilidade):

- Liberação da área VIP para público com prioridade;
- Assentos reservados na Arena dos Jogos;
- Entrada com veículos até o estacionamento das áreas VIP e VVIP, com acesso pela rampa ou elevador dessas áreas;
- Entrada por portões de acesso prioritários na entrada geral do público, com rota até a arena dos jogos, catracas reposicionadas em portão de acesso com prioridade e assentos reservados, conforme percentuais definidos em lei;
- Entrada por portões de acesso prioritários na entrada geral do público, com rota até as áreas VIP e VVIP, em alguns casos de maior dificuldade de locomoção ou em cadeiras de rodas, usando a rampa do acesso à área de mídia, ou, de modo geral, pela área dos fundos da arena e a partir daí pela rampa ou elevador de acesso a essas áreas.

Para informações adicionais, consulte o Anexo 12.4.7.

7.4 Atuação do CNE em Relações Internacionais

Atividades Realizadas

Apesar de não estar, preliminarmente, dentro das atribuições do CNE a função de coordenar as atividades de relações internacionais do projeto, por questões circunstanciais essas atividades foram absorvidas pela Coordenação de Parcerias Estratégicas. A Coordenação atuou sob as orientações da Casa Civil e do Ministério do Esporte, informando e alinhando com o ITC, no momento do projeto em que a comunicação entre os partícipes foi plenamente restabelecida, todas as ações e comunicações com os líderes indígenas internacionais.

O primeiro contato com a área internacional do projeto foi feito entre o ITC e o Ministério das Relações Exteriores - MRE, a fim de que o Governo Brasileiro fizesse uma consulta junto aos países em que o Brasil tem representação diplomática e identificasse os possíveis povos tradicionais/originários, que pudessem participar do projeto. A partir da lista de países que sinalizaram ter indígenas em seus territórios, foi iniciado um processo de convite para que esses países pudessem participar dos Jogos. Alguns poucos países sinalizaram ao Governo Brasileiro não ter interesse em participar dos Jogos por questões políticas e o MRE, atendendo ao princípio da soberania de cada Estado, respeitou todas as justificativas apresentadas, compartilhando-as com o ITC.

Foi nesse momento, também, que o MRE tomou a iniciativa de propor que o Governo Brasileiro oferecesse visto de cortesia a todos os delegados participantes dos Jogos, tendo sido a proposta aprovada pelo Ministério e estabeleceu, utilizando o critério de respeito à soberania dos povos, que nenhuma bandeira de outra nação deveria ser hasteada. Sendo assim, foi estabelecido que somente as Bandeiras do Brasil, do Estado de Tocantins, da Cidade de Palmas, do ITC e dos Jogos Indígenas seriam hasteadas durante os Jogos.

Além da lista elaborada em conjunto com o MRE, o ITC convidou diretamente os povos internacionais que já haviam participado e prestigiado alguma das edições nacionais dos Jogos Indígenas. O ITC, por conta de sua atuação em fóruns internacionais indígenas, já tinha uma rede de relacionamentos internacional

estabelecida e já iniciou o projeto tendo boas perspectivas de adesão por parte de seus pares internacionais.

Como mencionado, dentro da Matriz de Responsabilidades, o contato com as etnias internacionais estaria a cargo do ITC, que deveria municiar com todas as informações relativas aos convidados internacionais tanto o CNE quanto a Parceria Interministerial Ampliada criada para este evento. A expectativa era que o ITC aproveitaria a oportunidade da reunião de todos os líderes nacionais e internacionais, ocorrida no Congresso Técnico prévio ao evento, para fazer o levantamento de todas as informações necessárias, solicitadas por todos os parceiros.

Com base nessas informações, todos os planos de ação seriam iniciados. A expectativa de todos os envolvidos pelos dados a serem levantados no Congresso Técnico era muito grande. Entretanto, apesar das três dilações de prazo estabelecidas pela Casa Civil, tendo em vista a necessidade premente de todos os órgãos envolvidos, o ITC não conseguiu apresentar os dados sistematizados.

Foi então solicitado ao CNE que iniciasse um movimento de localizar e dialogar com todos os líderes estrangeiros a fim de garantir a participação internacional que caracterizasse, de fato, que os Jogos tivessem caráter mundial.

Os países foram contatados de forma a ter pelo menos um representante de cada continente e esse objetivo foi alcançado. Tivemos representantes das Américas do Norte, Central e do Sul, da Europa, da África, da Ásia e da Oceania. A lista final de países participantes foi: Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos, Etiópia, Filipinas, Finlândia, Gambia, Guatemala, Guiana Francesa, México, Mongólia, Nicarágua, Nova Zelândia, Panamá, Paraguai, Peru, Rússia e Uruguai.

Numa listagem preliminar chegaram constar Austrália, Congo-Brazzaville, Equador, Paquistão e Venezuela. Com exceção do Paquistão, todos os demais países chegaram a participar do Congresso Técnico em Brasília para conhecer o eventos e as regras dos Jogos. Austrália foi o primeiro a confirmar o não envio de delegação; após esse momento, apesar de uma visita da Embaixadora da Austrália à SEJI e dos vários esforços do CNE e da SEJI e buscar uma delegação alternativa, não foi possível conseguir a confirmação do país. Congo-Brazzaville e Venezuela permaneceram confirmados até poucos dias antes do início dos Jogos e alegaram falta de recursos suficientes para vir ao Brasil no momento em que enviaram o comunicado de não participação. Equador também estava confirmado até poucos dias antes do início do evento e alegou problemas políticos das etnias com o governo de seu país, enviando uma carta manifesto ao justificar a não participação. Paquistão foi um caso *sui generis*, ao apresentar uma

postulação para participar dos Jogos, após as delegações já estarem todas definidas. Houve uma consulta por parte desta Coordenação a todos os órgãos vinculados: Casa Civil, MRE, ITC, Polícia Federal e ABIN. Decidiu-se abrir a possibilidade da participação paquistanesa e os nomes dos delegados e informações sobre a sua etnia foram submetidos à análise por parte dos órgãos de inteligência e devidamente aprovados para o envio do convite formal e do visto de cortesia.

Apesar de todo esse esforço e da confirmação da vinda com o envio das passagens aéreas para o Brasil, a delegação não compareceu. Contatados após o início dos Jogos, o líder indígena paquistanês alegou um terremoto na cidade dos delegados, impedindo a saída do país. Todas essas situações dos países confirmados que não compareceram, bem como o nome de todos os delegados que haviam confirmado mas não participaram dos Jogos foram apresentadas aos órgãos competentes do Governo Federal.

Principais Desafios

A Coordenação de Parcerias Estratégicas absorveu o desafio de localizar, dialogar e providenciar todas as informações necessárias para que todos os órgãos envolvidos pudessem realizar seus planos de ação.

Para tanto, foi criado um formulário, enviado para todos os líderes que haviam participado do Congresso Técnico, em que o CNE consultou a respeito de todas as informações necessárias, solicitadas pela Casa Civil, que pudessem nos ajudar a conhecer suas realidades e direcionar as ações. As informações solicitadas foram: país; nome da liderança que conduziria a delegação; contatos (telefone, email, skype); quantidade de pessoas na delegação; nome das etnias participantes e um breve relato a respeito de cada uma delas; data estimada da chegada e da saída da delegação no Brasil; aeroporto de entrada no Brasil; qual a rota pretendida até a cidade de Palmas; quais equipamentos desportivos eles pretendiam trazer; alguma restrição de dieta e/ou alergia alimentar da delegação; se havia alguma solicitação específica por alimentos que deveriam fazer parte da dieta da delegação; quais disciplinas desportivas a delegação pretendia participar; quais disciplinas desportivas a delegação se destacava mais; se a delegação pretendia participar de alguma apresentação na Modalidade Demonstrativa dos Jogos; se existia e qual seria a participação da mulher/atleta indígena naquela delegação; quais artefatos indígenas e artesanatos a delegação pretendia trazer tanto para exibir quanto para comercializar na Feira Mundial do Artesanato Indígena; se a delegação pretendia trazer para consumo próprio ou para uso em rituais religiosos; quais eram as danças tradicionais; quais eram as músicas tradicionais; quais eram as artes e artesanatos tradicionais; se a

delegação pretendia fazer alguma apresentação cultural durante os JMPI; quais eram as modalidades esportivas tradicionais; a solicitação de envio de materiais audiovisuais, links, arquivos que pudessem nos ajudar a entender melhor as tradições culturais e históricas de cada povo; qual era a motivação deles em fazer parte dos JMPI; qual era a relevância dos JMPI para o líder e para os delegados; de que maneira os JMPI poderia contribuir para os distintos grupos étnicos de cada delegação; de que maneira a delegação pretendia contribuir para o êxito dos JMPI; se o país estaria interessado em ser sede de futuras edições dos JMPI; se a delegação pretendia fazer alguma apresentação cultural durante os JMPI; informar se havia algum tipo de comida, medicamento, medicina tradicional, artefato tradicional ou sagrado que a delegação pretendia trazer; um espaço para que eles pudessem preencher com informações que julgassem nos ajudar a compreender melhor as identidades e essência das tradições dos distintos grupos étnicos de cada delegação ou qualquer outra informação relevante.

Como o CNE não tinha a função de providenciar essas informações até então, o período entre receber essa função e conseguir levantar todos esses dados foi bastante crítico e crucial em relação ao tempo. Todo o plano e dimensionamento em áreas cruciais, como de receptivo e hospitalidade, de segurança, de mobilização aeroportuária, de alimentação, de saúde, de emissão de vistos de cortesia, etc. e por isso havia uma enorme pressão de todos os órgãos para que essas informações fossem brevemente providenciadas.

Apesar da morosidade em que as informações foram sendo recebidas e das insistentes cobranças por e-mail, telefone e Skype, ao final deste processo conseguimos ter um retrato bastante aproximado da realidade, que foi prontamente repassado aos responsáveis de cada área para a elaboração dos planos de ação.

Uma vez estabelecidos os contatos, o CNE tomou a frente na elaboração de documentos que facilitassem o relacionamento e a comunicação com as etnias internacionais. Com o apoio de todos os órgãos vinculados ao Governo Brasileiro, foi possível elaborar as normas e regras importantes de serem observadas antes mesmo da saída deles de suas tribos e países. O apoio providenciado às delegações internacionais, por meio dos Manuais de procedimento (Anexo 12.5 e 12.11), e comunicados (Anexo 12.9), bem como as informações sobre as delegações providenciadas para os demais parceiros (Anexo 12.7), facilitaram a realização não só da chegada das delegações, mas também da realização da Feira Mundial do Artesanato Indígena, da programação cultural e esportiva, e da atuação dos voluntários, entre outros.

Pontos Positivos

Essa aproximação do CNE das lideranças indígenas internacionais teve boa aderência e conseguiu se consolidar na tentativa de buscar soluções para todas as questões por eles apresentadas, ainda que não houvesse dentro do CNE uma equipe específica para essa função, nem tradutores disponíveis para auxiliar nos contatos. A boa comunicação estabelecida foi fundamental para resolver os conflitos surgidos entre os líderes indígenas internacionais e o ITC, por conta da falta de contato direto, de informações desencontradas e da falta da programação fechada nos dias que antecederam a abertura dos Jogos e nos primeiros dias de Jogos propriamente ditos.

Havia uma grande expectativa de que houvesse um Congresso Técnico nos dias anteriores aos Jogos, como havia sido anunciado pelo ITC, a fim de repassar as regras, tirar dúvidas, apresentar o interesse pelas apresentações nas modalidades demonstrativas e na programação cultural. Entretanto, esse Congresso não foi realizado e o ITC preferiu conversar individualmente com algumas das lideranças. Isso resultou num descontentamento por parte dos líderes que acabaram solicitando o apoio do CNE na intermediação da situação. Foi um momento bastante delicado para a organização dos Jogos, com a ameaça de que algumas delegações se retirariam dos Jogos, uma vez que não estavam se sentindo acolhidos e valorizados.

Após solicitar ao ITC que se reunisse com as lideranças internacionais e tentasse acalmar os ânimos, tendo em vista o não atendimento dessa solicitação e, para evitar que os Jogos perdessem a participação de delegações, o CNE tomou a iniciativa de reunir todos os líderes internacionais para ouvir suas demandas e solicitações. Todas as demandas foram registradas e repassadas ao ITC que, após esse momento, se comprometeu a se reunir diariamente com eles, permitindo a interação e conagração esperados.

A comunicação internacional sempre foi feita com um tom colaborativo, informando os motivos de estarmos contatando-os diretamente, mas sempre reforçando o papel protagônico do ITC no projeto, sobretudo em todos os temas relacionados diretamente aos temas indígenas. A intenção do CNE nessas comunicações era apenas tentar facilitar a logística para todas as áreas envolvidas, reforçada em todas as reuniões presenciais que precisaram ser feitas para alinhar as expectativas dos líderes internacionais quando da sua chegada a Palmas. Eles solicitaram ao CNE que garantissem espaços para apresentações culturais e demonstrativas espontâneas; que fosse criado um Comitê Internacional Indígena para participar da elaboração da programação desportiva; que eles fossem informados com antecedência das atividades e dos horários que deveriam participar, uma vez que a programação era alterada de

forma unilateral pelo ITC quase que diariamente; que eles pudessem reconhecer os trajetos que iriam fazer tanto na corrida de 8.4km, quanto nas modalidades aquáticas; que eles pudessem reconhecer as canoas que seriam utilizadas e treinar nelas; que eles pudessem utilizar a arena dos Jogos para treinar antes das competições; que eles pudessem manusear os equipamentos esportivos oferecidos antes dos jogos, como as lanças, os arco e flecha, as toras; que as regras fossem alteradas para que existisse o mesmo número de competidores por país, uma vez que eles se sentiam prejudicados por haver mais de mil indígenas brasileiros e apenas 50 indígenas estrangeiros por país, no máximo; que algumas melhorias fossem feitas nos alojamentos (melhorar a vazão dos ralos dos chuveiros, melhorar o sinal de internet, oferecer mais banana durante as refeições, ter um kit de primeiros socorros nas escolas); que eles fossem recebidos e ouvidos pelos líderes do ITC e tivessem todas essas demandas repassadas aos responsáveis.

O CNE se encarregou de providenciar que todas as demandas que envolviam logística, seja por parte de Palmas, seja por parte das equipes de infraestrutura e cultura fossem atendidas prontamente. Algumas estruturas tiveram que ser providenciadas, como a construção de uma parede para que a Guatemala pudesse jogar a Pelota Maya; a aquisição de gasolina e preparo da equipe de incêndio para a apresentação da Pelota P'urhépecha por parte da delegação do México; a entrega de mapas sinalizados da Vila dos Jogos para que todos os líderes internacionais pudessem planejar apresentações espontâneas.

Além disso, após esse momento, o ITC se comprometeu a sentar todos os dias com os líderes internacionais para ouvir e refletir sobre as demandas e debatê-las no momento da construção da Agenda do Futuro dos Jogos, criando espaço para que todas as vozes pudessem ser ouvidas e essas experiências pudessem servir para as futuras edições dos Jogos.

8. Resultados e Lições Aprendidas

8.1 Avaliação dos I JMPI 2015

Os I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas deixaram um enorme legado para o mundo, servindo de fórum, de palco e de livro em branco para que fosse escrito um novo capítulo sobre a interação dos povos indígenas de todos os continentes, neste momento em que eles apresentaram e refletiram sobre as suas experiências entre si e com o restante do público que participou, assistiu e fez

parte de um dos maiores empenhos esportivos e culturais da humanidade. Prevê-se que ele será considerado um evento tão marcante quanto foi o início das Olimpíadas modernas.

Foi entregue um espetáculo sócio-cultural, de artes e de atividades esportivas tradicionais e milenares sem precedentes. A missão dos primeiros realizadores exigiu, além de recursos, a coragem de enfrentar o grande aprendizado de improvisação e iniciativa. Foi essa atitude que conduziu, salvou e elevou o evento para seu destino final - o de grande sucesso.

Observa-se que o alinhamento da Secretaria Extraordinária dos Jogos Indígenas - SEJI com os integrantes do CNE contribuiu para esse sucesso. Apesar das falhas e algumas promessas não cumpridas durante os Jogos, o alinhamento de forças foi essencial para o encontro das soluções para os inúmeros desafios. O apoio administrativo local, como a logística e viabilidade das instalações para o trabalho realizado pelo CNE, foi de grande importância para o sucesso do evento. Com os atrasos na contratação das empresas, o aporte de contêineres para escritórios e áreas de trabalho só foram viabilizados poucos dias antes do evento, por estarem sem energia e ar condicionado.

Embora alguns parceiros talvez possam discordar desta análise, seria melhor ter investido em pelo menos mais seis consultores que pudessem ter absorvido a responsabilidade da produção, do credenciamento, da segurança e de projetos de parcerias estratégicas. Foram dias de muito estresse, em que uma considerável parte do tempo foi consumida pela resolução de conflitos e demandas vindas da equipe avançada do ME, da Casa Civil e de outros partícipes, todas fora do escopo do CNE.

A Direção do CNE também ficou afetada, com a assessoria de parcerias estratégicas e da própria direção comprometida com muitas atividades além de seu escopo. Apesar do trabalho em equipe e das parcerias estabelecidas que funcionaram até o final, houve uma sobrecarga de tarefas não previstas que, muitas vezes, contribuiu a um distanciamento de uma operação mais eficaz. A atuação da consultoria jurídica foi essencial neste caso, dando um apoio providencial e preciso nos últimos dias que precederam a abertura e durante o evento.

Em relação ao relacionamento com o ITC, o entendimento ilusório de uma competição pelo protagonismo dos Jogos, a confiança exacerbada em uma atuação de forma isolada e não coordenada com o CNE, a falta de compreensão das necessidades efetivas considerando o tamanho do evento, e a resistência ao apoio técnico oferecido, foram pontos negativos. O ITC representava e foi respeitado em todos os passos como os idealizadores do evento, mas em vista

dessa resistência a um trabalho articulado com o CNE, muitas vezes não foi possível avançar em função das regras de convivência impostas por eles e acatadas pelos parceiros por uma questão de simples sobrevivência ao processo organizacional. A responsabilidade pela programação, a articulação entre os povos indígenas internacionais e as soluções dadas em conflitos de última hora não teriam trazido frutos sem a atuação direta do CNE. O mesmo pode ser dito sobre os projetos de infraestrutura, de hospitalidade e de alimentação, áreas importantes para realizar um evento internacional desta natureza.

Por último, como todo projeto, este também enfrentou momentos de crise e comunicação com a mídia. Embora tenham sido poucas as incursões, foi preciso lidar com agentes externos que não queriam a realização dos Jogos e que tentaram minar o evento com informações incorretas, se aproveitaram ou inspiraram outros na oportunidade de conduzir outros tipos de protesto.

O principal exemplo foi sobre o orçamento, que apareceu com um valor irreal, multiplicado diversas vezes em algumas publicações. Os aproveitadores de plantão tentaram então maximizar seus protestos utilizando-se desses dados. Algumas etnias e organizações contrárias ao ITC foram as que mais se aproveitaram disso, espirrando na organização algumas responsabilidades e acusações sem o menor fundamento.

Um evento deste porte requer a participação de profissionais especializados para acompanhar matérias e trabalhar com a mídia. Desde o início, fomos avisados que a parte de comunicação e imprensa seriam atribuições da Agência de Publicidade que atendia ao Ministério do Esporte, bem como de sua Assessoria de Comunicação - ASCOM. Assim, o CNE tinha contratado somente uma consultora para gerir conteúdo do site, a comunicação com os demais representantes e a organização da imprensa no centro de mídia. Em função disso, a recomendação que pode ser feita para os futuros eventos é contratar uma assessoria mais arrojada que possa cuidar de conflitos pontuais sobre essas ocorrências e manifestações.

Recomenda-se, também, uma maior e melhor coesão entre os comunicadores de cada instituição (ITC, ME, Governo e cidade de Palmas), que não aconteceu a partir da realização do Congresso Técnico.

Ao enxergar que nenhuma ação mais arrojada seria tomada e o grande antagonismo e discrepância entre as mensagens enviadas por Palmas, pelo ITC, pelo PNUD, pelo CNE, pelo Estado e pelo próprio Governo Federal, optou-se por formar um grupo gestor de comunicação. Essa união veio um pouco tarde, mas teve vários efeitos positivos, como a escolha compartilhada dos profissionais de imprensa, mas não conseguiu surtir todos os efeitos desejados. Isso ocorreu porque não existia uma voz uníssona por parte de cada um dos organizadores; o

resultado foi que cada um lidou com os conflitos, a publicidade e a autopromoção de maneiras diferentes, até mesmo dentro do próprio site dos Jogos.

Em linhas gerais, o maior desafio dos Jogos foi conseguir achar o ponto de equilíbrio em que fosse escolhida a melhor direção a ser tomada, considerando todos os aspectos desafiadores de recursos orçamentários liberados com atraso, dificuldades de comunicação entre as equipes, tempo insuficiente para um bom planejamento e execução sem atropelos, recursos limitados na cidade sede de pessoal e de estrutura para um evento de grande porte, além das facetas transversais como as diplomáticas, humanistas e de logística que um evento deste porte sempre envolvem.

8.2 Lições aprendidas

Tendo em vista todos os desafios enfrentados durante todo o processo de organização dos Jogos, os principais aprendizados podem ser resumidos pela importância da comunicação clara e direta e de uma parceria leal, forte e de confiança, desde o início, entre todos participantes envolvidos.

Vale ressaltar a importância de deixar registrado que:

- A Matriz de Responsabilidades deve ser criada antes do início de qualquer atividade, ser disseminada e cobrada em todas as etapas do projeto e, eventualmente, revista e adaptada, quando for percebida alguma falha ou falta de menção de determinado assunto/responsabilidade relevante ao evento;
- Um evento desta natureza levaria mais tempo para atingir sua maturidade, sem a presença dos conflitos acima citados;
- A confiança no corpo de consultores e suas experiências é de vital importância para que seja multiplicado o sucesso do evento, sempre levando em consideração e respeitando a experiência técnica, cultural e artística dos povos tradicionais, tornando o caminho menos beligerante em função de posições egóicas, e mais brando, justo, equilibrado, cooperativo e colaborativo;
- Todo evento deste porte, precisa de um orçamento adequado à realidade da magnitude a ser apresentada, de uma reserva técnica de igual importância, a fim de garantir a beleza, a diversidade e todo o profissionalismo que se espera atingir ao aceitar esse desafio.

Além disso, vale ressaltar:

- A necessidade de alinhamento de expectativas do evento, dos objetivos e modos de atuação e posições em relação do protagonismo do evento, a fim de que ninguém desenvolva resistência à colaboração;
- A necessidade de um investimento mínimo para esse alinhamento, por meio de formação de equipe que contribua ao desenvolvimento de confiança mútua, de colaboração, com base em princípios de educação da diversidade, com enfoque nas competências interculturais e de transformação de conflitos;
- A necessidade de desenvolvimento de uma gestão de documentação única e compartilhada entre os principais organizadores, que contribua com a informação dos atores envolvidos e minimize os retrabalhos e duplicidades;
- A importância da atuação conjunta dos líderes indígenas internacionais na construção do conceito, das regras das modalidades e da programação do evento, a fim de evitar desgastes durante a execução dos Jogos.

A seguir um resumo das lições aprendidas em relação às diferentes áreas do evento:

Infraestrutura

Considerando que a Prefeitura de Palmas possuía um estudo de projeto para uma futura Vila Olímpica da cidade no mesmo terreno destinado aos Jogos, em princípio, optou-se por aproveitar o estudo para implantação da referida Vila e deixar de legado o que fosse possível. Porém, pela inviabilização do tempo de execução e orçamento, pouco do projeto dos Jogos foi aproveitado.

O Projeto sofreu diversas alterações, ao longo de seu desenvolvimento, principalmente devido à escassez de tempo, gerada por atrasos em licitações e definições de contratos, e descompasso entre os recursos aportados e os custos das ações programadas. Embora houvesse um planejamento traçado com um cronograma de execução definido ao longo do processo, os atrasos nas definições e assinaturas dos contratos, tiveram como consequência a redução de áreas e mudança de materiais.

Abaixo é possível observar alguns dados referentes ao projeto e ao evento:

- 165.000m² aproximados de área total do evento;
- 10.000 pessoas, em média, por dia no evento;
- 5.000 lugares sentados na arquibancada construída em estrutura tubular com:
 - 5.000 metros de gradeamento;
 - 23 contêineres habitacionais 20';
 - 57 contêineres banheiro 20';
 - 12 depósitos marítimos 20';
 - 3 contêineres frigoríficos 20';
 - 7.000 m² de cobertura em tendas (aproximado);
 - 5.000 metros de piso elevado h=20 cm de estrutura em alumínio;
 - Área VVIP: Camarote presidencial para aproximadamente 120 pessoas;
 - Área VIP: Camarote para aproximadamente 300 pessoas;
 - Área de imprensa para 180 pessoas;
 - Arena e camarotes em piso elevado tubular 20x100 metros e altura 3,5 metros;
 - 2.000 metros lineares de estrutura em divisória tipo octanorm ou naval;
- 24 ocas em estrutura de madeira e cobertura em palha, para as delegações indígenas brasileiras;
- Arquibancada para 800 pessoas na área destinada para as provas aquáticas;
- 02 arquibancadas de apoio aos campos de futebol.

Considerando que a forma de pagamento e o valor cobrado pela concessionária local de energia ENERGISA, ultrapassava a disponibilidade de recursos alocados para a utilização da energia da casa, a INTEGRADORA foi autorizada a reformatar

a matriz de distribuição de energia elétrica, passando a funcionar apenas com os geradores já alocados.

Para não haver aumento do consumo de diesel, fora do horário do evento as ilhas de geração passaram a funcionar com apenas um gerador energizado, ficando os demais em espera. A carga total instalada nos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas foi de 3,6 MVA destinada à iluminação geral, iluminação cênica, tomadas de uso geral, tomadas de força para equipamentos, ar condicionado, TI, CATV/CFTV e sistema de sonorização.

Comparando com outro evento de nível internacional com o mesmo perfil, como a Copa do Mundo no Maracanã, em que foram utilizados para o mesmo escopo de elétrica 4.7MVA, é possível inferir que o valor cobrado pelas ações está compatível com o evento, pois no Maracanã grande parte da infraestrutura já existia no estádio e nos I JMPI foi necessário instalar toda infraestrutura e construir as edificações efêmeras.

Para as obras hídricas considerou-se uma população diária itinerante de 40.000 pessoas na Vila dos Jogos com um consumo individual de 50l/dia, e população fixa de 2.000 pessoas na Ocara, com consumo individual de 150l/dia, tendo como base os valores estabelecidos pela norma brasileira NBR 5626.

Após o fim do evento e desmontagem das estruturas, alguns elementos foram doados para entidades da região e/ou a prefeitura, como foi o caso da pira dos Jogos e as lonas da cenografia. Outros itens ficaram de legado para a cidade sede, como o cercamento, as infraestruturas de instalações feitas pela prefeitura e material como brita, seixo, cascalho e pó de brita. O fim das atividades da equipe de infraestrutura aconteceu em 21 de novembro de 2015.

Sugestões para eventos futuros:

- Examinar os projetos de instalações hidro-sanitárias, elétricas, entre outras, antes de formalizar modificações, para atender às demandas imediatas e normais em eventos deste porte e importância;
- Avaliar *in loco* as vazões e pressões da rede de água, bem como a sua continuidade ao longo do dia, antes de utilizar uma rede pública como abastecedora;
- Interagir com a equipe da concessionária para se estabelecer um trabalho em equipe;
- Substituir o material das tubulações que utilizam conexões como o PVC rígido por soluções em que a flexibilidade dos tubos e a ausência de conexões com colas, tipo PEX, sejam a solução a adotar;
- Incluir a limpeza final no escopo de serviços vinculado ao pagamento da parcela final.

Produção

Apesar das dificuldades encontradas, foi possível cumprir todas as atividades necessárias para a realização do evento, com o apoio da empresa Integradora que, exceto no caso de acesso e logística, atendeu prontamente quando solicitada.

A Empresa responsável pela área de produção, dentro do consórcio da Integradora, apesar do curtíssimo período prévio à abertura dos Jogos, conseguiu atender e executar o trabalho. Como mencionado anteriormente, entre as principais dificuldades pode-se destacar as áreas que dependiam de pessoal, principalmente limpeza e segurança, pois o efetivo solicitado era reduzido, de acordo com a licitação, o que prejudicou a operação dessas áreas.

Sugestões para eventos futuros:

- Realizar o trabalho de integração entre as equipes, com antecedência adequada para que seja possível a familiarização com fornecedores, empresa integradora e órgãos públicos;
- Centralizar, por meio de um curador, as informações e programação da Oca Digital;
- Organizar de forma antecipada as apresentações na Oca da Sabedoria, inclusive as manifestações espontâneas;
- Expandir o horário de funcionamento da Oca da Sabedoria, com a gestão das atividades realizada pelos próprios indígenas, para que a mesma possa funcionar paralelamente aos demais espaços. Desta forma, quando houver lotação nas outras áreas, os visitantes podem observar outros aspectos da cultura indígena. Essa sugestão foi feita por diversas vezes ao ITC, mas não chegou a ser considerada;
- Reduzir a distancia entre o estacionamento de ônibus e a área de embarque e desembarque, dada à magnitude e dinâmica do evento, além do expressivo número de veículos e indígenas participantes.

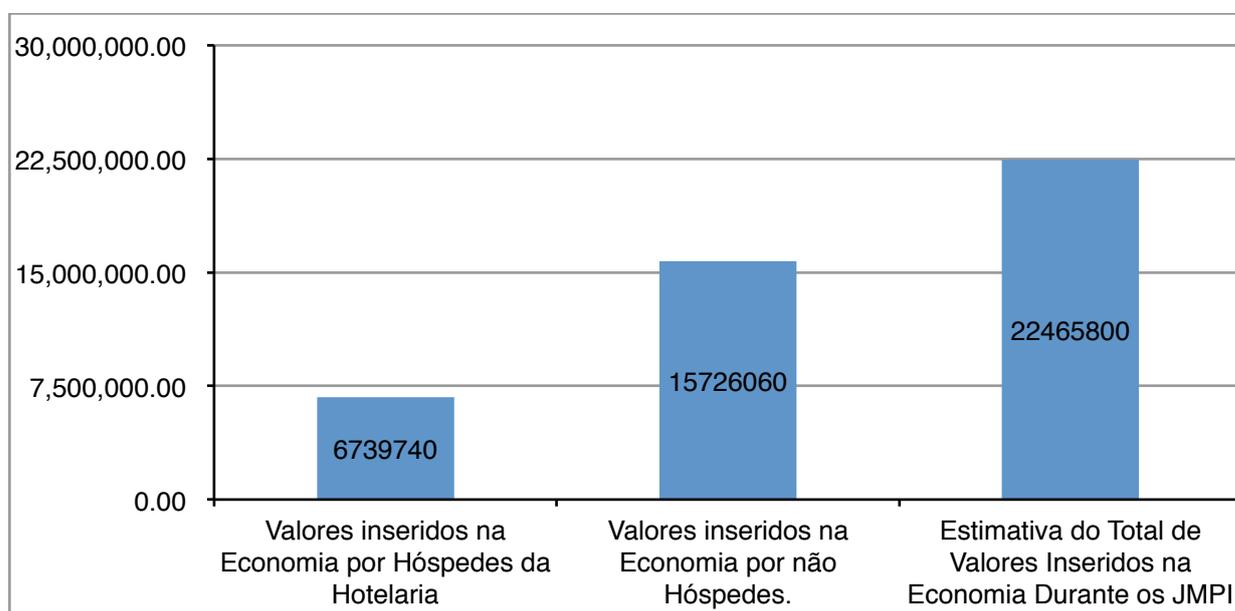
Hospitalidade

Os I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas representaram não apenas um marco cultural indígena, como viabilizaram um incremento na atividade turística e hoteleira de Palmas e na geração de renda. Isso pode ser observado nos dados abaixo, considerando:

- Movimentação de R\$ 6.739.740,00, relativo à ocupação hoteleira.
- Utilização da hotelaria no destino por 30% dos visitantes, de acordo estudo do Ministério do Turismo;

- Utilização da Ocara e das Escolas de Tempo Integral como alojamento para os cerca de 2.000 participantes dos jogos, entre indígenas e voluntários;
- Presença dos moradores das cidades no entorno que, apesar de não terem pernoitado na cidade, consumiram produtos e serviços;
- Participação expressiva de visitantes na Feira Internacional de Artesanato e na Feira da Agricultura Tradicional Indígena;
- Participação expressiva de público na Arena e no Estádio, espaços que receberam público maior do que o dobro da oferta hoteleira da cidade.

Pode-se inferir que a movimentação total, durante os JMPI, foi superior à R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), injetados na economia da cidade.



Outros itens a serem considerados:

- Mais de 100.000 visitas à Feira Mundial de Artesanato Indígena, com circulação relevante de recursos;
- Acréscimos no volume de serviços prestados (taxis, moto-táxis, salão de beleza, guia de turismo, tradutores, câmbio);
- Acréscimo no número de assentos utilizados no transporte aéreo;
- Promoção espontânea em escala mundial com valor incalculável;
- Nenhuma ocorrência policial relacionada à violência (ligada aos Jogos);
- R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais) de arrecadação líquida dos estacionamentos (Divididos em partes iguais entre a APAE e a Associação dos Guardadores de Carros de Palmas).
- 1.500 atendimentos na Rede Municipal de Saúde durante os I JMPI (sem registros de desdobramentos);
- 561 indígenas internacionais participantes dos JMPI hospedados na rede Municipal de Escolas;

- 1.129 indígenas nacionais participantes dos JMPI hospedados na Ocara;
- 283 Voluntários;
- 23 ônibus e 01 van para atender aos indígenas nacionais;
- 11 ônibus, três micro-ônibus e 10 vans para atender aos indígenas internacionais, voluntários e equipes de trabalho.

Sugestões para eventos futuros:

- Desenvolver um sistema online de agendamento de transporte (transfer in e out), no qual os líderes indígenas e voluntários possam verificar informações de nomes, horário de retorno e locais de hospedagem para auxiliar em vários quesitos da logística;
- Desenvolver um sistema de gerenciamento de todas as áreas para emissão de relatórios imediatos;
- Disponibilizar uma ampla estrutura de apoio nos locais dos alojamentos, especialmente de acesso à internet;
- Organizar a programação com ampla participação dos países presentes no evento, a fim de promover a integração entre os povos;
- Dimensionar de maneira proporcional o quantitativo de meios de transportes.

Alimentação e bebidas

Durante quase nove meses, a área de Alimentos e Bebidas assumiu o desafio, assim como a responsabilidade de respeitar a cultura indígena e valorizar um dos elementos de maior representatividade na história dos povos indígenas: o alimento.

Apesar de algumas dificuldades que ocorreram durante os Jogos, toda a equipe da alimentação foi envolvida em um sentimento de entrega e produtividade. Conseguiu, de maneira eficaz, entregar com qualidade todas as demandas da área, chegando a um resultado coletivo importante mais de 130 mil refeições, com aproximadamente 220 toneladas de alimentos, em 15 dias de Jogos. Tudo isso sem nenhum registro ou apontamento de problemas de saúde, segurança alimentar ou infecção devido aos alimentos manipulados e servidos.

Toda a equipe envolvida aprendeu que quanto mais rigorosos, exigentes e burocráticos são os níveis de controle; menores as chances de erros, problemas ou apontamentos ligados à saúde e à segurança alimentar.

As atividades no refeitório da Ocara permitiram que a equipe pudesse observar e aprender mais sobre a alimentação indígena e a quantidade de alimentos consumida por este grupo. A partir dessa observação, alguns indígenas foram

convidados para que seu prato fosse pesado e cerca de 100 adultos aceitaram participar, sendo 50 pratos de cada sexo.

Após a pesagem dessa amostra chegou-se a um volume médio de consumo de alimentos de cerca de 800g/homens e cerca de 700g/mulheres. Percebeu-se que o volume de alimento é maior entre os indígenas do que entre os não índios, uma vez que a literatura sugere para não índios um consumo de cerca de 450g por prato.

Essa observação pode ser entendida por um maior gasto energético pelos indígenas, em função de suas atividades diárias. Embora sejam necessários novos estudos para resultados mais detalhados, esta pesquisa, assim como o livro com o panorama da cultura alimentar dos indígenas brasileiros, pode ajudar no planejamento de alimentação das futuras edições dos Jogos.

Cultura

Os I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas foram noticiados e compreendidos socialmente como um evento de esporte e cultura. As expressões culturais tradicionais dos indígenas marcaram o evento do começo ao fim. A cultura é uma área essencialmente transversal, mas no caso dos povos originários e tradicionais, é necessário que a cultura seja trabalhada antes como princípio norteador que como apenas uma ação vinculada.

Cada atividade dialógica da Oca da Sabedoria apresentava um tema próprio, mas, a equipe observou que o debate sobre a demarcação e preservação de terras indígenas foi recorrente. Brasileiros indígenas e não indígenas discutiram transversalmente a PEC 215 (Proposta de Emenda Constitucional) dentro dos fóruns já previstos. Todos os dias foram realizadas exposições audiovisuais programadas e espontâneas, bem como várias apresentações culturais espontâneas de indígenas brasileiros e internacionais. Estima-se que um público flutuante de mais de 20.000 pessoas participou de tais atividades.

A Oca da Sabedoria e os espaços de circulação foram ambientes reveladores e a experiência adquirida é altamente proveitosa para planejamentos futuros. Todas as delegações ansiavam por expressar suas tradições culturais e conhecer as tradições dos outros indígenas. Esse interesse mútuo foi notório e gerou um aumento contínuo de atividades culturais ao longo do evento. As demandas crescentes foram atendidas pela equipe de cultura em parceria com várias coordenações do projeto, como relacionamento, infraestrutura, produção, logística, etc. Foi um esforço conjunto para que se aproveitasse todo o interesse demonstrado e para que o mundo conhecesse o máximo possível da riqueza

cultural ali presente. Um processo desafiador para todos os profissionais envolvidos.

Atender às ações espontâneas com necessidades técnicas específicas durante a realização do evento foi um desafio dos mais louváveis. A cultura indígena é de uma riqueza tal que não poderíamos concluir esse trabalho de forma mais agradecida. Mais que um trabalho, os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas foram uma grande experiência de vida para toda a equipe.

Comunicação

A repercussão dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas foi massiva, tanto nacional, como internacionalmente. Devido à presença de grandes agências internacionais, como Reuters, Getty Images e Associated Press, centenas de veículos no mundo inteiro replicaram as matérias nos cinco continentes. A presença dos principais veículos nacionais e das grandes emissoras de TV também foi um diferencial, com muitas imagens, vídeos, documentários e matérias especiais sobre os Jogos.

Das 244 principais matérias analisadas, 120 são positivas, 89 são neutras e 35 são de cunho negativo. Os principais temas que geraram mídia negativa foram os indígenas que boicotaram os Jogos, os protestos e críticas à organização. As matérias de status neutro falaram basicamente sobre o evento, os Jogos, a programação e os resultados. Já as mídias positivas elogiaram a organização do evento, destacando a miscigenação de culturas, a interação esportiva e parabenizaram a iniciativa de produzir o grande evento mundial.

Acessibilidade

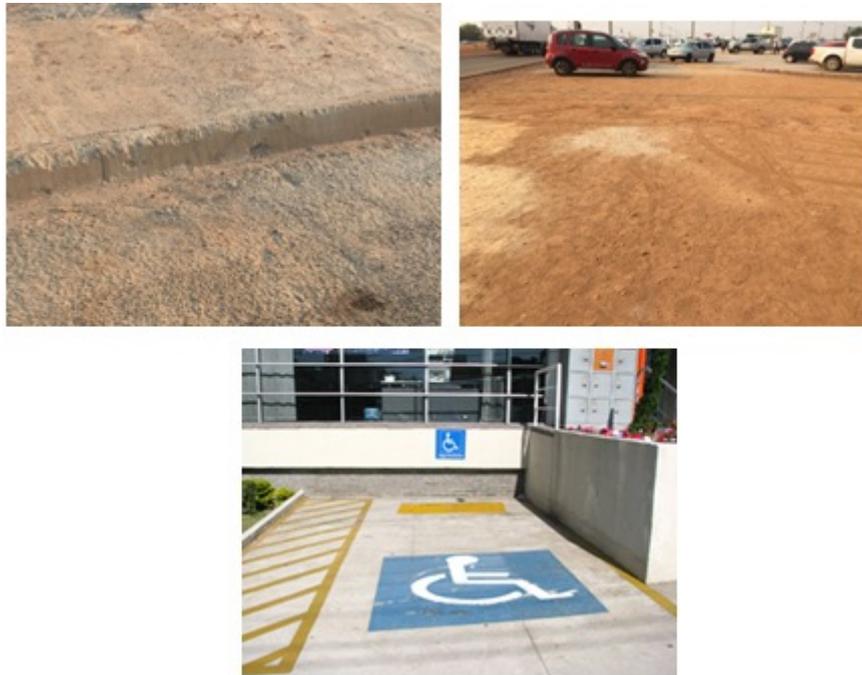
A experiência demonstrou de modo cabal a importância da boa leitura e compreensão da dinâmica de um evento; seus inter-relacionamentos e estruturas já estabelecidas entre empresas, pessoas, instituições; a diferença entre ações e objetivos desejáveis e possíveis.

Reafirmou-se, de modo inequívoco, que a promoção da Acessibilidade em eventos de grande porte e em momento avançado de produção é mais efetiva quanto mais se dispõe a adaptar estruturas de materiais, equipamentos, equipes e serviços ao que é possível, deixando como legado a convicção de que nesse cenário a flexibilidade é mais contundente que a coerção, ainda que com amparo legal.

Sugestões que atendem aos quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência e segurança ao público em geral, para as futuras edições do evento e outros eventos similares que os partícipes venham a realizar:

A – Entradas, acessos e rotas, aspectos gerais

1. Pavimentar, separar, e sinalizar como preferenciais as vagas (quando houver estacionamento) mais próximas aos portões, contemplando área de transferência com 1,20m e rampa até o meio fio para pessoas com deficiência, idosas e com mobilidade reduzida. A proporção de vagas sinalizadas deve respeitar a proporção de 1% do total para estacionamentos acima de 100 vagas e uma vaga para estacionamentos com até 100 vagas;



EXEMPLO

2. Instalar piso tátil desde o estacionamento até a Central de Atendimento para pessoas com deficiência e em todos os espaços dentro da Vila;
3. Instalar 01 balcão para Central de Atendimento à Pessoa com Deficiência logo na entrada, com 02 pessoas em revezamento por turnos, pré-capacitadas (15 minutos com a consultora) e em comunicação com a equipe de produção, por meio de radio comunicador; uma Central de Libras, com pelo menos dois intérpretes em revezamento (sugere-se parceria com Secretaria Estadual ou Municipal, que já dispõe desses profissionais);

4. Nivelar os pisos nas entradas e em todo o trajeto de acesso. Estender a pavimentação do trecho do Portão de Acesso Preferencial até onde já existe - o mesmo procedimento deve ser adotado nos demais trechos da pavimentação onde há interrupção;



5. Mobilizar equipe de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), com uniformes diferenciados e com o Símbolo Internacional de Surdez, constituindo uma Central que atende por demanda; com quatro intérpretes por turno;
6. Separar um portão na entrada para a passagem preferencial de pessoas em cadeira de rodas, pessoas com mobilidade reduzida e pessoas obesas; detecção de metal deve ser feita por pessoas capacitadas com detectores manuais e não portais;
7. Nivelar os pisos de acesso aos equipamentos; solo bem compactado pode ser coberto em pó de brita sobre toda a superfície nas rotas onde não houver pavimentação;



8. Adicionar cordão orientador das rotas onde não haja pavimentação claramente orientadora (cones, por exemplo, com cordões interligando os cones);

9. Adicionar sinalização orientadora de acessos e entradas, com acessos preferencias devidamente sinalizados;
10. Acrescentar algum material a fim de cercar cabos de aço e outros obstáculos aéreos no chão, em especial pinos que prendem os cabos de modo que não permitam aproximação demasiada e assim evitar o choque da cabeça e pescoço dos transeuntes.
11. Remover ou delimitar, com sinais de alerta no solo, estruturas metálicas, pontiagudas, que “avançam” sobre as rotas, independente da altura (no chão ou não);



12. Cobrir cabos e fios que cruzam o terreno longitudinalmente com madeira (ou outro). Projetar de modo a contemplar mini declives nas laterais da estrutura, em ambos os lados, permitindo que rodas possam passar sobre os fios e evitando tropeços;



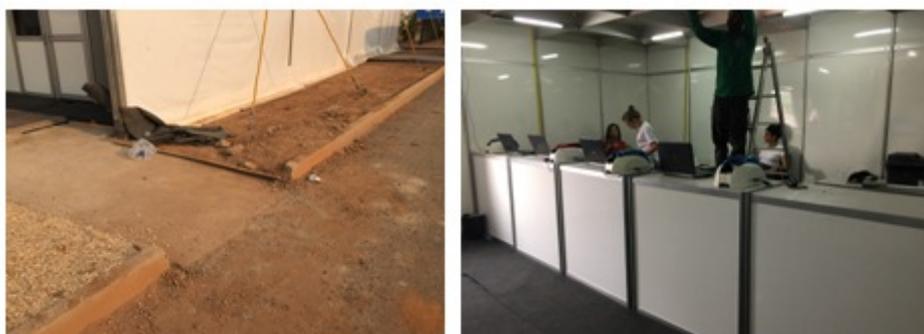
13. Construir ao redor de postes de iluminação e obstáculos aéreos algum “cercado” em torno da implantação no solo, pode ser em qualquer material, o importante é que possa ser “tocado” por bengalas usadas por cegos e que sejam visualmente identificáveis/coloridos, de algum modo, para todos e em especial para pessoas com baixa visão;

14. Instalar rampas com baixa inclinação e equipamentos de apoio em banheiros e em contêineres ou outras estruturas;
15. Sinalizar banheiros adaptados, instalar barras de apoio e acrescentar espaço adequado que permita rotação das cadeiras de rodas; além de dispositivos, cujos acionamentos não exijam pressão e/ou força na pegada;



B – Credenciamento, Praça de Alimentação, Feira de Agricultura e outras estruturas de atendimento.

1. Realizar nivelamentos, instalar sinalização e rampas nas rotas. Rebaixar uma parte do balcão de cada tenda (para pessoas em cadeira de rodas e outras com baixa estatura, por exemplo);



2. Sinalizar mesas de alimentação com assentos preferenciais.

C – Oca da Sabedoria, Oca Digital e Área dos Atletas.

1. Atentar para nivelamento entre os pallets, vale ressaltar que os escolhidos não são ideais, uma vez que os vãos dificultam a fluidez de rodas e oferecem riscos de desequilíbrios; certificar-se das rotas de circulação com largura adequada e sem obstáculos; prever locais preferenciais para

acomodar pessoas em cadeira de rodas, pessoas com mobilidade reduzida e pessoas obesas;



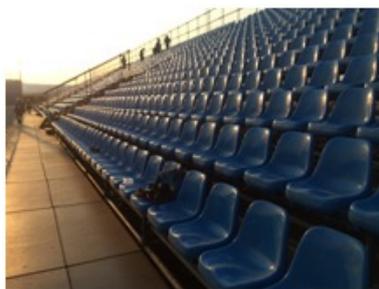
2. Identificar, dentro da Oca Digital, posições de mesas preferenciais deixando-as sem cadeiras.

D – Arena

1. Sinalizar a rota de chegada para uma entrada preferencial;
2. Disponibilizar acesso sem roleta e sem portal de detecção de metal, apenas “raquetes” de detecção;
3. Deixar o acesso livre de impedimentos como equipamentos e/ou pessoal de apoio ou público.



4. Demarcar 20 locais em frente às arquibancadas nas áreas de circulação bem próximas das cercas, para acomodar pessoas em cadeira de rodas, deixando espaço entre as arquibancadas e os locais marcados para circulação;



5. Sinalizar 20 assentos preferenciais nas primeiras filas; para pessoas com mobilidade reduzida e obesas. Instalar 10 cadeiras (das 20) mais largas para pessoas obesas;
6. Reduzir a elevação (distância/altura) entre os degraus de acesso às arquibancadas, no mínimo no primeiro lance;



7. Virar para dentro prendedores/lacres que possuem pontas cortantes expostas.



E – Tribunas e Centro de Mídia

1. Seguir as mesmas orientações apontadas ao longo deste relatório.

G – Aspectos Gerais

1. Orientar o pessoal de apoio, informações, posto médico e atendimento, em especial os voluntários (foram contempladas no Guia do Voluntário algumas orientações básicas), pois devem estar muito

bem informados quanto à localização das estruturas e melhores rotas e articulados com a coordenação de acessibilidade;

2. Disponibilizar rádios de comunicação, pois, são instrumentos fundamentais para a coordenação de acessibilidade juntamente com uma lista de contatos chave das outras áreas;
3. Disponibilizar cadeiras de rodas em locais estratégicos, especialmente nas entradas e balcões de atendimento, pois são estruturas igualmente fundamentais para todo o público presente ao evento;
4. Disponibilizar um carrinho elétrico tipo Golfe ou outro veículo que possa ser usado para auxiliar no transporte de pessoas com dificuldade de locomoção (cadeirantes, obesos, acidentados, idosos e outras situações);
5. Entregar informativo impresso com o mapa do local e rotas de acesso;
6. Articular estruturas de Posto Médico, disponibilizadas para o público geral, em estreita comunicação com a equipe de atendimento a Pessoas com Deficiência;
7. Providenciar saídas de emergência e rotas de fuga em conformidade com as normas, em todos os espaços;
8. Divulgar que o evento disponibilizará de estrutura e serviços adequados às necessidades das Pessoas com Deficiência, com o objetivo de estimular a sua participação.

8.3 Boas Práticas

Após analisar, em perspectiva, tudo o que ocorreu durante o planejamento e a execução dos Jogos, pode-se perceber quais boas práticas fizeram a diferença para o êxito do evento e quais teriam auxiliado no caso de terem sido mais utilizadas. É difícil mensurar o volume e a intensidade com que cada uma das boas práticas foram aplicadas, mas consideramos todas elas relevantes para o sucesso destes Jogos, uma vez que ajudaram a amenizar os desafios apresentados durante o processo.

Essa lista não é completa, e pode ser certamente ampliada, porém representa um começo para a coleta de práticas que possam ajudar outras equipes. Os registros

mencionados podem ser entendidos como instrumentos relevantes para os comitês organizadores dos países sedes das futuras edições, bem como para organização de outros grandes eventos internacionais.

Reuniões e informes regulares

Apesar de ser percebidas como cansativas, reuniões regulares entre os principais atores/organizadores com enfoque na atualização e compartilhamento das informações são cruciais, considerando um evento de muita complexidade a ser realizado em pouco tempo. Principalmente na área de Relações Internacionais, as reuniões com a Casa Civil e os representantes do Itamaraty e órgãos vinculados à entrada de estrangeiros no Brasil, como a ANVISA, ANAC, Infraero, Receita Federal, Polícia Federal, dentro outros, contribuíram para uma ágil resolução de problemas de vistos, transporte de materiais tradicionais, ponto de entrada no Brasil para facilitar os trâmites de imigração, etc.

Direção e delegação de tarefas

Em eventos como esse, é muito comum que existam inúmeras tarefas imprevistas que precisam ser resolvidas com urgência, e pelas quais não tem ninguém responsável. Em situações como essa, a direção tomada e a capacidade de delegar as tarefas, sem acúmulo em uma só pessoa, é fundamental. Isso requer agilidade, visão clara das funções e competências de membros da equipe, bem como a abertura e flexibilidade da equipe em abraçar o imprevisto.

Trabalho em equipe multidisciplinar

Poder trabalhar com uma equipe multidisciplinar e competente traz muitos benefícios. Uma vez que a equipe é composta por especialistas das áreas de organização de eventos, produção, bem como, jurídico, relações internacionais, mídia, gestão de conhecimentos, hospitalidade, entre outros, muitos desafios se vencem em curto prazo em reuniões de equipe ou por meio de comunicação virtual, sem necessidade de esperar o parecer dos especialistas convocados externamente.

Múltiplos cenários

A história desses jogos deixou muito claro que um bom planejamento não é suficiente, pois atrasos, curtos prazos e imprevistos, são inerentes a um evento desse tipo. Por isso, é importante ter não somente um plano B, mas também um plano C, D, e E, caso o plano A se torna inviável. Trabalhar com múltiplos cenários, incertezas e constantes mudanças é certamente cansativo e requer não só uma grande flexibilidade, bem como uma enorme boa vontade, coragem e competência em encontrar as soluções certas para os devidos momentos ou situações. Isso significa saber tornar o impossível, possível, dentro de regras e procedimentos previamente acordados.

Documentação e Gestão de Conhecimento

Em eventos de grande complexidade é importante saber um pouco de todas as áreas, de todos os processos, especialmente quando se trabalha com não só diferentes equipes mas também diversos atores. Por isso, o desenvolvimento de manuais de procedimentos específicos por área, que podem ser consultados por cada um quando necessário, é de muita importância e utilidade. Nesse sentido, foi também proveitoso trabalhar com documentos e arquivos compartilhados entre as diferentes equipes e entre os atores. Uma boa organização dessa área contribui a uma gestão de conhecimento transparente e de fácil entendimento de todos envolvidos. Em situações de informações sigilosas, foram encontradas formas em compartilhar sem expor conteúdos para além daqueles que precisavam ter acesso. Isso contribui ao desenvolvimento e à manutenção da confiança e respeito entre os parceiros.

Competências da Comunicação Intercultural

Trabalhar em eventos internacionais, e além disso com a grande diversidade de povos indígenas, requer muita sensibilidade, saber se colocar no lugar do outro, bem como saber encontrar formas criativas em romper barreiras e ou achar soluções em momentos de desespero ou tensão. É preciso saber se comunicar de forma clara, direta e verdadeira, e ao mesmo tempo compassiva e sem julgamento. É imprescindível que os membros da equipe, bem como os atores envolvidos, passem por uma formação que possibilita uma reflexão sobre o como trabalhar no contexto dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas.

Competências de Gestão de Conflitos, Mediação e Negociação

Além das competências interculturais, é necessário também trabalhar as competências de gestão de conflitos, da mediação e negociação entre a equipe, os seus membros e os diferentes atores envolvidos – desde a direção até os voluntários, conhecendo os limites das responsabilidades de cada um. Isso ajuda muitas vezes a transformar situações de alta tensão e impasses sem saídas, em aprendizado mútuo, em que todos se co-responsabilizam pelas soluções encontradas.

Comunicação, Tecnologia de Informação e Comunicação e Redes Sociais

É de conhecimento comum que organizar um grande evento sem acesso a telefone e à internet é praticamente impossível. Nesse sentido, a importância do fluxo das informações e decisões em momentos sem acesso ao e-mail, e sem poder gastar com ligações internacionais e ou interurbanas, é fundamental para determinar o sucesso dos Jogos. Por isso, recomenda-se, como práticas de comunicação, o uso do aplicativo Whatsapp individual e de grupos, por área e/ou por equipes, bem como de redes sociais como o Facebook e ou o Twitter. O uso diário dessas ferramentas permitiu muitas vezes respostas imediatas e

compartilhadas, mesmo com as equipes em diferentes cidades e os delegados internacionais em diferentes países.

Casos interessantes

Hospitalidade

“No processo de construção do Plano de Ação de hospitalidade foi fundamental envolver os “atores locais” para que pudéssemos atingir nossos objetivos. Todas as reuniões que realizamos durante o período de julho a outubro, na cidade de Palmas, convidamos todos os representantes do trade turístico para ouvir as demandas e auxiliar nas dúvidas e questionamentos acerca do evento. Fizemos ações com Sistema S, AGTUR, Agências de viagem e receptivo; Bares e Restaurantes, Locadoras de Automóveis, Taxistas, Shoppings Centers, Hotéis, Casas de Câmbio, etc...”

Cynnara Bretas, Coordenadora da Hospitalidade

Alimentos e Bebidas

“Durante o congresso técnico conheci um índio Guarani-Kawioa que tem 70 anos e gostou da minha apresentação sobre a alimentação. Ao final me pediu uma cópia da apresentação e me explicou que ele está se formando em Antropologia pela Universidade de Mato Grosso e que sua monografia seria sobre a alimentação dos Povos Indígenas. Fiquei muito contente e emocionado, pois realmente o nosso trabalho e todo o cuidado para respeitar as tradições das culturas alimentares dos grupos étnicos foi compreendida e muito valorizada. Ainda mais feliz por ver um senhor estudando um tema de tamanha relevância.”

Luiz Camargo, Coordenador de Alimentos e Bebidas

9. Legado dos I JMPI 2015 e Visão do Futuro

Com a realização dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, o mundo ganhou um evento inédito que visa apresentar, valorizar e ampliar a percepção e o debate sobre a diversidade dos povos indígenas, além de possibilitar trocas antes não pensadas e permitir, além de tudo, o respeito e a prática dos direitos humanos.

A mobilização nacional e internacional gerada pela realização dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas foi uma ocasião ímpar para a promoção de ações sociais, culturais e ambientais, envolvendo a temática indígena. Essas ações proporcionaram oportunidades de vivências entre os povos indígenas

participantes, os turistas nacionais e internacionais, bem como a população da cidade e do Estado que receberam o evento. Além disso, a midiaticização dos jogos contribuiu para o acesso às novas experiências e conhecimentos do público em geral, no Brasil e no mundo.

Ademais, a própria temática dos Jogos também proporcionou um efeito mobilizador para o desenvolvimento de atividades de caráter social relacionadas à preparação do evento, contribuindo para a sensibilização, o debate e a mobilização em torno de temas relacionados à vida e cultura dos povos indígenas.

Quanto às ações realizadas durante o evento, é possível perceber, além de um claro legado material, por meio dos conteúdos artísticos, sociais e ambientais previstos na programação, que houve uma preocupação com o patrimônio imaterial dos povos indígenas envolvidos. Tais ações são percebidas no respeito e a preservação às memórias ancestrais representadas nas cerimônias de abertura e encerramento, na elaboração de projetos inovadores de registro dos esportes tradicionais, na participação dos grupos de voluntários, na inserção de itens de acessibilidade e sustentabilidade ambiental nas contratações dos serviços e nas ações pertinentes à execução dos contratos, na divulgação de ações de cooperação anteriores relacionadas à temática indígena, na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, dentre outros.

As ações de cunho social e ambiental do projeto foram negociadas diretamente com os beneficiários e, para a sua realização, foram realizados processos de seleção de agências implementadoras para o desenvolvimento de projetos locais de inclusão social e cultural, além de iniciativas na área de sustentabilidade. Também foram firmadas parcerias com Universidades Públicas, com o Programa de Voluntários das Nações Unidas - UNV, especialmente para a execução do programa de voluntariado relacionado aos Jogos, e outras agências do Sistema das Nações Unidas.

9.1 Para Povos Indígenas Brasileiros

O maior legado que os I JMPI deixou para os indígenas que participaram foi o exercício do direito de eles não apenas praticarem, mas serem protagonistas na apresentação de suas tradições culturais e esportivas para todo o mundo. Muito além de experimentar a sensação de receber as aclamações do público e de representar com orgulho as suas etnias, esse intercâmbio em âmbito internacional abriu a possibilidade da descoberta, da curiosidade e do conagraçamento com os povos de outros países do mundo. A experiência do

encontro internacional se deu não só pelos cantos, danças e momentos espirituais, mas também pelos debates das temáticas relacionadas aos indígenas e aos problemas do mundo, como por exemplo no Fórum Social Indígena, as rodas de diálogo, entre outras atividades educacionais, como palestras e oficinas. Essa troca única foi, sem dúvida, a mais bela conquista dos Jogos.

Os Jogos também trouxeram um reconhecimento político à temática, percebido pela valorização e participação da Presidenta do Brasil Dilma Rousseff nos eventos de lançamento e abertura dos I JMPI e deram uma maior visibilidade aos programas de políticas públicas tanto nacionais quanto internacionais voltados aos povos indígenas. Essa aproximação do Estado com os povos indígenas contribui em todos os aspectos à uma maior inclusão social dessa população, muitas vezes invisível nas políticas públicas em todo o mundo.

A experiência dos Jogos possibilitou, ainda, ações de inclusão digital. As delegações nacionais e internacionais tiveram, além do acesso liberado à internet, a oportunidade de participar de oficinas sobre computação e sobre o uso de programas, no espaço da Oca Digital.

As próprias modalidades desportivas possibilitaram um destaque dos talentos dos jovens indígenas, tendo em vista a possibilidade de sua identificação para os esportes de alto rendimento pelos profissionais do Ministério do Esporte do Brasil.

As experiências da Feira Mundial do Artesanato Indígena, organizada em parceria com o SEBRAE, possibilitaram uma melhor organização na exposição e no processo de comercialização do artesanato. Essa parceria contribuiu com a melhoria da qualidade da abordagem de venda, marketing, bem como o fluxo de caixa, possibilitando uma melhoria na inclusão econômica dos povos em termos da valorização do seu artesanato e da sua cultura.

Houve, ainda, o Programa de Voluntariado dos I JMPI que foi uma oportunidade inédita para que os indígenas de Tocantins pudessem participar como voluntários no edital lançado pelo PNUD, com o apoio do ITC e da cidade de Palmas. Eles receberam uma formação junto aos outros 250 voluntários. Esse tipo de trabalho conjunto possibilitou novas oportunidades de inclusão e troca entre os diferentes públicos.

Todas essas experiências foram fortalecidas pela presença da mais variada mídia nacional e internacional e de um público altamente interessado e participativo. Antes, durante e após os Jogos, os povos indígenas foram prestigiados pela atenção aos seus costumes, diversidade, tradições e o seu modo de viver. Graças a esse interesse e participação da mídia, a cultura e a diversidade indígena pôde

ser compartilhada, por meio de imagens e reportagens extraordinárias, com o público em geral no Brasil e no mundo.

Nesse sentido, a cobertura da mídia contribuiu ao reconhecimento e à valorização dos direitos dos povos indígenas e do exercício das suas tradições. Pode-se observar que o evento ampliou o conhecimento sobre a temática no Brasil e no mundo. Com isso, foi possível expandir a consciência a respeito da enorme diversidade cultural e étnica indígena e da importância da simbiose com a natureza neste século XXI.

9.2 Para Indígenas Internacionais

No contexto internacional, similarmente à situação do Brasil, o espaço conquistado pelos povos indígenas para se reunirem, praticarem as suas tradições e trocarem experiências foi de primordial importância.

Para as diferentes delegações, como no caso do Canadá, Estados Unidos e também da Nova Zelândia, Etiópia, Rússia, México, Uruguai, dentre outras, foi uma experiência nova fazer parte de uma delegação escolhida pelo mesmo sentimento de pertencimento a um povo originário, com a oportunidade de mostrar ao mundo suas tradições, por vezes milenares, seus costumes, rituais religiosos, danças, cantos, entre outros. Além disso, algumas delegações foram compostas por diversos povos de um mesmo país, que na maioria dos casos não se conheciam pessoalmente. Isso permitiu que os atletas criassem novas conexões e se aproximassem uns dos outros durante os mais de 10 dias de convivência, sendo percebidos como “delegação de um país”.

Além das novas amizades e conhecimentos adquiridos sobre os povos do seu país, promovidas inclusive com debates nos horários livres nos alojamentos, foram criadas novas trocas com os diferentes povos do Brasil e dos outros países.

Outra importante conexão também estabelecida foi a com o público visitante, o público do Brasil. A recepção e a troca com os indígenas foi emocionante e cheia de entusiasmo, tanto por parte dos voluntários, quanto do público visitante em geral. Isso contribuiu com mais aprendizado de ambos os lados, mais reconhecimento, sentimento de empatia e inclusão entre os diferentes mundos.

Os indígenas internacionais foram também expostos à mídia nacional e internacional. Essa oportunidade trouxe a possibilidade de promover a sua cultura ao universo dos espectadores presentes e dos à distância e compartilhar, não só os seus sentimentos do evento, como aproximar as suas tradições a um público imensurável pelo mundo inteiro.

Além de tudo isso e, principalmente, todos os indígenas do mundo ganharam os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas como um evento que já tem data certa para se repetir. Durante a organização da Agenda do Futuro, que ocorreu no dia 30 de outubro na Oca da Sabedoria, foi decidido que os II JMPI acontecerão em 2017 no Canadá. É com muita probabilidade que com isso, os JMPI se tornarão um evento mundial com regular periodicidade. Apesar dos desafios que essa decisão traz, e das dúvidas se a periodicidade de 2 anos é viável, considerando as necessidades da preparação dos Jogos em termos de recursos, articulação e outros, essa decisão é certamente uma grande conquista e um motivo para celebração!

9.3 Para a Cidade de Palmas

A cidade de Palmas ganhou, de acordo com as suas expectativas, uma enorme visibilidade nacional e internacional, além de uma experiência com a organização de um grande evento internacional que respeita e promove a diversidade. A presença de mídia nacional e internacional em Palmas, trouxe muito interesse e atenção para os pontos turísticos e as belezas naturais do cerrado.

Considerando o tamanho da cidade e os serviços disponíveis, o saber receber não era tão óbvio. A experiência desse evento contribuiu para uma melhor organização e coordenação dos seus serviços na área de turismo, transporte, hotelaria, bem como receptivo internacional como todo. Os I JMPI também contribuíram com um aquecimento da economia, graças a um grande movimento de pessoas e serviços na cidade, envolvidos pelo acontecimento dos Jogos. Por conta da promoção da cidade de Palmas e do Estado de Tocantins e de seus pontos turísticos, desde os dias que precederam os Jogos, os mesmos também receberam um aumento considerável de visitas e negócios.

Ainda nesse sentido, uma experiência importante foi a realização do Programa do Voluntariado. Foi pela primeira vez que a cidade de Palmas realizou um programa de voluntariado desse porte, em parcerias com três universidades e com o PNUD. Apesar de pouco conhecimento prévio sobre como trabalhar essa questão, houve o apoio do PNUD e do Programa das Nações Unidas para o Voluntariado - UNV para realizar essa ação. Especialistas da área contribuíram para novos entendimentos da questão, das necessidades do processo do programa de voluntariado, bem como dos benefícios que os voluntários trazem para todos os aspectos de um evento como esse – desde a sua organização, como na parte da oferta de informações, turismo, apoio às delegações, entre outros. Isso também possibilitou a participação da cidade nos Jogos de forma mais próxima e direta, contribuindo assim para uma memória mais profunda e viva

dos Jogos em seus habitantes. Os relatos na mídia da cidade apontaram a uma nova dinâmica na cidade após o encerramento dos Jogos, entre os voluntários e os seus monitores.⁴ Espera-se que a cidade aproveite dessa experiência para o desenvolvimento de outros programas de voluntariado, visando ao fortalecimento da cidadania e aos direitos à participação social.

Considerando a participação de etnias indígenas no programa de voluntariado, além de outras ações da Prefeitura/SEJI como, por exemplo, a Campanha midiática com o Slogan “Em 2015, somos todos indígenas”, a atuação do mascote Kali na cidade, oficinas e palestras nas escolas e em outros espaços públicos, festivais de filmes e gastronomia com temática indígena, pode-se observar uma tentativa de realização de políticas e programas de inclusão social com a temática indígena. Espera-se que após os Jogos, essas políticas de inclusão possam continuar, diminuindo cada vez mais as barreiras existentes à participação dos povos indígenas na sociedade.

Devido ao curto tempo para a realização dos Jogos, foi tomada a decisão de montar estruturas temporárias para a Vila dos Jogos. Porém, após o fim do evento e a desmontagem das estruturas, alguns elementos foram doados para entidades da região e/ou para a prefeitura, como foi o caso da pira dos Jogos e das lonas da cenografia. Outros itens ficaram de legado para a cidade como o cercamento, as infraestruturas de instalações feitas pela prefeitura e materiais como brita, seixo, cascalho e pó de brita.

Não longe da Vila dos Jogos, foi também criado um Parque Ecológico dos Povos Indígenas, às margens dos Ribeirão Taquaruçu. O local recebeu 200 mudas de espécies nativas nos últimos dias do evento. Assim, Palmas será gravada como o lugar especial dos I JMPI nos corações das pessoas e na história da humanidade.

9.4 Para o Brasil

Com a realização dos I JMPI, o Brasil ganhou mais uma experiência com a organização de um grande evento internacional, com enfoque em diversidade, em particular dos povos indígenas. Isso é inédito em termos da aprendizagem intercultural e da combinação do trabalho da diplomacia, política pública, realização técnica, em prol dos interesses dos povos indígenas do Brasil e do mundo. O Programa do Voluntariado, realizado em curto prazo, considerando o

⁴ <http://globo.com/tv-anhanguera-to/globo-esporte-to/v/voluntarios-desafiam-monitores-dos-jmpi-em-partida-de-futebol/4659554/>

tamanho do evento, também representa uma experiência única e traz certamente muitas reflexões e aprendizados⁵.

A visibilidade do Brasil como País-sede dos primeiros Jogos, permitiu que o País fosse reconhecido e apreciado mundialmente por essa iniciativa e a atuação das mídias brasileiras e internacionais mostraram a riqueza da diversidade e da cultura indígena em diferentes e emocionantes reportagens e documentários. Isso contribuiu também com a promoção de uma imagem positiva do Brasil no exterior, como um país corajoso que promove eventos únicos, dando valor a sua população indígena.

Finalmente, este evento contribuiu com uma reflexão mais aprofundada sobre as políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil e as políticas de inclusão e da participação cidadã, em geral. Nesse sentido, o Ministério do Esporte tem trabalhado, de maneira mais consistente, por meio dos seus programas, como o PELC - Programa Esporte e Lazer nas Cidades, que fomenta a promoção e adoção do esporte e do lazer nas cidades e o PTC - Programa para Comunidades Tradicionais, que leva o esporte e o lazer para as diferentes comunidades nas áreas dos indígenas. Desde o ano 2103, esses programas atuam em aproximadamente 60 municípios brasileiros. Essa foi a maneira encontrada pelo Governo Brasileiro de se aproximar e atuar, usando o esporte como ferramenta, dos indígenas brasileiros, por meio de uma política pública inclusiva. Além disso, existe o Programa Segundo Tempo, em que há um projeto piloto que beneficia, em Manaus, exclusivamente a uma comunidade indígena. Outras oportunidades de fomento de políticas públicas estão surgindo na área da juventude e voluntariado, em que diferentes órgãos públicos cooperam, como por exemplo o Ministério do Esporte, da Justiça e a Secretaria Nacional da Juventude, para fazer um programa que terá um dos enfoques também nas comunidades tradicionais, entre elas, a juventude indígena. Além disso, os Jogos contribuíram para chamar a atenção aos atletas indígenas que tem potencial para o esporte de alto rendimento. A identificação de talentos fez parte desse processo e espera-se que traga frutos em um futuro próximo.

9.5 Para o Mundo

Os I JMPI permitiram para o mundo inteiro um acesso extraordinário à diversidade da Terra pelas imagens e relatos trazidos por meio da mídia. O

⁵ Esse relatório não contempla o Programa do Voluntariado em profundidade, por não ser a responsabilidade direta do CNE e, por existir um relatório específico tratando desse Programa.

evento também contribuiu ao reconhecimento e a valorização dos direitos dos povos indígenas e do exercício das suas tradições.

Pode-se observar também que o evento ampliou o conhecimento sobre os povos indígenas entre a população em geral. Com isso se expandiu a consciência dos diferentes estilos de vida e da importância da simbiose com a natureza no século XXI.

Por fim, ficou decidido que os II JMPI acontecerão em 2017 no Canadá. Apesar do desafio de organizar a segunda edição em menos de dois anos, a esperança e a visão dos povos indígenas do mundo todo para tornar esse propósito em realidade são muito fortes. Será necessário planejar e melhorar ainda mais a experiência dos I JMPI. O Brasil foi o primeiro a liderar esse processo, mas os olhos do mundo estão voltados agora para o Canadá. Este relatório serviu para compartilhar todas essas experiências e seus desafios, bem como as boas práticas e conquistas realizadas pelas equipes que realizaram a primeira edição dos JMPI. Toda a equipe envolvida na organização dos I JMPI deseja muito sucesso aos futuros organizadores!

Depoimentos

“Nós vamos torcer juntos para que os primeiros Jogos Mundiais Indígenas permitam que a gente reafirme nosso apreço pela diversidade e pela pluralidade, o nosso apreço pelo respeito à diferença, pela tolerância e, sobretudo por uma convivência pacífica e fraterna entre todos os povos do mundo, entre todas as etnias.”

Dilma Rousseff
Presidenta do Brasil

“Confesso que poucas vezes me emocionei tanto como hoje, de ver da união e esforço que envolve hoje não só o Governo Federal, Governo do Estado do Tocantins, a Prefeitura de Palmas, o PNUD, que foi importante para a gente quando iniciamos o processo da organização deste torneio que tenho certeza será um marco, será importante para a história da valorização e reconhecimento dos Povos Indígenas.”

George Hilton
Ministro do Esporte

“Hoje esse evento é considerado para o governo como “Grandes eventos” tanto que as oficinas, ações, conversas e debates que estão sendo desenvolvidos em Palmas, está com a mesma expertise que foi realizada para a Copa e a mesma expertise que está sendo realizada para as Olimpíadas. Então, podemos assim dizer, numa proporção menor, mas não deixa de ser um evento teste para as grandes organizações. Hoje lá em Palmas têm ocorrido oficinas da parte de segurança, saúde, turismo, justamente pelo fato de já ser considerado um grande evento. Principalmente com a presença da presidenta Dilma e alguns outros chefes de estado. Então isso está sendo muito bom para a organização das Olimpíadas.

No sentido legado isso vai demonstrar para mim que a partir desses Jogos será muito mais divulgado e debatido o direito para os indígenas estar praticando o esporte e o lazer. Como um direito fundamental para eles. Que se formos observar pela constituição, está perto, mas ao mesmo tempo está muito longe. Então através dos Jogos acredito que será muito mais difundido.”

Evandro Garla
Secretário Nacional do Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS)

“Com relação aos índios eles têm uma cultura de que o esporte é para integrar. É união é um prazer os guerreiros estarem ali disputando aqui, é prazeroso, é uma competição em que eles tentam mostrar as suas habilidades, mas não para atingir objetivos, olímpicos. Mas é um objetivo de que através do esporte traz a união. E que eles estão ali, todos são vencedores, por já estarem ali. Essa é a lógica deles.”

“O indígena faz parte da nossa vida, do nosso dia. (...) Tem que acabar com a separação. Eles têm que se sentir incluídos nessa nova sociedade. Isso vai trazer muito desenvolvimento cultural, sem perder suas raízes. Porque eles também têm a cultura, os conhecimentos. (...) Lá no evento eles tem que ser as estrelas (...).”

“...Eu acredito que a Secretaria de Alto Rendimento vem trabalhando, vai revelar bastante atletas.”

Carlos Geraldo
Secretário Nacional do Alto Rendimento

“Pensando em um aspecto importante que são as duas formas de legado (...). Legado material que se traduz na melhoria da malha urbana (...), por conta da criação onde está sendo construída a área dos jogos, lá vai se tornar a Vila Olímpica de Palmas, todo um complexo esportivo e de lazer para a população utilizar (...) ali vai passar o novo modelo de transporte urbano da cidade (BRT).”

“Ali teremos escolas de tempo integral focadas no esporte, um centro de iniciação esportiva, centro de esportes de alto rendimento, o estádio, a arena que vai ficar em definitivo para os grandes eventos da cidade (...) então aquele complexo vai se

tornar um centro da cidade, nova alternativa para a convivência e lazer, então isso é um legado material importante.”

“Por outro lado, a gente construiu um legado imaterial que é o legado moral. A cidade, principalmente saber que pode fazer, tem condições de fazer um evento e uma ação que envolva a cidade como todo e que repercuta nacional e internacionalmente de forma positiva essa é a nossa grande preocupação na construção desse plano.”

Hector Franco
Secretário Extraordinário dos Jogos Indígenas
Cidade de Palmas

“...poder participar de um evento que vai deixar um legado, que vai despertar um interesse, e para a gente desde o início este evento sempre foi o grande desafio de trazer os olhos do mundo para Palmas e tornar Palmas uma cidade conhecida internacionalmente.”

“Acho que este salto que os Jogos Indígenas podem trazer para a cidade vai suprir no sentido de a gente ter outros investimentos e outras possibilidades de geração de renda para a cidade.”

Patrícia Fragonese
Diretora de Relações Institucionais
Secretaria Extraordinária dos Jogos Indígenas
Cidade de Palmas

“Os I JMPI é um evento, não só esportivo, mas é também cultural e artístico de um caráter humanista espetacular. (...) Então ele é de uma importância humanista fabulosa o que se espera disso, o que vai sair desse conagraçamento é algo que eu não consigo mensurar, eu acho que ninguém consegue ainda. Nem os próprios Terenas. (...) Essa é uma mensagem que tem que ser passada para o mundo.”

“Esse evento é diferente justamente por essas características do processo de aprovação, da diplomacia, do entendimento do que se pode, do que não se pode. Estamos lidando com questões atípicas que envolvem tanto a legislação do país quanto o entendimento do que é sagrado para esses outros povos, do que trazer, do que não trazer o que se pode portar ou não. (...) Para legado, isso é muito importante, que as pessoas entendam que os segundos jogos, que os terceiros e os quartos, todos eles vão ter essa característica que talvez nunca termine e espero até que não.”

Luiz André Lobo
Diretor Executivo
Comitê Nacional Executivo

“É um evento criado, idealizado e organizado pelos indígenas não é um evento como a gente chama assim do homem branco, mas a gente tem que conviver com essa realidade institucional que é o PNUD, os vários ministérios, a prefeitura, o Governo do Estado e as universidades no caso de Palmas, por isso que a gente precisa agregar um valor que a gente considera o maior valor mais importante para os Jogos, que é o tema dos direitos indígenas.”

Marcos Terena
ITC

“Gostaria muito de agradecer aos organizadores pelos Jogos, a Internet aqui poderia ser melhor, mas a acomodação é boa e a alimentação também. Gostaríamos apenas de mais frutas e verduras, e talvez uma área de estudo para nossos indígenas estudantes, bem como a programação antes dos eventos esportivos. Também seria importante ter nas manhãs um horário para os eventos culturais e, um transporte mais consistente para todos os eventos. No geral, o espírito das pessoas e dos Jogos tem sido um sucesso”.

Liderança do Canadá, Dano Thorne

“Para os próximos Jogos indígenas poderíamos chamar mais países da África, porque aqui o único representante é a Etiópia. Se mais países participarem dos Jogos Indígenas, eles poderão conhecer mais da cultura uns dos outros. Estou gostando muito de participar destes Jogos, eles são muito legais.”

Liderança da Etiópia, Eyasu Bonkola Joffe

“Olá, me chamo Davi e represento a Costa Rica. Para mim é muito importante poder estar aqui nos Jogos, é tudo muito bonito e quero poder participar destes Jogos novamente. Tudo está muito bem organizado”.

Indígena Davi, Costa Rica

“Eu me chamo Serafín Chaves, sou Guarani Ocidental, Chaco paraguaio, viemos para competir no futebol. Os Jogos estão ótimos tudo muito bem, embora falte apoio aos indígenas, por parte da organização, porque existem várias comitivas que vem do Peru, Argentina e Bolívia e não tem apoio de seus países, de seus governos. Isso é o que se nota muito. A organização geral está ótima para a primeira vez. Espero que nos próximos jogos seja ainda melhor, mas para a primeira vez está realmente ótimo. Isto é uma experiência única. O melhor de tudo,

não foram os Jogos, o esporte, nada assim. Mas sim o encontro de várias etnias, de vários indígenas diferentes, em língua e culturas, isso foi o melhor. Dá até arrepio de emoção. Acredito que não sou o único indígena que se dê conta de que no mundo há muitos indígenas, e que somos parte da sociedade e do mundo”.

Indígena Seraffín Chaves, Paraguai

“Eu gostei muito dos Jogos. Achei muito interessante a troca de saberes entre as culturas desse país e de outros, porque mostra um pouco da cultura de cada um e esse convívio para mim está sendo ótimo. Este é um dos motivos pelo qual estou gostando de participar dos Jogos. E a Oca Digital para mim foi uma das melhores ideias de todas, nos jogos nacionais nunca tivemos esta Oca Digital para os Indígenas. Isto foi uma das coisas que eu mais gostei no evento. A Internet deixa a gente mais livre, ela permite que a gente saiba mais sobre o que está acontecendo no mundo que a gente não está vendo”.

Indígena Denilsson Lopes, Etnia Bororo, Brasil

“Eu sou da etnia Kuikuro, do Alto Xingu, Mato Grosso. Meu nome é Waikié, mas esse nome é muito difícil, apelido mais fácil, Pelé Kuikuro. Eu sou técnico do time que eu trouxe. Nós estamos aqui a primeira vez, a etnia Kuikuro, nesse Palmas e achamos tudo muito bonito, nós gostamos de tudo aberto, diferente de São Paulo tudo fechado, ninguém aguenta aquele lugar. Gostamos de tudo aqui. Só achei errado a falta d’água, nos primeiros quatro dias no acampamento, sorte que nós estávamos na beira do rio e deu para banhar, mas, faltou água para beber. No próximo tem que melhorar, mas nos primeiros dias é assim, depois melhora que nem melhorou agora. A comida tá ótima. Só que nós Xinguanos somos diferentes, os outros índios, eu vejo tudo comendo a comida do branco, acho que estão acostumados com a comida do Branco. Aqui tem a carne do porco, do boi e a gente não come. Lá no Xingu a gente só come peixe. Eu criei dez filhos no peixe. Por isso aqui a gente só tá comendo arroz e frango. Só. Nós não é guerreiro, nós não mata bicho”.

Indígena Pelé, Etnia Kuikuro, Brasil

“Falar sobre os Jogos é falar sobre algo que eu acredito, é falar sobre tolerância, sobre democratização de outros saberes, que eu acho muito importante. É um evento ímpar porque faz com que toda a comunidade apoie e abrace a causa indígena, que é a causa de todos nós. Afinal de contas, que brasileiro não tem o sangue indígena correndo nas veias? Enquanto mãe, eu trouxe os meus filhos aqui para participar porque eu acredito que complementa a educação. Nessa perspectiva, eu acho que algo que poderia ser acrescentado no escopo dos Jogos seria justamente esse envolvimento de toda a sociedade. Mas não como um evento apenas, mas como um espaço de aprendizagem. Aprendizagem do diferente,

aprendizagem naquilo que faz parte da nossa vida também, aprendizagem no acolher, aprendizagem da tolerância”.

Selma Noleto, espectadora, moradora de Palmas

“Meu nome é Iara e os Jogos são muito legais. Eu adorei os Jogos”.

Iara, espectadora e estudante palmense

“O legado que os Jogos deixam é principalmente a diversidade cultural, mostrar para as pessoas que índio não é tudo igual, que nem todos têm as mesmas características. Que cada povo tem a sua língua, seu modo de vestir, seu modo de falar e seu modo de comer. Então realmente é a diversidade que vai ficar de legado”.

“O que pode melhorar para os próximos Jogos, em relação ao programa de voluntariado, é a forma como ele foi conduzido. No caso, todo o processo desde o início até a realização dos Jogos tiveram algumas falhas, como a falta do evento teste, e testes mais avançados de proficiência para saber aonde aquela pessoa vai se encaixar melhor”.

“Os Jogos estão sendo muito bons, acredito que o público têm sim visto a diversidade cultural, têm sentido a oportunidade de estar participando de um evento mundial, e de ver realmente que Tocantins e Palmas pode receber este evento da melhor maneira, é claro que tem falhas e precisa melhorar, mas que muita coisa foi feita e os Jogos estão sendo muito bonitos”.

Marcos Jones, estudante da UFT, Coordenador de Voluntários

“O melhor dos Jogos foi a oportunidade de estar com pessoas de vários grupos diferentes, tanto do Brasil, quanto de grupos de fora. O ponto que falhou foi justamente a organização dos Jogos, o cuidado com a logística, comunicação, programação, recepção, e encaminhamento dos Jogos e muitas vezes das atividades culturais. Acho que a ideia é bem legal e nos próximos anos pode se desenvolver mais”.

Maria, voluntária, Minas Gerais, Brasil

“Acho que o evento foi incrível. Foi muito bom para os indígenas do mundo. Acho que muito poderia ter sido feito em relação à organização. Acho que precisa ter mais planejamento, principalmente para que se possa cumprir a programação. Acho que é preciso munir os voluntários e todas as pessoas que colaboram com o evento de informação, para que elas não tenham sempre que passar pelo constrangimento ao dizer que não sabem. Fora isso, acho que foi muito bem produzido. O evento foi muito bonito, o marketing e o branding foram muito bem feitos”.

10. Recomendações

10.1 Para o Ministério do Esporte (ME)

- Planejamento com o tempo realista para todas as fases do projeto, em especial as fases de planejamento e produção/execução do evento;
- Necessidade de incluir um Comitê Internacional de Povos Indígenas na Matriz de Responsabilidades, responsável pela Programação do Evento e a Comunicação com as delegações nacionais e estrangeiras;
- Organização com a Matriz de Responsabilidades clara desde o começo do planejamento com todos os atores envolvidos;
- Realização de reuniões semanais com todos as instituições envolvidas na organização do evento, em especial as signatárias da Matriz de Responsabilidades, com a concentração de todas as atividades e o acompanhamento do andamento de cada uma delas, para que eventos dessa natureza tenha uma visão global da execução;
- Sistema de cobrança e acompanhamento da execução, de acordo com o planejado com todos os parceiros envolvidos;
- Investimento na formação inicial sobre trabalho com diversidade, em equipes interculturais, transformação de conflitos e alinhamento das expectativas, entre outros;
- Investimento na assessoria mais arrojada que possa cuidar de conflitos pontuais sobre ocorrências e manifestações que possam ocorrer;
- Contratação de tradutores inglês, espanhol e francês desde o início do processo de organização, apenas para se comunicar com as delegações internacionais;
- Melhor coordenação da representação do evento em relação à mídia, baseada no alinhamento entre os coordenadores da comunicação de cada instituição (ITC, ME, Governo, Palmas, etc);
- Criação de um banco de dados atualizado com os dados dos líderes indígenas mundiais, vinculado ao Comitê Indígena Internacional (criado ao final desse evento). Essa listagem deveria ser compartilhada com os Ministério das Relações Exteriores para conhecimento e acompanhamento diplomático;

- Disponibilização desse relatório traduzido ao menos para o inglês, para os organizadores dos próximos Jogos.

10.2 Para os Líderes Nacionais e Internacionais

- Preparação para os Jogos enquanto delegação representante de um país, levantando materiais e informações para apresentar a diversidade de seus povos nacionais e ao mesmo tempo os valores importantes de serem divulgados ao mundo, como tradições milenares, manifestações culturais, história, a união, participação da mulher, tipos de artesanato, além dos jogos tradicionais e demonstrativos que pretendem participar;
- Preparação da delegação para ser recebido por uma equipe de logística e de voluntários que não necessariamente conhecem os costumes e as tradições dos seus povos;
- Preparação para a captação de recursos com antecedência para poder participar dos jogos, em relação às passagens, eventuais vistos, vacinas, equipamentos esportivos pessoais, entre outros.

10.3 Para o ITC

- Investimento no desenvolvimento de relacionamentos de confiança entre os parceiros/organizadores;
- Investimento na avaliação das competências da sua equipe para realizar as diferentes tarefas e aceitar as limitações de forma que permita aprendizagem e colaboração mútua;
- Investimento no desenvolvimento de competências de comunicação clara e objetiva;
- Composição da equipe de acordo com as necessidades reais da organização dos Jogos, alocando pessoas com competências definidas;
- Desenvolvimento de uma prática de uma tomada de decisão compartilhada e comunicação regular com as delegações estrangeiras;
- Desenvolvimento do entendimento que informações-chave, como as da Programação oficial dos Jogos, não podem ser deixadas para serem estabelecidas durante a execução do evento, uma vez que as mesmas impactam em toda a cadeia de organização: comunicação, logística, alimentação, transporte, etc.

10.4 Para o Futuro País Organizador / Comitê Internacional Organizador dos II JMPI 2017

- Desenvolvimento do Projeto Técnico dos II JMPI com o detalhamento técnico necessário para a realização dos JMPI de forma realista;
- Consideração deste relatório em todas as suas partes, com enfoque no aprendizado, como parte integrante do planejamento dos futuros Jogos;
- Inclusão dos Programas de Voluntariado, Acessibilidade e Sustentabilidade ao Projeto Técnico dos JMPI desde o começo;
- Planejamento com um tempo realista para a execução do evento, considerando tempo suficiente para cada uma das fases e etapas;
- Necessidade de incluir o Comitê Internacional de Povos Indígenas na Matriz de Responsabilidades, responsável pela Programação do Evento e a Comunicação com as delegações nacionais e estrangeiras;
- Organização com a Matriz de Responsabilidades clara desde o começo do planejamento com todos os atores envolvidos;
- Realização de reuniões semanais com todos as instituições envolvidas na organização do evento, em especial as signatárias da Matriz de Responsabilidades, com a concentração de todas as atividades e o acompanhamento do andamento de cada uma delas, para que eventos dessa natureza tenha uma visão global da execução;
- Sistema de cobrança e acompanhamento da execução, de acordo com o planejado com todos os parceiros envolvidos;
- Investimento na formação inicial sobre trabalho com diversidade, em equipes interculturais, transformação de conflitos e alinhamento das expectativas entre outros;
- Investimento na assessoria mais arrojada que possa cuidar de conflitos pontuais sobre ocorrências e manifestações que possam ocorrer;
- Contratação de tradutores inglês, espanhol e francês desde o início do processo de organização, apenas para se comunicar com as delegações internacionais;
- Melhor coordenação da representação do evento em relação à mídia, baseada no alinhamento entre os coordenadores da comunicação de cada instituição;
- Criação de um banco de dados atualizado com os dados dos líderes indígenas mundiais, vinculado ao Comitê Indígena Internacional (criado ao final dos I JMPI). Essa listagem deveria ser compartilhada com os Ministério das Relações Exteriores para conhecimento e acompanhamento diplomático;
- Realização do Congresso Técnico na mesma cidade em que serão realizados os próprios JMPI;

- Elaboração do cronograma compartilhado dos JMPI, desde o começo do planejamento até a realização dos Jogos;
- Preparação da programação dos JMPI a partir de decisões colegiadas de um Comitê Internacional dos Povos Indígenas;
- Desenvolvimento de informes periódicos para as delegações sobre o processo dos JMPI;
- Desenvolvimento de um banco de dados incluindo os dados e os conhecimentos sobre todos os povos participantes dos Jogos. É fundamental que essa pesquisa seja feita bem no início do planejamento dos Jogos, uma vez que impacto em toda a cadeia operacional da organização;
- Reprodução do esforço do Governo Brasileiro em oferecer Visto de Cortesia para todos os membros das delegações estrangeiras;
- Interação com os Governos Federais dos países organizadores para que seja considerado o caráter único do evento, solicitando a alteração de leis e regras, quando necessário, como foi o caso do Governo Brasileiro ao criar o Manual para os participantes estrangeiros, em que considerou e flexibilizou as regras, durante os Jogos, para a possibilidade de entrada de substâncias entorpecentes para uso em rituais religiosos e de artesanatos para exibição na Feira de Artesanatos, feitos com partes de animais silvestres e da fauna.

10.5 Para a Cidade Sede

- Confirmar que a cidade pode acolher as delegações, bem como os turistas, convidados, visitantes e a mídia internacional, de acordo com os padrões internacionais de hospitalidade;
- Ter um plano de ação para o turismo para incentivar o turismo local e com isso aumentar a geração de emprego e renda da cidade, observando, sempre maneiras de incluir indígenas nesse processo;
- Considerar a possibilidade de ter um espaço estruturado, além do previsto para o recebimento de delegados indígenas, para os indígenas não considerados dentro das delegações de cada país;
- Considerar a possibilidade de haver manifestações de cunho político e, para isso, garantir a segurança necessárias tanto dos atletas/delegados, quanto do público em geral, para que não haja ocorrências durante esses momentos;
- Capacitar os prestadores de serviço da cidade para receber turistas e atletas indígenas com diferentes costumes e hábitos alimentares;

- Assegurar que a alimentação e bebidas oferecidas durante os jogos sejam de acordo com os hábitos e as tradições dos povos indígenas;
- Examinar os projetos de instalações físicas, elétricas, hidro-sanitárias, entre outras, antes de formalizar modificações para atender às demandas imediatas e normais em eventos deste porte e importância;
- Avaliar *in loco* as vazões e pressões da rede de água, bem como a sua continuidade ao longo do dia, antes de utilizar uma rede pública como abastecedora;
- Interagir com a equipe da concessionária para se estabelecer um trabalho em equipe;
- Substituir o material das tubulações que utilizam conexões como o PVC rígido por soluções onde a flexibilidade dos tubos e a ausência de conexões com colas, tipo PEX, sejam a solução a adotar;
- Incluir a limpeza final no escopo de serviços vinculado ao pagamento da parcela final.

11. Conclusões

Esta primeira edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas foi realizada dentro desse espírito de ineditismo, sabendo-se ser um evento sem precedentes e, justamente por essas características, o evento foi considerado um sucesso tanto pelos diferentes povos indígenas, quanto pelo público que participou, bem como pela mídia. Ao mesmo tempo, quando algo acontece pela primeira vez, existe uma grande vontade de todos os envolvidos em contribuir para que o evento tenha êxito, apesar dos desafios e complicações que certamente também estiveram presentes. O Brasil tomou a liderança e tornou este sonho realidade! Com base nessa experiência, o Brasil tem muitos aprendizados a serem compartilhados.

Pode-se concluir que os I JMPI deixaram os diferentes públicos com quatro percepções. Primeiro, o público geral composto pelos visitantes e participantes que observaram o evento de fora. Esse público, que chegou a 180.000 pessoas, saiu muito satisfeito por ter tido acesso a um espetáculo de diversidade, tradições milenares e uma estrutura de qualidade com atendimento profissional.

Segundo, foram as percepções das delegações estrangeiras e nacionais que apesar do compromisso com os Jogos, da celebração das suas tradições e da troca que experimentaram, acabaram por vivenciar também os desafios na parte da organização, os transtornos gerados pela falta da programação, a falta de contato

direto com responsáveis pelos temas indígenas no inícios dos Jogos, entre outros. Isso gerou uma vontade de fazer mais e melhor, com mais tempo para preparação e com mais qualidade nas próximas edições dos Jogos.

O terceiro público traz as percepções da mídia. Com base nas 244 matérias analisadas, pode se concluir que a maioria (120 matérias) trouxe uma visão muito positiva dos Jogos, com elogios para a organização do evento, destacando a diversidade cultural dos povos indígenas, a interação esportiva, parabenizando a iniciativa de produzir este grande evento mundial. Uma outra parte foi considerada neutra (89 matérias), envolvendo a descrição do evento, dos I JMPI, a programação e os resultados. E tinha uma parte das matérias considerada negativas (35 matérias), essas incluíram críticas à organização, e deram um espaço aos indígenas que boicotaram os Jogos por questões políticas.

Finalmente, o quarto público representa as percepções dos organizadores, voluntários e prestadores de serviço. Enquanto as primeiras três percepções são na sua grande maioria positivas, as percepções pós-jogos da organização, voluntários e prestadores de serviço enfatizam muito mais a falta, a ausência e os desafios que foram vencidos do que uma imagem positiva dos Jogos. Esse público tinha que lidar com muita falta de informação, condições de trabalho por vezes inadequadas, o que gerou muita frustração e um desgaste. Como já previamente observado, não é possível realizar um evento desse porte com qualidade em, praticamente, quatro meses. A parte boa é que os três públicos, incluindo as delegações, o público em geral e a mídia, vivenciaram relativamente pouco dos desafios que os organizadores e prestadores de serviço tiveram que vivenciar.

Sem dúvida, muito mais poderia ter sido feito se as condições fossem outras. Entretanto, entendemos que a falta de tempo suficiente e o atraso desgastante dos repasses orçamentários conseguiram ser superados pela dedicação, resiliência, ousadia, pela vontade de fazer dar certo esse sonho, por uma equipe comprometida com esse propósito coletivo. No final, são as memórias, as lembranças, os aprendizados, os relacionamentos estabelecidos e as trocas que ficarão, marcando indelevelmente na História e em todos nós essa experiência sem igual.

Espera-se que este relatório contribua com a descrição do processo, as reflexões das áreas, bem como as lições aprendidas e as recomendações para a melhoria dos II JMPI e dos próximos grandes eventos no Brasil.

12. Lista de anexos

- 12.1 Matriz das Responsabilidades e Acordo de Cooperação com PNUD (DOU)
- 12.2 JMPI2015 Organograma
- 12.3 Programação Tentativa JMPI 2015
- 12.4 Relatórios das Áreas
 - 12.4.1 Infraestrutura
 - 12.4.2 Produção
 - 12.4.3 Hospitalidade
 - 12.4.4 Alimentação e Bebidas
 - 12.4.5 Cultura
 - 12.4.6 Comunicação
 - 12.4.7 Acessibilidade
- 12.5 Manuais de Procedimentos
 - 12.5.1 Manual para Delegações Internacionais (Inglês, Espanhol)
 - 12.5.2 Regras de Publicidade
 - 12.5.3 Manual do Voluntariado e Programação da Formação de Monitores
 - 12.5.4 Manual do Alojamento dos Internacionais
- 12.6 Manual de Hospitalidade/Turismo (Inglês, Espanhol)
- 12.7 Conceito da Alimentação e Bebidas
- 12.8 Apresentação Resumida dos JMPI 2015
- 12.9 Folder do Congresso Técnico (Português, Espanhol, Inglês)
- 12.10 Relatório do Congresso Técnico
- 12.11 Comunicados às Delegações Internacionais em Português, Espanhol, Inglês (Congresso Técnico, Questionário, Convite com Responsabilidades do Governo Brasileiro)
- 12.12 JMPI2015 Lista de Delegações Internacionais Confirmadas com Dados e Países que Não Participaram
- 12.13 Informações Detalhadas das Delegações Internacionais
 - 12.13.1 Alimentação
 - 12.13.2 Arte e Cultura
 - 12.13.3 Contribuições para o Futuro
 - 12.13.4 Disciplinas Esportivas Confirmadas
 - 12.13.5 Dados para Casa Civil Detalhada
- 12.14 Lista das Delegações Nacionais por Etnia
- 12.15 Nomes dos Delegados Nacionais
- 12.16 Cronograma JMPI2015 para Ministério do Esporte elaborado pelo Diretor Executivo do CNE
- 12.17 Infográfico dos JMPI 2015
- 12.18 Lista dos Consultores do CNE